A MEMÓRIA IMPERFEITA

IDÉIAS, FATOS E COSTUMES

EDUARDO CAMPOS

A MEMÓRIA IMPERFEITA

IDÉIAS, FATOS E COSTUMES

Fortaleza
1993

...o discurso humano é assim mesmo, um composto de partes excessivas e partes diminutas, que se compensam, ajustando-se.

DOM CASMURRO,
Machado de Assis

Tratemos de falar das coisas que nos cercam.

CIRANO DE BERGERAC (Cena VII, 3º Ato),
Edmond Rostand

Essas novidades já são bem antigas, no entanto são novidades de todo o dia.

MEDIDA POR MEDIDA (Cena II, 3º Ato),
Shakespeare

SUMÁRIO

Introdução

O jardineiro de muitos sóis, mas sonhador 11

Aspectos sociocultarais dos inventários da Ribeira do Mossoró 21

A “Idade de Ouro” do algodão no Ceará 51

Descrição física de negros fujões 63

Escravos: a sensualidade submetida 71

A parafernália da morte 77

O crime no começo do século 91

O “habeas-corpus” das banhistas 99

Inovações urbanísticas provinciais 105

A chamada guerra aos cavalos 111

Doenças venéreas, preservativos e escravos 117

Centro Estudantal Cearense: desempenho e talento 121

Autenticidade do romance “a fome” 139

Fitofisionomia e telurismo na ficção de Domingos Olímpio e Cordeiro de Andrade 147

INTRODUÇÃO

Convenço-me de estar explicado o título deste modesto livro de pesquisas e estudos, a começar da tentativa de resgate de uns tantos fatos que, registrados em jornais e outras publicações, nem sempre foram reatualizados – também admito – na medida dos propósitos iniciais.

O leitor vai deparar nesta coleção alguns trabalhos divulgados anteriormente; um ou outro, como "Aspectos Socioculturais dos Inventários da Ribeira do Mossoró", aproveitado na saga de publicações da ESAM, Rio Grande do Norte. No entanto, em maior número, transcorrem artigos acolhidos pelo "Diário do Nordeste", sob compreensíveis limitações de espaço, e agora, com mais largueza e correções devolvidos à releitura. E, por diante, divagações literárias sobre o que denomino de sentimento fitofisionômico e telurismo dos romancistas Domingos Olímpio e Cordeiro de Andrade; ou, em igual exercício de idéias, observações curiosas sobre a conexão da realidade com a ficção do escritor Rodolfo Teófilo.

Mas nem tudo está enquadrado nestes conceitos, pois há também estudos inéditos, como o primeiro, onde espero ter definido a vocação de jardineiro que anima o cearense. Mais um outro, no qual penso narrar novos interesses do algodão no Ceará, em sua presumível "idade de ouro".

Por fim cabe-me repetir para o leitor o que diz o Anjo no "Auto da Barca do Purgatório", de Gil Vicente:

"PARA VOSSA FANTASIA,
MUITO PEQUENA É ESTA BARCA..."

E.C

O JARDINEIRO DE MUITOS SÓIS, MAS SONHADOR

Tudo que sucede a partir do século XII, e nos ajuda a olhar e ver a natureza como identidade propiciadora de evidente bem-estar, seguramente está ancorado, ainda que de modo pouco elucidativo, no "Romance da Rosa", jornada de amor de quatro mil versos (só na primeira parte, como se aprende com Ernst Robert Curtius), obra na qual o leitor segue a trilha dessa "alegoria amorosa" até deparar, por exemplo, a virente Rosa da Paixão protegida por uma "sebe de espinhos, vigiada pelo Medo, a Vergonha, a Difamação e potências afins."

Elege-se desde aí, pode-se argumentar, a prospecção metafórica da felicidade – e o amor é sua condição nas mais variadas formas –, circunstância exigente de cenário mais aperfeiçoado, e que alcança o século XVI, imbricado no que é definido por *locus amenus*, sítio ideal à sobrevivência humana.

Desse, a descrição circunstancial de Robert Curtius: "...bela e ensombrada nesga da Natureza. Seu mínimo de representação consiste numa árvore (ou várias), numa campina e numa fonte ou regato." Admitido, como variante, o "canto dos pássaros e flores, e o sopro do vento." ("Literatura Européia e da Idade Média", p. 202).

Pelo exercício dessa eleição poética – igualmente espiritual – não demorou converter-se a atividade da jardinagem em evidente obediência inspirada ao Gênesis, e aí mencionado – lembra Keith Thomas ("O Homem e o Mun-

do Natural", p. 251)–: "Tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no Jardim do Éden, para cultivar e guardar." (Gên. 11:15).

"No final da Idade Média" – narra ainda Keith Thomas – "usava-se o termo "paraíso" para designar o jardim das delícias de um convento. Em Oxford (...), jardim em Grey Friars era conhecido entre os habitantes como "paraíso", e como "rua do paraíso" permanece até hoje. Na literatura pós-Reforma, o jardim fechado é símbolo de repouso e harmonia. "Suas árvores e flores" (...), "emblemas de verdades espirituais, suas aléias e pérgulas, uma espécie de claustro ao ar livre.

Por isso não é novidade o que revela **o Manuscrito 1889**, da Biblioteca Casanatense, de Roma. São desenhos e informações muito curiosas sobre a Ásia e a África, "em que os portugueses se fixaram ou freqüentaram durante o Renascimento", lugares como Moçambique, Arábia, Irão, Indonésia e China, não faltando nem mesmo o Japão.

Trata-se de valioso Códice, cuja edição portuguesa apresenta uma coleção de cenas do quotidiano em agradáveis aquarelas, por onde transita o ser humano da época, tudo emoldurado – convém salientar – sempre, sempre mesmo, na figuração dos elementos da flora e fauna orientais.

Que colhemos a esse importante documento? Segura idéia de que os portugueses também visualizavam, tanto quanto possível, o situamento de pretendida atmosfera de amenidades, passível de as obterem com a concorrência de vegetais e animais. O aquarelista do livro, o mencionado Códice, retrata o embate de "nautas que são ladrões; que andão arroubar pelo mar" – como se vê na estampa de número XXI –, não omitido entre as embarcações que se agridem e homens que se ferem em luta, o mar revolto povoado de muitos peixes.

Antes que se indague aonde espero chegar, vejo hora de explicar. Nesses indícios ricos de imagens e inspiração, que gizam os sentimentos do homem pelo *locus amenus* ou paraíso, repousa certamente a tendência muito nossa (regional) de considerarmos a natureza – na qual deveremos inserir os sertões em momentos de generosa abundância aqüífera – como ambiente ideal para o desfrute humano.

Após navegar cinco meses o Oceano, em 1612, o capuchinho Claude d'Abbeville, a defrontar a ilha de Fernando de Noronha, a que nomeou principio da terra do Brasil", inconteve o arrebatamento ante a natureza percebida: "O lugar é muito belo, maravilhosamente agradável, com excelentes frutos para comer e grande quantidade de caça."

Pisando maior porção do solo brasílico, no Maranhão, o inteligente capuchinho redobrou o entusiasmo: "...o Brasil não é somente muito fértil e bom, mas ainda muito bonito e muito agradável." Adiante, conclusivo: "As sagradas escrituras encarecem a beleza do paraíso terrestre, principalmente por causa de um rio que aí nasce, dividindo-se em quatro. Sem atentar para o que há de mistério nisto, limitar-me-ei a observar que esse país do Brasil é maravilhosamente embelezado e enriquecido por muitos grandes rios e regatos..." (in "História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas", pp. 164, 165).

E, em verdade, o país do Brasil não é um só, mas muitos; há-os plantados na pancada do mar, ou na profunda interioridade de solidões e montanhas; há-os, como o definido por Nordeste, e neste, o Ceará, onde a paisagem nem sempre paradisíaca – a caatinga prevalecentemente ressequida – incita o homem, forja-o num complexo de resistência e luta, enquanto pelo litoral – impossível não recordar Pernambuco – transcorre, afirma Roger Bastide, a

“paisagem voluptuosa da cana-de-açúcar, em que tudo é tentação de vadiar, de dormir, de sonhar, de amar”, a se opor ao cenário da caatinga, que lhe é antagônica, “dura, angulosa, trágica.” (in “Brasil, Terra de Contrastes”, p. 78).

Essa natureza, o locus amenus, na parte que nos diz respeito, tem inesperados assomos de vigor; movimenta-se, agride com insolência e afaga em incomedida sensualidade; repele, e atrai. Subjetivamente possui uma boca, a boca do mato, por onde o homem alcança os seus mistérios, largando para trás, sem saudade, os designativos do que se deve aceitar por urbano, civilizado.

Não estranhável, portanto, nosso telurismo, fiel paixão que dedicamos à terra, ao chão. Um sentimento, como parece já demonstrado, que sem significar privilégio regional, sem dúvida alguma prospera com características bem definidas em nossos sentimentos.

Possível representar muito pouco, neste contexto, a dedicação à fruticultura. Decididamente, apreciamos prioritariamente a jardinagem, preocupação que entusiasma também os mais pobres, gente humilde que sabe meter no exíguo espaço de uma panela, sem serventia e transformada em canteiro, o seu pequeno jardim.

Será esse amor às plantas um exercício de herança européia. O interesse pela jardinagem, explica Alan Macfalane, “do pequeno jardim de uma choupana aos grandes jardins das mansões da pequena nobreza, é característica marcante da Inglaterra até os dias de hoje, ocorrência documentada “nos primeiros registros detalhados no século XVI.” (in “A Cultura do Capitalismo”, p. 116).

Gustavo Barroso, a inventariar a condição de vida de homens e bichos pelos sertões, em “Terra de Sol”, não viu flores mas flagrou – talvez sem perceber – a instintiva

apropriação da vocação de jardineiro que demora em cada um de nós. Desse modo, recolheu estes versos de inesperado lirismo:

"Plantei amor no meu peito
Pensando que não pegasse,
Tanto pegou, que nasceu,
Tanto nasceu que ainda nasce." (o.c., p. 192).

E adiante, em exemplos que considerou "singelíssimas, ingênuas e delicadas comparações":

"O beiço do meu amor
Nem alfenim, nem cidrão,
Nem doce de marmelada,
Nem batata, riem queijada,
Nem a maior perfeição
Nem cheiro da melhor flor..." (idem, p. 193).

E em lenda versejada, do pai que deseja ver casar-se a filha, a sugestão para a moça pedir a São José' "que compre um vestido/Das árvores com as folhinhas." (idem, p. 219).

No tocante já vivemos dias melhores quanto ao aproveitamento de flores, principalmente em igrejas. Comum e por tradição, pela metade da última centúria, em Fortaleza, logo entoasse o "celebrante o glória, jogarem-se flores da tribuna das igrejas sobre o povo."

Relatando essa ocorrência, o jornal "O Comercial" (07.02.1856) consignou: "Na Corte do Império e capitais de outras províncias, por diversas partes do tecto ou forro do corpo das igrejas, se lançam rosas desfolhadas, que rarefazendo-se no espaço, vêm pousar sensivelmente sobre os devotos. Outras vezes esta explosão floríflea parte

do púlpito, do coro e tribuna." E reconstitui a informação de que em missa, na capela de São Bernardo, na Capital, as rosas atiradas sobre os fiéis, além de molhadas, possuíam espinhos. Depressa um vate – de certo Juvenal Galeno, colaborador do jornal – escreveu sobre o incidente:

"Picou em face mimosa
Pudibunda, anacarada,
O espinho de uma rosa
Em certa missa cantada,

Assustou-se a inocentinha
Vendo-se ferida, chorou.
E com a rosa, coitadinha,
Muito em baldo se afastou.

Não tem culpa a bela flor,
Que o golpe t'imprimiu:
Quem te causou essa dor
Foi a mão que sacudiu."

No livro "Heróis e Bandidos", Gustavo Barroso toma-se pela fácil idéia de que, "perquirindo o recesso da alma do bandido sertanejo, encontram-se as mesmas asperezas à face do solo, onde nasceram e em cuja aridez medram os vegetais espiculantes." Enumera-os, referindo unhas de gato, sabiás, favelas, macambiras etc., etc., e arremata: "Todos esses espinhos, cada qual com sua forma e sua maneira de ferir, ele os tem na alma, para atirar contra o inimigo."' (o.c., pp. 22, 23).

Desse modo verdadeiro, se nunca se verificasse a estação das águas, que, mal chegadas as chuvas, já a natureza opulenta-se em verdes generosos, refrescantes e macios.

Ao longo dos anos, vimos cultuando a terra nem sempre botanicamente uniforme, cada um de nós, na medida de sua capacidade de exteriorização de sentimentos, a demonstrar admiração, afeto ou paixão. Será esse um estado de espírito que predispõe ao lazer e nos impele – a tanto não somos exceção à regra, comparados com os outros povos – na direção do campo. Sobre isso um pregador jacobino, pelos idos do século XVIII, lembrado por Keith Thomas (o.c., p. 297), considerava que os "habitantes das cidades e vilas só vêem as obras dos homens" (...), "ao passo que os versados nos campos e matas contemplam, continuamente, as obras de Deus."

A caminhada ainda que eventual, do citadino para o campo, encaixa-se na mesma tradição que culmina com a escolha de um lugar ideal (o *locus amenus*) para a vivência humana. Assim, naturalmente em Fortaleza – o que interessa por agora –, cidade entranhada de passado agrário e, indiscutivelmente, território urbano sob conceito sociológico.

Em rigor, pelos inícios do século, o nosso campo era a própria periferia urbana da Capital, onde se situavam as chamadas chácaras abrindo espaço a quintais nutridos de frondosas árvores, notadamente mangueiras e sapotizeiros, cenário que persevera ainda em alguns locais não de todo sufocados pela verticalidade dos empreendimentos imobiliários.

Durante anos, ou séculos, o fortalezense meio-cidade, meio-sertão, alimentou o desejo de pelo menos, na metade do ano, às férias colegiais, voltar ao interior por uns dias, e conviver com a moldura campestre, exigida por suas emoções.

De certo, não havia por então, como hoje, a quase mão única de direção que impulsiona os do campo para a

cidade, e nem a paisagem rural (ou sertânica) estava tão comprometida com o rumor do progresso, de edifícios que crescem em todos os lugares, não mais, pouco ocorrente, o reprimido sentido arquitetônico – o da casa de fazenda, pintada de branco e tão solitária... – parecendo repousar como ave celestial em grandes espaços livres.

E aqui, e por agora, vem hora de falar no mar que se encomprida ao longo da costa cearense, e, em Fortaleza, "respira e inebria" (...) "soprando brisa que refresca"; a tanger o vento fêmea – sob qualificativo de Gustavo Barroso –, "uma das opções de fuga, de deserção, caminho mais longo e aparentemente final dos que, acossados pelas grandes estiagens, chegam à pancada do mar, no litoral, dispostos a emigrar."

Nessa circunstância soam bem as vozes do Coro do "Auto dos Fandangos", a provar que mesmo no aliciamento à aventura náutica, no contexto reponta o convite a implícitos cuidados de jardinagem.

"Vamos, vamos embarcar!
Rema pra nossa fragata,
Que o *mar já se vira em rosas* (grifamos)
E a embarcação é de prata."

Em rigor, sempre estamos sendo tentados a viajar também na direção marítima, à proximidade de sua convivência, como agora, quando o sentido de interiorização do cearense torna-se nitidamente litorâneo, qual se de repente descobríssemos todos a praia, as dunas, o próprio mar-oceano.

Deixamos de montar o árdego cavalo, para cavalgar bugres.

E talvez nem percebamos que, a tanto, dificultamos em nós próprios a nossa disponibilidade atávica em favor da jardinagem.

A casa praiana é pouco receptível aos hábitos dos que, mesmo em anos áridos – por serem de muitos sóis -' jamais deixaram de sonhar com os sinais da presença do paraíso, tão evidente nos verdes florescentes.

Analisando anteriormente a tentativa de Gustavo Barroso dividir seus sentimentos entre o mar e os sertões, considerei: "Em Gustavo Barroso, possivelmente, há maior perspectiva de comprometimento náutico, sentido mais demorado de afeição ao tema, um quer que seja que se torna mais presente em cenas singelas, contempláveis marinhas. Mas, no fundo mesmo, como resultado dessa ambivalência amativa, que poderá representar o mar em função do nosso destino? Os que vivem pisando o chão, os desembarcados, são os proscritos de sua afeição."

Mas, em verdade, posso perceber que a desculturalização, que alcança o Ceará por esses dias, processo que se vem estabelecendo há anos, e prosperando, também responde pela acentuada desertização (se assim podemos mencionar), ocorrência que acaba por transformar a casa de campo, dos dourados anos vinte, trinta e quarenta, em casa de praia, refúgio mais turístico do que cultural, a meu ver.

Talvez não progrida entre nós esse comportamento de afeição maior ao litoral, em detrimento de nossa vocação sertaneja. O mar, no exemplo cearense, é na realidade – volto a repetir – opção de fuga, deserção. Não de convivência.

"O sertão" – escrevi noutro estudo de mais largueza – "fala pelo ar, pelas nuvens, pelo Céu; – pelo chão que o homem pisa; pela relva, arbustos e arvoredos; por tudo que rasteja, cobras e lagartos. Dá avisos, anuncia, prediz e informa com precisão de observatório meteorológico, que não erra."

Por isso é que o mar, para tentar-nos, como menciona o coro do "Auto dos Fandangos", tem de virar rosas...

Ele sabe o jardineiro sonhador que está em cada um de nós.

ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DOS INVENTÁRIOS DA RIBEIRA DO MOSSORÓ

...nunca fis testamento he este o primeiro, para a despozição de minha terça, e se aparecer outro incontrario, a este não terá efeito e só a este sedará crédito, e fé, pelo que rogo que as Justiças de sua Majestade Imperial, defençor perpétuo do Brazil, dê em a este avalidade...
Testamento

Bernardo Jozé da Silveira,
20 de dezembro de 1853.

Ao longo do levantamento minucioso de 194 inventários, efetivo trabalho de resgate à memória da cidade de Mossoró, no que concerne a disponibilidade de bens materiais registrados sob a conceituação de legados e partilhas, resultado de animado e destacável interesse cartorário exemplarmente empreendido por Sebastião Vasconcelos dos Santos, acolitado por Nanci Neuza Wanderley de Oliveira, pode o pesquisador -e curiosos como nos julgamos – identificar a moldura doméstica, sertaneja, em que se inseriam os nossos antepassados nordestinos. E, na verdade, o que ali está recenseado não reflete apenas as peculiaridades da Ribeira do Mossoró, mas de praticamente toda a extensão de nossa área geográfica, onde a econo-

mia e o mais – trabalho, relações sociais, problemas e vitórias – transcorrem com apreciável unidade de interesses regionais.

Aprende-se a um primeiro contato com esse informativo de respeitável ansianidade, constituído de quase duzentos documentos transcorrentes de 1833 a 1901, que os sertões, os longes do interior, na região, nunca estiveram alheios a influências de progresso verificado nas urbes maiores (capitais quais Fortaleza, Natal, Recife etc.), núcleos habitacionais a seu turno receptíveis ao que o exterior (representado por Portugal, França, Inglaterra, Alemanha etc.), de comércio compreensivelmente mais avançado, e com sede de crescimento de negócios, operava.

Daí não causar espécie ter-se, em 1884, a falecer o sertanejo Manoel Arthur Cézar Azevedo, o arrolamento de bens sobremodo explicativos de seu bom gosto; melhor, de sua atualização com a moda vigente à época. A casa, em que morava, estava guarnecida com móveis e peças as mais diversas, assim como objetos de decoração, como se verá por agora de modo simplificado: mobília de (pau) amarelo representada por 1 sofá, 2 cadeiras de balanço, 2 de braços, 12 cadeiras singelas, 2 mesinhas de gaveta, 1 "mesa redonda para centro de sala" (grifamos), avaliada por 100$000; um piano de jacarandá e respectiva cadeira (450$000), 1 cômoda de jacarandá, outra de pau amarelo, 1 oratório (peça tradicional em quase todas as residências no século passado), 1 mesa elástica para jantar "com 4 tábuas", 2 "ètagéres de pau amarelo, torneados, com 3 prateleiras", "14 cadeiras para sala de jantar", 3 retretes (bacias sanitárias), 1 relógio de bronze e peanha, 1 relógio de parede, castiçais de vidro, jarros de porcelana, lampiões, 1 tear para bordar, 1 estante para livros, 1 criado mudo, afora cabides, armários envidraçados etc.

Nos “esplêndidos” leilões, como mencionados então, acontecidos no Recife pela década 1870-79, a se depreender dos anúncios publicados no “Diário de Pernambuco”, tem-se para o dia 12 de dezembro de 1874, o agente Dias dispondo ao correr do martelo de “magnífico piano de jacarandá, em perfeito estado, 1 cadeira para o mesmo”, mais uma “Mesa elástica de 6 tábuas”, “relógio de parede”, “retrete”, “cadeiras de amarelo”, idem, de balanço, etc.[1]

Por diante, já em 1875, o leiloeiro Dias apregoa a existência, em seu salão de vendas, de “relógio de bronze dourado”, “cantoneiras (ètagéres)”, cabide, relógio de parede, “cadeiras de amarelo”, castiçais etc., etc.

Luzia Quitéria de Góis, falecida em 1872 em Mossoró, era muito advertida para as vantagens do conforto de um quarto de banho, tendo já trocado, tudo indica, a gamela própria ao asseio corporal, por atualíssima ‘banheira grande de flandre”, sobremodo requerida na função, pois está acrescentada no inventário a observação: “com alguma serventia.”

Registra Gilberto Freyre: “São muitas as tinas e gamelas, aos poucos substituídas por banheiros de cobre ou de flandres, que figuram nos anúncios de jorúal da primeira metade do século XIX.”[2] O “Diário de Pernambuco”, a 5 de novembro de 1833, anunciava “hum banheiro de folha de flandres.”[3]

A seu turno, com precedência na compreensão da importância dos artigos manufaturados com folha de flandres, Delmira Cândida dos Prazeres, até morrer, podia

---

[1] in “Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado”, José Antônio Gonsalves de Mello, Editora Massangana, 1980, páginas 163 e 55.
[2] In “Sobrados e Mucambos”, 7ª edição, p. 250.
[3] Idem, ibidem.

fazer orações (em 1871) diante do "santuário de flandre envidraçado", que legou aos seus, dando-o de "bom uso"... cristão.[4]

Em rigor não é o comércio das capitais da região, mais adiantado, que responde exclusivamente pelos novos hábitos que se vão introduzindo na área, mas também, ou principalmente o que, instalado na Europa, precisa estender a atuação a outros pontos do mundo. A moda chega mais depressa do que se pode imaginar. A demora é a travessia do Atlântico: de 50 a 70 dias.

"Os anúncios de jornais documentam" – anotaria Gilberto Freyre – "abundantemente" as "transformações de gosto que, durante a revolucionária primeira metade do século XIX, foram afastando o brasileiro de costumes já castiçamente luso-brasileiros para aproximá-los de modas francesas, inglesas, italianas, alemãs e eslavas, e também norte-americanas que, desde então, começaram a competir com as européias."[5]

Produzidos do outro lado do Atlântico, os móveis de junco (de cipó), pau amarelo, oratórios (santuários); pentes e cabaças de tartaruga – mimos que não faltam, como os primeiros, na composição do penteado feminino; caixas de rapé, de guardar jóias, espelhos, vidros, clavinotes, fechaduras de baús de pregaria, geralmente fáceis de terem seu mecanismo comprometido; imagens de santos, inúmeras as de Senhora das Dores, de Nosso Senhor, de Nossa Senhora da Conceição – esta em maior quantidade; Santo Antônio, São Sebastião, São Raimundo, Santa Ana, e, na

[4] cf. página 08, in "Terceiro Livro dos Inventários Mossoroenses (1881-1901)", organizado por Sebastião Vasconcelos dos Santos e Nanci Neiza Wanderley de Oliveira. Daqui por diante, pata evitar sucessivas e enfadonha" citações, o nome do morto e o ano de seu falecimento identificam o inventário.
[5] o.c., Vol. 1, p. 334.

estirada dessa devoção até certo ponto exibicionista, os crucifixos e rosários de ouro; e mais, mesas de vidro, relógios de parede, dobradiças, paliteiros de prata (alguns valiosíssimos), frigideira, almofariz de bronze, ferro de engomar – como vistos em legados de Manuel João da Silveira (1872); e ainda xícaras, pires, garrafas de vidro, garrafões, conchas, redomas, caçoletas, camas de ferro, peanhas, relógio de ouro para senhoras, quadros de decoração, guarnição dourada, de cadeiras de cipó, consolos, colheres, facas e garfos de prata etc., etc.

Pelos bens deixados por Constantino Carneiro da Cunha Lobato, em 1879, entende-se ter sido o falecido, proprietário de afreguesado ponto de negócio, cujo sortimento – impossível avaliar corretamente – não devia ser o normal (no tocante) à quantidade ofertada tradicionalmente via inventário. Mas indica, sem dúvida alguma, apreciável referencial do que o comércio de Mossoró (disso se falará adiante) tinha para vender à época:

5 barricas de fumo;
323 quilos de fumo em rolo;
3 barricas de bacalhau;
1 canastra de alho;
4 caixas de genebra;
1 barrica com 72 quilos de açúcar refinado;
38 garrafas de vidro;
5 frascos de genebra de laranja;
20 frascos de genebra Oldtoma;
l1 garrafas de vinho do Porto;
6 latas de goiaba;
34 caixões de doce de goiaba, pequenas;
29 latas de manteiga inglesas, de libra;
4 ditas, de duas libras;

9 caixas de papel (mortalha) para cigarros;
8 pacotes dos ditos;
1 porção de rótulos para cigarros;
33 maços de charutos ordinários;
5 caixas com 1.500 rapaduras;
1 barril de vinho tinto;
7 canadas de dito, branco;
1 pipa com 15 canadas de aguardente;
75 quilos de açúcar branco;
79 dúzias de fósforos;
2 caixas de sabão;
2 caixas de gás (querosene);
11 sacas de café, com 5% quilos.

Outro próspero negociante da Ribeira do Mossoró, João Severiano de Oliveira, que exerceu o comércio de fazendas, a tirar pelo que deixou para os seus herdeiros (em 1885), na verdade tinha variado e surpreendente estoque de mercadorias, deste modo arroladas:

101 peças de madapolão “Margarida”;
51 idem, tipo “roupa Patente”;
19 idem, idem, marca M.A;
8 idem, idem, produto recomendado;
80 idem, idem, marca “Flor do Bosque”;
10 idem, idem, marca “São Joaquim”;
17 idem, idem, “Império”;
3 idem, idem, “Goyana”;
2 idem, idem, “m.o.”, francês;
70 peças de algodão A.I.,
72 idem, idem, tipo especial “Leão”;
44 idem, idem, tipo “T”;
17 idem, idem, “Especial”;

13 idem, idem, Pinxechão";[6]
1 peça de brim pardo prateado;
1 idem, idem, de cor;
1 idem, idem, "pardo trançado";
3 idem, idem, de "Argola";
1 idem, idem, "pardo liso";
1 idem, idem, "pardo lona";
1 idem, idem, branco, nº 6;
1 idem, idem, "40, "Esplêndida";
1 idem, idem, "mesclada";
1 idem, idem, "prateada";
1 idem, idem, "Castor";
1 idem, idem, "trançado";
1 idem, idem, "branco; outra, idem, idem, falsa";
5 idem de algodão "Bahia";
1 idem, do "Rio";
2 idem, "Algodão americano";
1 idem, idem;
12 peças de "Mariposa" (?);
20 idem, de cambraia "Victoria";
3 idem, idem, tipo "F";
6 peças de algodão "Machado";
6 idem, de algodão transparente;
30 idem, idem, tipo "D"; 2 tipo "B".

Completando essa variedade de produtos: paletós de brim branco, argola, casimira; de brim "mulisquim" (?); cal-

[6] O autor recorreu a várias fontes elucidativas, até ao interessante glossário de "Negócios Coloniais" (Luis Lisanti, Vol. 1), sem êxito para traduzir determinados tipos de mercadorias antigas. Nesse caso, "pinchecão" parece vir de pincho, que significa pulo, salto, o que pode valer como padronagem de desenhos variados. Ver "pincho", in "Caldas Aulete". Situações assemelhadas, de dilfceis interpretações: "mulisquim", "angola ou argola", e outros exemplos, que o leitor vai deparar na seqüência, são um desafio à identificação correta.

ças de fustão branco; cortes de gazuntá; – lenços e mais lenços, assim como pares de meia; 87 peças de chita, idem, de "ganga"; camisas francesas, chapéus "Nabuco", idem do "Chile, de "Castor"; idem, de aba de cetim; chales de cambraia, mais chita (180 peças), botinas, baralhos etc., etc.

Do meado do século à frente os inventários de Mossoró passam a se preocupar também em recensear, com as peças do espólio, a indumentária da pessoa. Típico dessa intenção, o inventário do estrangeiro Charles Thompson (súdito inglês), morto em 1892. Dentre os seus pertences, em que avultam curiosamente "dois papagaios", anotados "8 camisas servidas", "1 sobretudo velho", "5 pares de calças velhas, uma camisa de dentro", calça de oleado", camisas, meias e lenços usados".

De igual feição, o Juiz de Direito João Quirino Rodrigues da Silva, falecido antes, em 1870, deixa para os herdeiros, a seu turno, "huma manta de baeta, uma fronha francesa, sete fronhas, uma toalha acolchoada, três toalhas francesas, uma rica toalha de labirinto, lenços de seda, novo, nove pares de meia" usados e outro tanto sem utilização, o que demonstra seu cuidado, não em favor do decoro pessoal, mas da própria maneira de viver na intimidade.

Pelo primeiro quartel do século passado – a se deduzir do que documentaram com suas observações viajantes como Henry Koster que percorreu parte do Nordeste –, garfos e facas, ou talheres, são utensílios raros à mesa de refeição, esta "colocada a seis polegadas do solo", em torno da qual sentavam os comensais. E o próprio narrar do autor de "Viagens pelo Nordeste do Brasil".

O homem pisava sobre alpargatas; vestia camisa e ceroulas. No comum desfrutava apenas, em casa, de uma esteira que substituía a mesa, em torno da qual, via de

regra, todos se acocoravam para comer, diante de "tigelas, cabaças e travessas". Relatou Koster.[7]

O homem, de certa posição ou dinheiro, usa sapato. Mas, via de regra, quase todo mundo veste camisa e ceroulas, enquanto a mulher sai à visita de ''saia e camisa, sem meias e quase sempre sem chinelos.''[8]

Não causa espécie saber-se por exemplo: pessoas vestindo camisa e "serolla", em certa ocasião no Ceará, apresentaram-se à cerimônia de recepção ao Bispo da Diocese, D. Luis, que se encaminhara ao interior do Estado em visita pastoral. Ali, infelizmente, não havia mesas e as malas supriam-nas, enquanto a autoridade eclesiástica assentava-se em rede, à moda de cadeira, para a refeição.[9]

A começo do último século, J. Luccock[10] testemunhou que família, no Rio de Janeiro, jantava utilizando "uma mesa velha estendida sobre dois cavaletes (na verdade, tábuas), cercada de bancos de pau e às vezes uma ou duas cadeiras."

Pelos anos da década de 1830-39 e seguintes, o hábito de as pessoas, pelo menos em Mossoró, tomarem as refeições em volta de tabuado ou esteira, não parece provável. Em rigor, ao transcorrer da leitura dos 64 espólios que decorrem de 14.12.1833 até 21.11.1862, a mesa de cumaru está registrada em pelo menos onze recenseamentos de bens. Há referências à existência de 13 caixas (muito importantes também como mesas, ou principalmente como tal), ora de cumaru, ora de cedro, e, de raro, feitas de pau amarelo, o que indica procedência estrangeira.

---

[7] Ver autor atado, página 203.
[8] idem, idem, p. 204.
[9] Eduardo Campos, in "Capítulos de História da Fortaleza do Séulo XIX," cf. o vigário Peixoto de Alencar, p. 88.
[10] Capistrano de Abreu, in "Capítulos de História Colonial (1500-1800)", p. 225 e seguinte.

Pode-se imaginar pela década subseqüente (1840/49), a presença de marceneiros habilitados, qual o francês Lourenço (Laurence) Pugi, já então estabelecido em Recie, Rua Nova, nº 45, com seus bons ofícios, a concorrer naturalmente para tornar o móvel, fabricado no país, mais em conta para o adquirirem os endinheirados da região.

Esse Pugi alardeava, em aviso posto em publicidade pelas páginas do "Diário de Pernambuco" (30 de janeiro de 1849) ter sua casa as condições de fabricar "todas as qualidades de mobília francesa no ultimo gosto de Paris, em Pernambuco acrescentando haver aumentado as instalações. E que, antes, por aviso publicado em 1847 (quando se denominava ainda Laurence e não Lourenço) apenas empreendia a venda de –"sofás, marquesas de jacarandá, angico e pau de óleo, mesas redondas e bancas para sala da mesma madeira; mesas quadradas; camas grandes de angico", etc., etc., não obstantç já se propor a reparar "mobílias antigas" e a fazê-las novas, "ao mais moderno gosto de Paris."(11)

Não raras, por então, colheres e garfos de prata, como possível averiguar aos inventários da Ribeira do Mossoró, a partir de 1833, qual o de Antônia Leite d'Oliveira; que em vida possuía 12 colheres de prata, seis grandes e seis menores. Aleonça Maria da Conceição (1885), na mesma cidade, deixa consignado a seus herdeiros "oito colheres e hum garfo". De igual feitio Antônio Dantas Cavalcante *(1856),* legando "oitenta oitavas de prata em quatro colheres" e quatro garfos."

Surpreende: não usual encontrar-se faca na relação dos espólios. Quem possuía uma "de pasmado, aparelhada, de prata" (1859), era o Capitão Ignácio Fernandes

(11) Ver José Antônio Gonsalves de Mello, o.c., páginas 130, 132.

Cazado, ao lado de três garfos, dez colheres (grandes) e mais três, pequenas.

Sem dúvida: pelo Nordeste, durante muitos anos, a transcurso do século passado, as pessoas em muitas localidades interioranas ainda se sentam ao redor de esteiras por ocasião das refeições, ou, como referimos mais atrás, de acordo com o relato de viajantes que percorreram os sertões a esse tempo, sobre malas de pregaria, ou encouradas, feitas de cumaru e revestidas de couro de boi.

Faziam-se refeições pela região, com idêntico procedimento lembrado por Luís da Câmara Cascudo, lido ao "Monitório do Inquisidor Geral", publicado em Évora, em 1536, em que se indaga "por morte dalguns, ou dalgumas**, comerão ou comem em mesas baixas**." (grifamos) André Lopes Ulhoa, da Bahia de 1619, por morte de uma tia querida tomara as refeições, seis meses, sobre uma **caixa da Índia** (grifamos), baixa, em lugar de mesa..."[12]

As "caixas de bom uso", que aparecem inventariadas na Ribeira do Mossoró, são às vezes de 5 a 6 palmos, ou seja, de 1,10 m a 1,32 m.

Entre os bens de Manuel João da Silveira (1872) aparecem arrolados para uso doméstico (copa e cozinha), 1 tacho, 1 almofariz, 1 chaleira de ferro, "**marmita de ferro**" (grifamos), 1 mesa de cumaru de 7 palmos (1,54 m), 4 cadeiras velhas, além de 1 caixa grande cumaru, de 6 palmos (1,32m).

Daí para a frente, tachos e panelas aparecem com mais freqüência nos bens de Luzia Quitéria de Góis, Francisca Maria de Jesus, Delfina Maria da Conceição, Agostinho Lopes de Lima, Pedro José da Costa, Antônia Leite de Jesus. Mencionado por exemplo, no inventário de Luzia Quitéria de Góis, "um tacho grande de cobre, de bom uso."

---

[12] In "História da Alimentação", 2º V., Cia. Editora Nacional, SP, p. 81.

O tacho, portanto, como utensílio de cozinha, a substituir a panela de barro, tende a inaugurar-se nas listas de bens de herança pelos anos 30 do século passado. Está configurado desse modo entre as utilidades domésticas de defunto inominado, cujo inventariante é Antônio Affonso da Silva (1833). Não tarda a comunidade ter sua própria tenda (ou tendas) de ferreiro, e até mesmo registrar, como no caso do inventário de Antônio Soares Couto (1856), um escravo oficial desse ofício, o crioulo Luís, de 50 anos, avaliado em 400$000.

Na composição da mobília, do interior das casas, não faltam bancos, uns de cumaru, pinho, pau branco, caraíba[13] e de inharé, fortíssima madeira, principalmente a de cor avermelhada, apropriada à fabricação de cabos de ferramentas, no caso, enxadas, foices e machados, então mencionados.[14]

Surge por então – pelos anos do meado do século – cadeiras de entrecosto, tamboretes, caixas (algumas até de cedro): os objetos de uso à refeição, como paliteiros, um dos quais localizado no espólio de Irineo Sorticaio Wanderley (1870), avaliado em 35$000, importância igual a que alguém podia adquirir uma égua, mais do custo de uma dezena de bodes inteiros, ou apenas um terço a mais do valor de uma imagem de Cristo, de prata, peças e animais arrolados igualmente naquela oportunidade.

---

[13] Cumaru, segundo Getú1io César, é o Dipterix tetraphylla, **Spruce**., acrescentando: "foi antigamente a madeira preferida para carros de bois e obras onde se desejava solidez". In "Curiosidades de Nossa Flora", 1956, p. 119; caraíba, e o Tecoma Caraíba, **Mart**; pau branco: trata-se da Auxema oncocalyx, **Taub**., uma borraginácea, segundo Renato Braga, que "talvez mais contribua para as construções civis"; (in "Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará", p. 385); Pinho, Pinus **L**.

[14] Philipp von Luetzelburg anotou: "Inharé: Pourama Spec." Para outros estudiosos (Andrade Lima) o inharé é Brossimim Gaudichandii, **Trec**. Ver "A Fitogeogralia no Rio Grande do Norte", de A. Campos e Silva e J. N. Cabral de Carvalho.

Outros paliteiros, como os legados por Antônio Gomes da Mota (1873), são avaliados por 12$900 e 11$900.

Citados do mesmo modo, como pertences domésticos, salvas pequenas e grandes: trinchetes, copos de vidro e de prata; garfos, facas (destas, uma dúzia já as tinha o mesmo Antônio Gomes Mota); bandejas etc., etc.

Nem todos, por esses idos dormem de rede, pois em 1838 ver-se-á um "catri velho" deixado por Ignácio de Souza Jardim à sua esposa e filhos, e nisso, a diferir de Luzia Francisca que, ao falecer em 1852, lega aos parentes, dentre outros pertences, a "rede de dormir usada" e "um lençol velho..." Noutro inventário. Joaquim Lopes de Oliveira (1859) demonstra requintes: dormia num **bangoê**, espécie de palanque feito de couro de boi, próprio para repouso mais prolongado. Mas é Manuel Arthur César Azevedo – mencionado anteriormente – quem dorme como os ricos das grandes capitais, a repousar em "cama larga d'amarelo", avaliada em 36$000", trastes de sua estimação. (1884)

De resto, a presença de camas de couro não demoram a aparecer inventariadas. Antes, em 1862, Francisca de Jesus Freitas tinha uma destas, deixada aos seus, ainda que em "mau estado".

Tem-se a compreensão de que, por muitos anos, até meados de 1850 aproximadamente, o quarto de dormir estava mesmo guarnecido com redes e baú ou malas de "pregaria" com pau descoberto ou "encouradas", isto é, revestidas, ou de "pregaria", mais consideradas pelos seus usuários.

Na maioria dos lares, nas alcovas não falta o santuário (oratório) para as orações de valimento, em que são encontráveis de uma a mais imagens, até cinco ou seis destas. E móvel às vezes de duas peças, a superior, onde se enfileiram as imagens de devoção, e que vai repousar firme em mesinha de cedro ou de cumaru. Em circunstâncias mais

raras, o móvel está preparado numa única peça: o santuário e a mesinha, que lhe serve de pedestal, concebidas em bloco.

Numa e noutra casa, a esse tempo, notada a presença de cabides nos quartos (em paredes, atrás das portas), ou, em alguns casos, em grau de maior experiência de conforto e arrumação dos indumentos de uso, a existência de cômoda fabricada de cumaru, freqüentes as de gavetas, de duas a cinco; de guarda-vestidos, como o de Quitéria Gurgel Ribeiro (1886), de cedro, que figura em sua alcova, enriquecida com "duas camas de ferro" e colchões.

Acrescentados a quartos de dormir: espelho (raríssimo), candeeiro (na maioria dos casos, velas); mesinha para sustentar o oratório, e urinóis (penicos) de ágata (importados e não mencionados), e que nas residências mais abastadas, do século, acabariam tomando o lugar dos vasos noturnos, de barro, antes do advento generalizado da retrete.

Não é cenário entusiasmante o das alcovas, não só as do **hinterland**, mas também das capitais, salvo o de residências dos mais abonados, situação que valeu este registro de Alcântara Machado[15]: "...O interior da casa brasileira (em 1888) continua a. moldar-se pela nudez e desprimor da casa portuguesa, no dizer de Eduardo Prado..." (...") "Salas imensas (as das grandes casas) em cuja vastidão se encolhem e somem os móveis destinados a guarnecê-las."

A vaidade tem lugar de destaque na vida dos nossos antepassados. Nem mesmo os menos remediados deixavam de possuir, por modesto que fosse, um cordão de ouro ou colar, este em dado momento (do final do século XVIII, a inícios ou meados do século XIX), dimensionado por varas, não sendo singulares os de "vara e meia", como se vê

[15] in "Vida e Morte do Bandeirante", Livraria Martins Editora, São Paulo, 1943, p..61

no arrolamento de bens deixados por Antônio Affonso da Silva (1833).

Compreende-se que, por então, as pessoas sabiam apreciar (comprar e guardar) anéis, argolas,. memórias, pentes de tartaruga (cobertos de ouro, às vezes), brincos, redomas, botões de ouro, trancelins, pulseiras, de preferência em ouro.

A moda em determinados momentos é exigente quanto ao penteado das senhoras, fazendo com que as damas de fino trato (e as que as imitavam) pusessem aos cabelos um montão de pentes de tartaruga, fato que, em 1832, provoca o azedume do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, do Recife, através de jornal de sua direção, "O Carupaceiro": "...a mulher vaidosa, filha avezada ao luxo, não admite razões; querem três, e quatro andares (arrumações superpostas) de pentes; querem sedas, toucados, fitas, ouro, prata, cobre, mariscos, querem tudo, uma vez que se ponham a vender..."(16)

Em novembro desse mesmo ano o Padre Lopes Gama estendia a verruma de seus conceitos sobre a influência do comércio estrangeiro no país, deplorando as "louçainhas e cachimbachos que as lojas francesas vendiam no Recife, quais "charolas de tartarugas, chamadas pentes", "balõezinhos de banhas, e essências de toda laia", "bolsinhas, lequinhos, gaitas, assobios e bonecos". Firmado contra a importação de roupa feita, esclarecia que "esta e a do calçado" têm produzido à última miséria aos nossos alfaiates e sapateiros", referindo mais: "Consta-me que em Inglaterra ninguém salta (desembarca) com vestuário que não seja feito lá, e até não se consente prata ou ouro manufaturado em outro país."

(16) Edição do dia 26 de maio de 1832.

Interessante observar: a preferência pelos metais em adornos, e por extensão, pelos de uso no desfrute social, faz presença na maioria dos arrolamentos de bens anotados no século passado, qual o de Antônio Leite, em 1851, onde avultam os "brincos cortados" (em pares e de dois tamanhos), colar, memória, "uma coberta de pente", "um par de esporas de prata" etc., etc.

Philipp von Luerzelburg, que andou pelos sertões nordestinos, mais próximo de nós, no decorrer do primeiro quartel deste século, registrou judiciosamente:

"A demonstração de riqueza e poder no fazendeiro só podemos observar quando se dirige em grande romaria para as feiras em companhia de seus inúmeros capangas. Prata e outros metais reluzentes, que cobrem os seus arreios, dão testemunho da sua riqueza."(17)

Em rigor, prossegue pelo século XIX a mesma tendência da moda em favor da utilização de adereços que constituiriam o vezo da sociedade na época colonial. Persevera a variedade excepcional de ornamentos anotados por Nelson Omegna(18), em que abundavam de modo profuso: – "luciarel cravejado de pedras, caixelo de ouro e sua corrente, escudos, orelheiras,. argolas, arrecadas de três voltas, brincos com seus aljôfares, cabaças, cabacinhas, pingentes, afogados, filigranas, gargantilhas, afogadores, cadeias, rosários de ouro."(19)

---

(17) in "Estudo Botânico do Nordeste", 2º V., IFOCS. Rio, s.d., p. 106.
(18) "Cidade Colonial", Editora de Brasília, 1971, p. 45.
(19) Para melhor compreensão do leitor quanto à identificação das designações antigas de certos adereços, principalmente jóias, segue listagem explicativa, baseada de modo particular em informações tomadas ao "Caldas Aulete": azeviche, substância tida por linhite de cor negra, muito compacta, utilizada na confecção e acabamento de adereços. Não de raro, talvez com a intenção de nomeá-lo, vê-se referencias a "bitume", "betume" etc. Canotilho; tubo geralmente estreito, constituído de metal e formando peças móveis, de que são exemplos peixinhos de prata. Memória; anel comemorativo, chamado "jóia de lembrar".

Não está bem explicado como essa demonstração de vaidade, e, às vezes, de ostentação, chegava aos sertões, mas não faltam pelos dias do século passado, em grande parte graças ao exercício dos mascates, os mais diversos adereços, jóias, fazendas, avidamente adquiridos por uma comunidade que sempre apreciou enfeitar-se.

O mascate – o vendedor ambulante desses idos – não passava despercebido ao fisco, ao alcançá-lo em todas as cidades através de posturas das câmaras municipais. No orçamento da Província de Pernambuco[20], em 1884, "constava como imposto de Indústria e Profissão a importância de 1:500$00O por joalheiros, caixeiro ou agente de mascatear na província e de 200$000 por mascate nas cidades do interior, onde joalheiros pagavam (ver a injustiça) 50$000."

No Piauí[21], em 1875, vendedores ambulantes desembolsavam 20$000 de imposto ao ano. Joalheiros e ambulantes (não seriam mais de cinco) compareciam com igual pagamento.[22]

Podia ser singela, sem enfeite, ou exibindo uma ou mais pedras preciosas. Pensamento; brinco de feição delicada. Arrecada; brinco ou argola destinada ao uso nas orelhas. A arrecada tinha forma característica, fingindo uma redoma. Mãozinha; figa, amuleto, de forma tradicional. Trancelim; trançado de fios de ouro ou de prata, bastante usada como corrente de relógio de algibeira. Ambre; o mesmo que âmbar, resina fóssil aproveitada no preparo de enfeites. Tartaruga; (pente, caixa etc.) artigo de uso generalizado feito de escamas da concha da tartaruga, produto geralmente importado. Cabaça; pingente, quase sempre de tartaruga. Daí em alguns inventários, "cabeça (por cabaça) de tartaruga. E mais: almofariz, vaso próprio para pisar tempero (grãos etc.). Redoma; recipiente de vidro; Breve; bentinho, escapulário; "objeto formado de dois pequenos quadrados de pano bento" preso a cordão de prata ou ouro. Peanha; pedestal para estatueta ou imagem de santo. Caçoleta; recipiente destinado a queima de aromatizantes. Do francês *cassolete*. Maria dos Anjos, em 1879, em Mossoró, possuía um.

[20] c.f. José Alípio Goulart in "O Mascate no Brasil", Edit. Conquista, Rio, 1967, p. 160.

[21] o.c., p. 159.

[22] idem, ibidem.

No Ceará, em 1887, de acordo com a fixação de despesas e receitas das câmaras municipais, como mencionado na Resolução nº 2.314, de 22 de novembro de 1886, quem vendia jóias pelas vilas e povoações concorria apenas com o desembolso de 10$000 para o fisco. A tirar pelo imposto exigido em Aracati, cidade inserida nas rotas das relações comerciais com Mossoró, estipulado em 50$000 – em quanto devia contribuir o "negociante ambulante" –, pode-se imaginar que, na última cidade, o referencial de cobrança não deveria ser muito menor de 30$000, por exemplo.

O importante é que, em Mossoró, não faltavam por esses dias, e antes, oportunidade para o mercado de jóias, pois são estas arroladas com freqüência em quase todos os inventários desde 1833, onde vamos deparar, por exemplo, "duas varas e meia de cordão de ouro", "um par de brincos e uma memória", "uma cabaça de juntas de tartaruga, coberta de pedras", "um pente de tartaruga", "pares de botões de ouro", "seis oitavas de ouro , seis oitavas de ouro em colar", "pente de tartaruga, coberto de ouro , redoma", "anel de pedra", "anelão de ouro", "um par de argolas"; ''uma cabaça de pente de tartaruga, coberta de ouro'', ''uma volta de canotilo (sic)", "um alfinete de ouro cravado em hum diamante", "um trancelim de relógio", "hum pente de prata, coberto de ouro", "anel de ouro francês", "huma ataca de ouro", "anel de coroa de espinho (!)", "huma ataca de ouro", "anel de mãozinha com batume (sic)", ''rosario de ouro'', ''relógio niquelado'', ''medalhão de ouro'', ''pulseira de plaquê (?)", "alfinete de ouro", "argolas de ouro francês" etc., etc.

Mas a sociedade de Mossoró não precisa apenas dos serviços de venda exercitados pelos mascates, para adquirir os adereços valiosos que usa. De 1873 a 1876, por exem-

plo, a se deduzir das atas da Câmara Municipal[23], tem-se na Ribeira, com mais freqüência, a presença de comerciantes, qual Ricardo Pereira de Sant'Ana, "pedindo licença para abrir seu estabelecimento de molhados e miudezas", com despacho favorável. Adiante, em sessão ordinária de 14.01.1875, outra firma vem requerer o direito de vender também "miudezas" na praça, J. M. de Oliveira Torres, assim como Souza Melo & Cia. Ou João Severiano de Souza, que pretende abrir uma casa comercial, para negociar "gêneros nacionais e estrangeiros."

O historiador Raimundo Nonato supõe o comércio de Mossoró "resultante da infiltração de elementos de fora, de uma gente estranha, que ali chegando, enfiava os pés no chão, trabalhava e ia se deixando ficar, dando conta de sua presença..."

Que gente essa? Acode o historiador a descrevê-los: "forasteiros, mascates, arrivistas, que vinham de terras estranhas, correndo atrás da sorte..."[24]

Indivíduos ambiciosos, no bom sentido; inovadores como William Dreffen, germânico, que requeria à Câmara a competente **licença para manter portas abertas de seus estabelecimentos para venda de mercadorias nacionais e estrangeiras**.[25] E através desses vendedores (melhor dizer: comerciantes) mais atualizados na moda, vai processar-se a venda de "fazendas inglesas", francesas, suíças e alemãs. Léger & Cia., firma do francês H. Léger, pelas páginas d'O Mossoró" já apregoava as novidades de que dispunha para sua clientela de bom gosto.[26]

---

[23] In Raimundo Soares de Brito, "Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1173-76)", Coleção Mossoroense, Volume CXCVIII, 1965, p. 40.
[24] in Raimundo Soares de Brito, o.c., p. 51.
[25] idem, p. 64.
[26] idem, p. 66.

Os tempos por então são bem diferentes dos de anos recuados, a exemplo, de 1866, quando a Câmara Municipal requerida a se pronunciar sobre a execução do Decreto nº 3.069, de 17.04.1863, que regulamentou "o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que "professavam" religião diferente da do Estado, "particularmente sobre os artigos 19 e 20", dá a resposta de que no "município (Mossoró) não existe felizmente (grifamos) pessoa que professe outra religião que não seja a do Estado..."

E tudo parece começar a se transformar para melhor, quando a mesma Câmara, a 18 de novembro de 1867, não permite a Souza Melo & Cia. edificarem estabelecimento comercial no "quadro da vila", pois a obra "desaformoseia a vila."(27)

Que gente essa, tão sensibilizada pelos adereços de ouro e prata, e enfeites de lar? Difícil traçar o perfil exato dos habitantes dessa comunidade, mas pode-se conceber o referencial dos tipos mais característicos, dos endinheirados, dos de condições financeiras comuns e dos espertados para a aquisição de adereços, de jóias de estimação e exibição, como Antônia Leite d'Oliveira, morta em 1851, e deixando aos seus herdeiros "hum par de brincos cortados", outro par, menor; "huma vara de colar", "huma memória zabumba (?)"e "huma coberta de pentes", tudo assim alinhado em curiosa linguagem que, só com muita persistência e interpretação, é possível identificar a verdadeira natureza dessas jóias. E lastreando o legado da referida senhora a indispensável mesa de cumaru, o jogo de caixas de pregaria, enxadas, foices e machados velhos ou usados, "hum silhão velho aparelhado", 3 vacas, 1 bezer-

(27) III "Atas da Câmara Mun. de Mossoró (1864-1866)", V. CCLXVII, 1984, p. 137.

ra, 1 garrote, algumas alimárias de uso dentre as quais um cavalo capado. E chamando a atenção "uma espada velha de ponta direita", que nos induz pensar ser o marido da declarante brioso oficial da Guarda nacional.

Sem dúvida trata-se de fazendeira, não da importância de outras que viviam por esses anos na Ribeira do Mossoró. Para seus serviços domésticos contava com a ajuda de escravinha de 10 anos, Rita, avaliada em 250$000. De terras, para exploração e desfrute, possuía apenas "80 braças" integrantes de sítio denominado Fortinho, localizado na freguesia de Mossoró, de meia légua de fundo (valendo 40$000) e de "huma parte de terra no Riacho Grande, no mesmo lugar e jurisdição, assim como "huma morada de casa velha de taipa na terra do Fortinho..."

Bichos e escravos misturavam-se amiúde entre os bens dos mais abonados, como vai-se ver no inventário de Ana da Rocha Martins (1853), que exibe, além de "botões de ouro" e outros adereços de valor, "hum aviamento de fazer farinha", "banca de couro, velha", "seis pares de surrões", cavalos de "segunda muda", "éguas novas e besta velha", assim como cabras-bicho e cabra escravo, avultando os de 400$000, 380$000, 450$000 etc., etc.

Dona endinheirada deixa a herdeiros "440 braças de terra no sítio Saboeiro", Ribeira de Mossoró; 13 braças e meia de terra anexa ao mesmo sítio; uma sorte de terra, idem, idem; "150 braças de terra na data de Umari", bem como casa de taipa, casa de farinha, além de uma "porção de madeira de carnaúba para um cercado", tacho, candeeiro de latão e bacia.

Há os que, tudo indica, vivem também dos ofícios da pesca. Nesse exemplo, o casal Targino Narciso Ferreira – Rozália de Souza (1856), donos de "huma jangada com huma vela de agulha" e "hum paquete velho". Da mesma

forma, Maria Francisca de Souza (1856) lega "huma jangada velha", proprietária que é de terra no sítio denominado Barra, na freguesia de Aracati, o que indica clara atividade de desfrutes pesqueiros.

Por diante, ver-se-á entre os bens deixados por Joaquim Nogueira da Costa (1889), "huma canoa de madeira amarela", evidenciando que, na área, não eram poucos os que se ocupavam indo, ora a rios, ora ao mar, à atividade distinta daquela que aparecia com maior ênfase: a agropecuária.

A vocação agrária está em primeiro plano. Daí explicar-se a relação de madeiras legadas e outras referências a cercados e currais, como se pode encontrar no inventário do Capitão Ignácio Fernandes Cazado (1859), arrolando um cercado de boiada, no sítio Pitombeira, fabricado de "madeira de carnaúba". Freqüentes o indicativo da disponibilidade de outros paus de construção toscas: "forquilhas, abazueira (?), própria para curral de caiçara"[28], "porção de madeira de jurema própria para curral..."

O "assude" parece e é realmente raro por então. Só está nomeado no inventário de Oliveira Guimarães (1869), dando-se ali um existente com "uma parede" e mais 'currais de cercado..."

E em outra oportunidade, mais perto de nós, em 1901, arrolado nos bens legados por Silvio Feliciano de Miranda, construído, como se entende, em sftio denominado Serra Mossoró: "açudeco, dous olhos d'água, sendo um destes somente três quartas partes, duas cacimbas..."

---

[28] Caiçara é tipo de cercado feito com paus e ramagens trançados, de altura conveniente para impedir a ultrapassagem de animais. Lei 33, de 1837, para a Vila de Mecejana(CE) era taxativa: cercas de caiçara deviam ter "sete palmos de altura". (ver Eduardo Campos in "Proc. de Legislação Provincial do Ecúmeno Rural e Urbano do Ceará", p. 117.

Não faltam escravos em Mossoró. Estão nos inventários referidos com suas habilitações e achaques, ainda que a maioria apareça sem nenhuma alusão ao que podem fazer. Em grande número desfilam com a apropriação doméstica de sua força de trabalho. Assim no espólio de Antônio Gomes da Motta (1873): "...Rita, capaz de qualquer trabalho, engomadeira (700$000); huma escrava Vicência, esta no número oitenta e três e número de ordem na relação dois; Vicência, parda, dezesseis anos, solteira; Mossoró, filha natural de Maria, número primeiro, capaz de qualquer trabalho, lavadeira (500$000)..."

Outros parecem um peso para os seus futuros donos: Nesse caso a escrava "Luzia, cor cabra, idade dezoito anos, "duente" de ataques histéricos" (Pedro Baptista de Morais, 1867); Germano, "idade vinte e quatro anos, cor mulato, que padece de huma Furcadetes[29], segundo é atestado apresentado em juízo do Doutor Manoel Marrocos Telles" (Bernardo José da Silveira, 1865). O cativo Onofre, cor mulato, sem ofício, doente de cancro", vale 500%. (José Nogueira de Sousa, 1863).

Há, no entanto, escravos bastante reputados. De exemplo Francisco (Francisco Xavier de Macedo, 1875), com 20 anos, capaz de qualquer trabalho agrícola", avaliado em 1:000$000, alto valor para esses dias, se comparado com a avaliação de "527 braças de terras" do sítio Bargado, fixada em 1:581$000.

Não são exemplos isolados os cativos pertencentes a mais de um proprietário, fato que chega ao derredor dos anos 80 do século que passou, quando em Mossoró, como

---

[29] Salvo melhor juízo, o escravo enfermo sofria de purgação crônica. Mais provável, um fluxo de gonorréia, cujo "qualificativo científico", por então, denominava-se **Xanthorréa**, Ver "Linguagem Médica Popular no Brasil", Editora Globo, 22 Vol., Porto Alegre, s.d., p. 232.

ocorria também no Ceará, o elemento servil ainda era promovido a interesse de negócio. A respeito, referindo-se ao fato, escreveu Tristão de Alencar Araripe: "O Ceará, na realidade, ainda era em 1880, um empório do comércio nordestino de escravos, reunidos em suas praias, tanto das províncias vizinhas, quanto aqueles do seu próprio interior para deportação para o sul."(30)

Fernando José Duarte, por essa época, presume-se, ainda lega a descendentes "uma parte no escravo Agostinho, **o qual está, por outros possuidores, liberto**." (grifamos).

Um mesmo escravo, pertencendo a vários herdeiros, gerava problemas, nem sempre bem explicados no texto dos arrolamentos de bens, como acontece na declaração de vontade da viúva Antônio Bezerra de Jesus, em 1865: "BENS: uma escrava de nome Francisca, criolla, idade quarenta e cinco anos, em a qual a finada inventariada, assentada, pertencendo a outra parte aos herdeiros, que foi avaliada por quinhentos mil réis, em que o monte, segundo a avaliação (é) de duzentos e cinqüenta mil réis, com que sai, digo, e tem somente oito herdeiros parte na escrava, e que segundo avaliação, nem (não) caber ao montante 277$777..."

A dependência ao divino, a tudo aquilo que preside às boas influências em favor do destino das pessoas, oriunda do que a tradição explica através da Igreja, como expressão da força do Senhor e sua Corte celestial, emoldura o homem sertanejo – e nesse caso em particular o habitante da Ribeira do Mossoró – em constante preocupação de submissão mística, que o torna devoto ou de Nossa Senhora da Conceição, ou de Jesus, entidades dos quais se acode

(30) apud. "Raimundo Nonato, in "História Social da Abolição em Mossoró", Edição Centenário, Coleção Mossoroense, Vol. CCLXXXV, 1983, p. 96.

com a adoção patronímica sob a intenção de livrar-se dos reveses do destino.

A própria linguagem oficial dos atos públicos, como o da lavratura de testamentos, transcorre sob invocação religiosa. Dessa maneira as fórmulas tradicionais de testamentos que ainda por volta de 1880 são encontrados nos manuais de instrução cartorária, qual o que se vê em "Guia Técnica e Prática dos Escrivães, Tabeliães e Oficiais de Registro", escrito por Luiz Francisco de Miranda, ex-tabelião de Ipu, Ceará.(31)

"Fórmula de um testamento feito nas notas: saibão quantos este virem que sendo no ano do Nascimento de N.S.J.C aos ... do mês de nesta cidade de ... e casas da mora de F., aonde eu tabelião a seu rogo vim..." (...) Primeiramente disse que como cristão católico quer que o seu corpo, tanto que falecer, seja envolto em hábito de..., e sepultado em..., que se lhe faça bem de alma conforme o uso, e a sua pessoa; e que depois se digam por sua alma... missas", etc., etc.(32)

O testamento de Bernardo José da Silveira, agricultor falecido em 1865, é típico documento desses dias, decorrente de homem rico mas analfabeto, ou de poucas letras, e acudido na lavratura de suas últimas disposições do auxilio do amigo Francisco Xavier Nogueira, que o elaborou em 1853.

"Em nome de Deus e da indivisível Trindade, Amém. Padre, Filho, Espírito Santo, em que eu, Bernardo José da Silveira, firmemente adora e confesso, como católico nascido e criado do Grêmio da Santa Igreja Católica; Saibão quantos este meu Solene Testamento verem (sic) para

(31) Editado pela Livraria de A. A. da Cruz Coutinho (Editor), Rua São José, 75, Rio, 1880.
(32) o.c., páginas 322 e seguintes.

melhor nome haja a dizer se possa, que sendo no ano do Nascimento de Nosso S. Jesus Cristo, de mil, oitocentos e cinqüenta e três, aos vinte dias do mês de dezembro do dito ano, em casas de minha morada, neste lugar denominado São Bento, termo da vila de Mossoró, da Comarca do Apodi, da Província do Rio Grande do Norte, desde já vou proceder este meu testamento na forma das nossas Leis vigentes do Império do Brasil. Eu, Bernardo José da Silveira, andando a pé, com robustez, e em meu perfeito juízo e claro, digo, juízo são e claro, entendimento que Deus Nosso Senhor Jesus Cristo foi servido dar-me e de mim confiar, e temendo-se da morte em qualquer momento que me for ordenado, e por não saber da certeza deste dia em que o mesmo Senhor Deus for servido chamar-me, e desejando de que minha alma livre de embaraços de que se vê, cercada nesta vida de misérias, vá gozar as eternas (do) descanso, logo que se desmembrar do corpo; primeiramente encomendo a minha alma a Santíssima Trindade, que de nada a criou, a Imagem de sua semelhança e a seu unigênito filho, a meu Senhor Jesus Cristo, a quem peço e rogo, que pelos ingênitos merecimentos e sangue precioso, que por mim derramou no Calvário de Cruz, e ofereço a seu eterno Pai para que queira receber a minha alma assim como recebeu a do divino Salvador, quando na cruz expirava, digo, quando na cruz por mim expirou, peço a Maria Santíssima, aos Gloriosos Patriarcas São Bento, São Francisco das Chagas, ao Santo do meu nome e a todos os mais Santos Arcanjos, Querubins e Serafins, sejão meus intercessores diante do Majestoso Trino Divino, pois pelas suas intercessão espero sair vencedor de todos os meus inimigos, e Salvar a minha alma; Declaro que por meu falecimento, o meu corpo será sepultado na Igreja – Capela do Mártir São Sebastião, da Freguesia de Santa Luzia de

Mossoró, no caso de aqui falecer, e a sepultura será no lugar onde os meus testamenteiros convierem e sempre desejo ser sepultado sem pompa alguma, e o meu corpo será amortalhado no hábito que os meus testamenteiros convierem...", etc etc[33]

Sob esse mesmo espírito e exaltação mística os testamentos de João Gomes da Costa e Maria José da Conceição (marido e mulher) invocam a proteção Deus Padre, todo Poderoso ao partirem "deste mundo", certos de serem favorecidos na hora em que forem prestar "conta ao Altíssimo Criador", etc., etc.

No mesmo tom o documento de Gonçalo de Freitas Costa, feito em Natal, se declarando "Cristão católico, criado no grêmio da Santa Madre Igreja Católica", e de alma encomendada a Santíssima Trindade e ao seu ingênito filho Jesus Cristo Nosso Senhor, e ao Mártir São Sebastião, e a todos os Santos da Corte do Céu..." etc., etc.[34]

Nem todos os testadores, naturalmente, têm esse mesmo sentimento religioso. E não de raro, em alguns inventários, fácil notar-se a formação educacional e o comedimento, e as preferências, através do que deixam aos seus entes queridos.

Nesse rol de exemplos o Juiz de Direito, João Quirino Rodrigues da Silva (1870), legando "1 Dicionário Francês-Português", um livro de autor de "Direito Francês denominado Montes Quis", como está escrito, e que se trata e evidente de exemplar de "O Espírito das Leis", de Montesquieu. E dentre outros volumes, "1 pequeno livro de

[33] in Sebastião Vasconcelos dos Santos e Nanci Neiza Wanderley de Oliveira, "Outros Inventários Mossoroenses (1863-1880)", Coleção Mossoroense, Vol. CXXXIII, 1980, p. 14 ess.
[34] in Sebastião Vasconcelos dos Santos e Nanci Neiza Wanderley de Oliveira, "Invent. Mossoroenses (1833-1862)", Vol. CXXX, Col. Mossoroense, 1980, p. 19 e 46.

Voltaire", em francês; a Seleta Latina; mais um "livro velho de Virgílio" etc., etc.

O dinheiro declarado em espécie começa a aparecer em alguns inventários. O Tenente Pedro Virgílio Freire transfere aos seus herdeiros "quinhentos mil réis em dinheiro"; Amélia de Souza Galvão (1891), 318$140; o inglês Charles Thompson (1892), 590$760; Frederico Figueiredo de Sabóia (1895) 8:600$000 etc. etc.

Aderaldo Zoezino de Freitas (1898), de todos, mostrou-se mais prevenido. Ao falecer, tinha em vigor um "seguro de vida na Cia. New York Life Insurance Company", o prêmio de 10:000$000. Mas Manoel Januário Lopes de Oliveira (1900) parece ter acreditado mais na moeda no cofre, pois os seus inventariantes encontraram em dinheiro a importância de 11:775$000!

Como viu o leitor, que nos acompanhou até aqui nessas observações despretensiosas aos "Inventários Mossoroenses", "Outros Inventários Mossoroenses" e "Terceiro Livro dos Inventários Mossoroenses" (abrangendo o período que transcorre de 1833 a 1901), importantíssimo trabalho de pesquisa cartorária e histórica diligenciado por Sebastião Vasconcelos dos Santos e Nanci Neiza Wanderley de Oliveira, pode-se dispor, sem dúvida alguma, de numerosos indicativos que concorrem para compreendermos melhor – e até identificar – como vivem não apenas os habitantes da Ribeira do Mossoró, mas os interioranos nordestinos, aparentemente isolados ou distanciados uns dos outros na vastidão do território geográfico que habitam, mas tão próximos, vizinhos, nas mesmas aspirações, nos mesmos temores e na obstinação para lutar e vencer.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Capistrano de – "Capítulos de História Colonial (1500-1800)", Edil. Universidade de Brasília, 1963.

BRAGA, Renato – "Plantas do Nordeste, Especialmente do Ceara", IOCE, Fortaleza, 1953.

BRITO, Raimundo Soares de "Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1864-1868)", Col. Mossoroense, Vol. CCLXVII, Mossoró, 1984.

_____. "Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1869-1872)", Coleção Mossoroense, vol. CCXVVII, 1985.

CAMPOS, Eduardo – "Capítulos de História da Fortaleza do Século XIX", Edições UFC, Fortaleza, 1985.

_____. "Procedimentos de Legislação Provincial do Ecúmeno Rural e Urbano do Ceará", Secretaria de Cultura e Desporto, Fortaleza, 1981.

CASCUDO, Luís da Câmara – "História da Alimentação", Companhia Editora Nacional, 5. Paulo, 1968.

CÉSAR, Getúlio – "Curiosidades de Nossa Flora", Recife, 1956.

FREYRE, Gilberto – "Sobrados e Mocambos", Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1985.

GOULART, José Alípio – "O Mascate no Brasil", Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1987.

LUETZELBURG, Philipp von – "Estudo Botânico do Nordeste", Rio de Janeiro, 1987.

MACHADO, Alcântara – "Vida e Morte do Bandeirante", Livraria Martins Editora, São Paulo, 1943.

MELLO, José Antônio Gonsalves de – "Diário de Pernambuco: Arte e Natureza no 2º Reinado", Edições Massagana, Recife, 1980.
MIRANDA, Luiz Francisco de – "Guia Técnico e Prático dos Escrivães, Tabeliães e Oficiais de Registro", Livraria de A.A. da Cruz Coutinho (editor), Rio, 1880.
NONATO, Raimundo – "História Social da Abolição em Mossoró", Coleção Mossoroense, Vol. CCLXXV, 1983.
OMEGNA, Nelson – "Cidade Colonial", Editora Brasília, 1971.
SANTOS, Sebastião Vasconcelos dos; OLIVEIRA, Nanci Neiza Wanderley – "Inventários Mossoroenses (1832-1862)", Coleção Mossoroense, Vol. CXXX, 1980.
_____. "Outros Inventários Mossoroenses (1863-1880)", Coleção Mossoroense, Vol. CXXXIII, 1980.
_____. "Terceiro Livro dos Inventários Mossoroenses (1891-1901)", Coleção Mossoroense, Vol. XLI, 1981.
SILVA, A Campos e CARVALHO, J. N. de – "A Fitogeografia no Rio Grande do Norte", Col. Mossoroense, Série B, nº 390, 1983.

Outras fontes:

Dicionário Caldas Aulete, "Carupaceiro(o)" e "Mossoroense(o)".

A "IDADE DE OURO" DO ALGODÃO NO CEARÁ

Pela metade do século passado prevalecia na cultura do algodão, no Ceará, a variedade *gossypium arboreum*. Pelo menos desse modo está no "Relatório e Catálogo da Exposição Agrícola e Industrial do Ceará, em 1866" (José Júlio de Albuquerque Barros, Rio, 1867), onde se lê que as amostras, então apresentadas pelos agricultores Paulo Gonçalves de Souza e José Cabral de Mello, eram daquela mencionada espécie.

Conheciam-se as sementes do *gossypium arboreum* pelas características próprias de dois tipos definidos aprovados no manuseio. Um: inteiras, pretas e compridas, que produziam fibra branca; outro, de igual conformação, mas parda e amarela a fibra.

Ao redor desses dias, novas variedades foram ou estavam sendo introduzidas segundo ainda o autor do Relatório. Dessa forma, o algodão chamado "quebradinho" (*gossypium herbaceum*) e o "rasteiro ou de longa seda." O último tipo, adver~ igualmente o autor do Catálogo: possuía todos os caracteres do *Sea-Island*, rasteiro, anual, flor amarela, semente verde, grande pericarpo, cinco capulhos, seda (de cerdas, seta; do lat. aplicado para definir o fio de seda e posteriormente a qualquer fio vegetal ou sintético, conforme os dicionaristas) comprida e lustrosa", assim admirado na, bonita amostra do Major Joaquim José Barbosa. (o.c., p. 20).

A preferência aos herbáceos, tudo indica, era adotada pelos lavradores das proximidades do mar (utilizavam terra arenosa), dominando os arbóreos a eleição matuta pelos sertões e notadamente nas serras, pois os agricultores da Meruoca – de acordo com as informações contidas na obra que vimos citando – praticavam o plantio com o arbóreo, de que resultava um produto com fibras mais adaptadas "ao processo de fiação, por serem mais fortes e elásticas."

Por presumível compatibilidade do solo serrano com a variedade em causa, o cultivo do arbóreo ia bem aproveitado nas projeções orográficas do Estado, referenciadas pelos estudiosos ao longo do tempo como "ilhas de verdume." E, de fato, das 16 amostras de algodão exibidas na exposição de 1866, pelo menos 11 derivavam-se de produtores situados ora na serra do Pereiro, ora na de Baturité, Pacatuba, Maranguape e Serra Grande.

Enquanto o algodão comum, mais abundante em seu trato na serra e no sertão, mantinha a produção por mais de 6 anos seguidos, o expositor Dr. Marrocos conseguia êxito com o herbáceo, de 4 pés de altura, assim com de outra variedade, de maior crescimento, que atingia a 6 pés de altura, pelo que imaginamos tratar-se do *verdão*, prevalecente até os dias de hoje em algumas regiões do Ceará, não obstante oficialmente desaconselhável o seu aproveitamento.

Raimundo Girão lembra: em virtude da alta do preço do algodão em rama "nos mercados europeus, conseqüência da guerra civil dos Estados Unidos", o Ceará conheceu em 1866 a "idade do ouro" dessa cultura (ver "Evolução Histórica Cearense", BNB, 1986, p. 159), em dias em que sucede, como refere, também a destruição de matas para a abertura de novos plantios. (idem, ibidem).

Não apenas esta a imprevidência. *O Estado*, por suas lideranças administrativas e empresariais, não soube aproveitar parte da cobiçada produção algodoeira, e, na oportunidade, estabelecer sua indústria no ramo. Nada mais reflexivo dessa situação do que a modesta galeria de expositores da seção *Indústria do Algodão*, na Exposição de 1866.

Quem melhor aparece ali é José Francisco da Silva Albano, com *corte dê calça, tecido em Sobral* (grifamos), maneira de dizer que exclui o sentido de "fabricação".

Os demais expositores exprimem sua capacidade produtiva, o que na verdade o Ceará manufaturava à época: Francisco Coelho Fonseca expõe uma "rede de dormir, tecida em Ipu", assim como Thomaz Antônio Pessoa de Andrade exibe amostras de "tecidos (!e algodão de uma fábrica de Granja" (grifamos), algo muito vago para identificar pelo menos os rudimentos de uma indústria capaz de prender a atenção dó público consumidor. E completando a relação dos produtos expostos: "5 redes de dormir, bordadas a ponto de marca" e uma "tarrafa de pescar tudo manufaturado em Fortaleza. (in "Relatórios', p. 27, 28).

Depreende-se (observação que arriscamos) que faltava ao Ceara um sistema mais desenvolvido para beneficiar o fio de algodão que produzia, e a agricultura empreendida, dedicada ao algodão, fazia-se desse modo sem estímulo e incapacitada a desenvolver outros setores mais rentáveis, no momento em que, de repente como ocorreu, falhou o mercado externo que bancava os negócios (a compra) do nosso "ouro branco."

Se quanto aos Estados Unidos (lembra Eugene Genovese, citando Leo Rogin, in "A Economia Política da Escravidão", Palas S.A., Rio, 1976, p. 49), a "escravidão negra retardou, em muito, o progresso tecnológico; impediu o crescimento da industrialização e da urbanização;

retardou a divisão trabalho que poderia ter estimulado a criação de novas técnicas; impediu a participação inteligente da força de trabalho na produção" etc., etc., pode-se imaginar que deficiências não teve de enfrentar o Ceará, à época, em circunstâncias assemelhadas.

Não ocorrendo produção têxtil, sob conceito de atividade fabril, mas só de cunho artesanal, conveniente admitir serem dessa última origem os tecidos que vestiam o segmento da população então submetida a cativeiro, que já aproveitava a fazenda dita "Americana", mais indicada para o indumento do escravo depois de 1860, fato mencionado anteriormente por mim (in "Condição de Vida dos cativos no Ceará", 2ª edição, Secretaria de Cultura, Fortaleza, 1984, p. 34), a tirar pelos anúncios e referências divulgados aos jornais desse tempo, de exemplo o que se podia ler ao "Jornal de Fortaleza", do dia 6 de julho de 1870: "Verdadeiro "americano" próprio para roupa de escravo, por menos do que em qualquer parte, vendem Fonseca & Irmão, salvados do vapor "Paraense".

Em 1865, a evadir-se de seus proprietários, Balduíno conduzia consigo "camisa e ceroula de algodãozinho." Do mesmo modo o chamado Cândido, a escapar de seus donos vestindo "camisa de riscado e ceroula "também de algodãozinho e na nota mencionada a possibilidade de ter o fujão carregado uma "calça de brim", a furto, podendo estar metido nela. (in "Cearense", 1866).

O "cabra curiboca" Anacleto, evadido pelos dias de 1867, apossara-se de uma "camisa de riscado *americano* (grifamos), calça de brim pardo" e "camisa de madapolão." A mulata "acaboclada", Maria, desaparecera metida numa "saia de chita de quadros", assim como outra, de nome Imirência, pachola crioula, fora-se de mundo afora com o seu "vestido amarelo" (...)"de flores verdes. (o.c., pp. 11 e ss.).

Presumo – a deduzir pela repetição desses avisos – escapasse a maioria dos escravos indumentados em trajes confeccionados em tecidos urdidos no Ceará, e só número, sobremodo inferior àqueles, com material (tecidos) de outra procedência do sul do país ou, a toda certeza, do exterior.

Há comunicados, conquanto raros, divulgados pelos jornais desses dias, quais o de Vicente, em 1868, "mulato alvação", evadido com "camisa *de algodão da terra* (grifamos), nova; Benedito (em 1870), igualmente envergando uma roupa do mesmo tecido. (o.c., pp. 120 e ss.).

A situação de debilidade da produção têxtil, no Estado, parece ter sido um mal regional. Outras províncias, com destacável precedência, já haviam inaugurado antes os rudimentos fabris do ramo, ou fora deste, como Spix e Martius depararam em 1820 no Maranhão, onde. na Capital, ao lado da unidade a vapor que viram ali instaladas para "descascar arroz", além de 230 teares em São Luís e 521 no interior, operados manualmente. (in "Viagem pelo Brasil", Editora Itatiaia Ltda., 1981, 22 vol., p. 285).

Ao redor dessa época, mais precisamente em 1825, a prevalecerem os testemunhos, o desenvolvimento manufatureiro em Recife era, a seu turno, considerável. O sr. Gervásio Pires Ferreira já instalara na cidade uma das maiores fábricas de tecidos à época", dispondo "de uma grande máquina (pode-se admitir, movimentada a vapor) de seis cavalos, doze máquinas de fiar, onde trabalhavam 50 escravos produzindo cobertores e algodãozinhos." (in "A Indústria Têxtil Brasileira", Rev. SENAI, Rio, outubro de 1949, *apud* Heitor Ferreira Lima, "História Político-Econômica e Industrial do Brasil", Brasiliana, SP, 1976, p. 207).

Em 1852, em Alagoas, funcionavam dois engenhos a vapor. Recife, na proximidade desses dias, das 500 fábricas existentes apenas cinco moviam-se a vapor. Nove anos

adiante, na Paraíba, evidenciava-se a "adoção de máquinas de ferro para beneficiamento." No Ceará, em "meados do século, instalou-se uma descaroçadeira que, além da manivela e dos cilindros que também compunham os engenhos primitivos, dispunha de uma escova destinada a tirar e bater o algodão descaroçado." (in "História do Brasil, Geral e Regional", 22 vol., Nordeste, Editora Cultrix, vol. II, SP, 1968, pp. 149,150,151).

Muito provável se tratasse de maquinismos descaroçadores, que, em 1851, fabricados por Augusto Mullet, passaram a ser vendidos em Fortaleza, consoante referência do historiador Raimundo Girão, (in "Evolução Histórica Cearense", BNB, 1988, pp. 156,157).

Quer Heitor Ferreira Lima, em observação válida, que "uma das maiores deficiências de nossos processos manufatureiros (em termos nacionais), de então, consistia na ouca difusão do uso do ferro." (o.c., p. 211). O produto de que dispúnhamos ao tempo, obtido de incipientes fornos do país, alcançava os locais de utilização sob encargos sobremodo onerosos, razão pela qual – admite-se – ferro e aço, por exemplo, utilizados no Ceará, acabavam em maior quantidade chegando do exterior.

Em rigor, as informações sobre o assunto são falhas e se conflitam. Custa crer, para mencionar a respeito, Recife detivesse o núcleo de uma fábrica de tecidos em 1820, não tendo conseguido a província acrescentar nada de chamar a atenção, na espécie, na Exposição Provincial de 1866. Muito menos na Exposição de 1872, senão vejamos: "A Comissão (da Amostra) sente verdadeiro pesar ao dizer, no presente relatório que a Província de Pernambuco é uma das mais pobres do Império na indústria de tecidos." Quem quer que estudasse os recursos da Província, disse aquela Comissão de 1866, reconheceria que as fábricas de tecidos

seriam de todos os estabelecimentos fabris, os de maior utilidade e vantagens para o Comércio e Agricultura, porquanto são porventura os únicos que reúnem as duas principais condições de manufatura: barateza de matéria prima e consumo dos seus produtos. "Estas palavras, que dizem a verdade, estão longe de se traduzirem por fatos neste grupo (expositor). Não só a Exposição de 1872 veio revelar-*nos a ausência completa de estabelecimentos fabris desta especialidade* (grifamos), como apenas dar uma vantajosa idéia dos trabalhos de rendas, passamanes e bordados." (in "O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste", José Antônio Gonsalves de Mello, Recife, 1975, p. 312).

Fica a pergunta: por que, pelo menos, não obstante a "idade de ouro" do algodão percorrer os anos bem sucedidos de 1864 a 1868, não prosperou a idéia do aproveitamento mais objetivo e atualizado da produção algodoeira, para tornar realidade a nossa conscientização industrial?

Por oportuno repetir uma observação de Paul Mantouy: "Os movimentos econômicos são mais confusos", mais difíceis de entender do que "as origens dos movimentos intelectuais, religiosos e políticos." É que, quanto a estes, não faltam os acontecimentos, os homens, os livros" demarcantes dos pontos de sua referência na "continuidade fugidia do tempo." Àqueles não falta uma "multidão de fatos obscuros, quase insignificantes no detalhe", e que se confundem e se modificam ao infinito. (in "A Revolução Industrial no Século XVIII", UNESP, SP, pp. 19, 20).

Na década de 1860-69 havia no Nordeste uma situação econômica incapacitada, tudo indica, de despertar a inteligência das pessoas em atividades contribuintes à fuga da tradição operacional, mais artesanal do que fabril, então vigente. Tomava corpo, por esses dias, a valorização cultural da comunidade. No caso particular do Ceará, saíamos

da rotina de ler, de conhecer o pensamento erudito nos livros alugados aí ao português Manuel Antônio Rocha (sucedia em 1894), para o acesso à primeira Biblioteca pública, inaugurada a 25 de março de 1867. (ver "Pequena História do Ceará", Raimundo Girão, UFC, t971, p. 263).

O desenvolvimento da mente provinciana, em 1846, marca a circulação de um bom jornal para o tempo: "Cearense". A presença, em seguida, do primeiro livro didático, de autor da terra: "Princípios Elementares da Cronologia para uso do Liceu do Ceará", em 1850. E, mais adiante: "Elementos de Geografia". (o.c., p. 265).

A sociedade cearense praticamente tornava-se mais ela mesma, porém, ainda assim, não sabia como ousar, e avançar em seus métodos de produção industrial.

O desenvolvimento torna as sociedades "mais dinâmicas e mais diferenciadas", explica Werner Plum. "Nossas tensões sociais se fazem sentir. Por outro lado, perdem significação as peculiaridades de grupos isolados, de povos isolados...", normais em épocas pré-industriais. As sociedades industriais tendem a submeter o indivíduo a normas, porém às *normas naturais* (grifamos) do mundo do trabalho industrial." (in "Exposições Mundiais no Século XIX – Espetáculo de Transformação Industrial", Friedrich-Ebert-Stiftung, Bonn, 1979, p. 33).

Que quantidade de equipamentos (maquinaria) acionados a vapor – sem dúvida um indicativo de progresso fabril da época – podia ser encontrado na Capital, no interior do Estado, a serviço do beneficiamento do algodão que produzíamos?

Resolução de nº 1.365, de 20 de novembro de 1870, sugere a existência do vapor melhor (e mais) utilizado. O texto legal propõe "imposto sobre máquinas de descaroçar algodão e outros misteres, sendo 4$000 réis pelos movi-

dos a mão, 8$000 pelos movidos a animais e 12$000 *pelos movidos a vapor*." (o grifo é nosso).

Em rigor, as informações sobre as atividades manufatureiras do Ceará, pela metade do século passado, não simplesmente deficientes. O assunto, de pouco interesse dos historiadores e estudiosos de nossa evolução econômica, não encontra espaço hábil. Mas pode-se referir que esse período, consideradas as proporções, coincide com o da evolução industrial e comercial do país, quando se criam "os primeiros núcleos manufatureiros de certa importância, transformadores do sistema artesanal para o industrial, que se intensificaram sobretudo a partir da década de oitenta..." (in Heitor Ferreira Lima, o.c., p. 269).

O mercado do algodão conhece o seu grande acidente de percurso. A Inglaterra, dominadora dos negócios do "ouro branco", em 1860, com a ascensão de Lincoln à presidência dos Estados Unidos, por interesses comerciais e econômicos, passou a subsidiar os Estados do Sul. Não demorou eclodir a guerra da Secessão (em 1861), dias em que os Estados sulinos "ainda colheram 4.5000.000 fardos" de algodão. Em 1864, apenas podiam exportar 300.000. Em 1861, para a Europa, só conseguiam enviar 615.000 fardos." E, em 1864, mal podiam exportar 23.000...

Desse modo, Lancashire assiste ao desemprego de 250.000 tecelões, enquanto 160.000 só dispunham de trabalho "durante 4 horas por dia." Conta Antonio Zixhka, n"'A Guerra Secreta pelo Algodão" (Livraria Globo, 1936, p. 61).

Enquanto isso, o Brasil comercializa com a Europa o algodão que produz e, nesse contexto operacional, insere-se o Ceará cuja colheita e produto vendido são da ordem de 1.128.168 k, total que passa no biênio 1868-1869 para 4.686.300, e surpreende a todos com a quantidade ven-

dida e exportada em 1871-1872, 8.324.258 (in Raimundo Girão, o.c., p. 154).

Infelizmente não soube o Ceará preparar-se para estimular a formação, ainda que incipiente, de seu parque têxtil.

Desencorajadora a situação fabril na província, a começar por Fortaleza, a exemplo, na vigência do ano de 1868. Como se pode ver na edição do "Jornal do Ceará" (17.04), a "capacidade industrial na capital resume-se a 48 engenhos de ferro, 25 de madeira, 46 oficinas (de finalidade própria para as necessidades de então) e 285 fábricas (aviamentos) de farinha. No setor industrial (sic), se assim é possível mencionar, empregam-se 574 pessoas, sendo 514 homens e 50 mulheres, e, desse número, 512 livres e apenas 60 escravos, os últimos, 12 por cento dos primeiros. Na periferia urbana ou praticamente rural, trabalhavam as 285 fábricas de farinha 810 homens e 900 mulheres, portanto 1.700 operários... (in "Crônica do Ceará Agrário", Editora Stylus, 1988, p. 54).

A iniciativa privada no desenvolvimento desse processo de evolução técnica e apreensão de novos recursos mecânicos (assim, para melhor dizer) tem, às vezes, importância fundamental quando falha a inspiração ou estímulo da administração pública. Desse modo, de se observar na maioria dos casos o trabalho da iniciativa privada, como aconteceria com o padre Alexandre Araújo Melo, no ano de 1868, levando de modo próprio, para o município de Limoeiro, o cultivo do algodão. "Dotado esse sacerdote de uma capacidade de trabalho admirável, ele mesmo em pessoa ensina aos agricultores como se fazia a cultura (do algodão), que a princípio era somente aplicada aos teares locais no fabrico de redes, fazenda para roupas de homens e cobertores etc., etc. O algodão macaco (grifamos) teve então sua propaganda para ser urdido com o branco (gri-

famos), fabricando-se fazenda para calça, trajo que só usavam os homens de destaque, e nos dias de solenidade. Era a calça e a camisa fina, camisa de madapolão (manipolão como chamavam) pespontada a cacondê – os trajos de ver a Deus – quer dizer, de ir à missa." (in "Álbum do Jaguaribe", Eusébio de Souza, 1922, Empresa Gráfica Amazônia, Belém, p. 81).

Para concluir este breve estudo de interesse da cotonicultura cearense, e de sua importância na evolução econômica, torna-se necessário repetir a observação de Nino Salamon (in "Causas Sociais da Revolução Industrial", Editorial Presença, Lisboa, 1978, p. 33) que, a nosso entender, se ajusta à realidade agroindustrial do Ceará, por aqueles dias, que, parcialmente rememoramos: "Uma sociedade largamente agrária, dominada por relações de tipo servil e que produz principalmente valores de uso na base de técnicas e instrumentos que constituem quase apenas um prolongamento da mão do homem, é por isso mesmo caracterizada por um baixo potencial de acumulação: ela é, portanto, incapaz de conhecer fases de desenvolvimento no sentido em que o entendemos."

Enquanto isso, o processo de desenvolvimento presidido na Inglaterra, no ramo têxtil, alcançava inimaginável aperfeiçoamento.

Em 1857, e mais próximo de 1860, o Ceará ainda tecia fazendas grossas de algodão, como se vigorasse o alvará de 5 de janeiro de 1785, que, exceto as desse tipo, não era permitida a produção de cetins, chitas, fustões etc., etc. Mas, na contrapartida, recebia da Europa, acompanhada de figurinos da França, a exemplo, profuso sortimento de tecidos como os que se podia ver às páginas do jornal "O Commercial" (edição do dia 27 de agosto e de 27 de dezembro) e que conflui, junto a outras indicações

publicadas à época, para sugerir um rol de artigos, desse tipo, ofertados à sociedade fortalezense.

Senão vejamos: chitas francesas, cambraias lisas, popeline de Paris, sarjão de lã, alpaca (de seda e lá), congréve, lapins, gorgorão, musselina, casemira, bretanha de linho, riscadinho, cetim de Macau, pano adamascado, seda, gaze, filó de linho, linho, cretons, fustão, tulle; faille, bretanha de linho etc., etc.

Na década de 1880-89, se por um lado a capacidade produtiva industrial do Estado acrescenta avanços no seu desempenho, a concorrência dos artigos têxteis, oriundos de outros lugares (inclusive do sul do país) é impressionante não só no tocante às peças de algodão, madapolão, cambraias, brins etc. Compreensíveis os tipos de tecidos vendidos por esses dias na região: madapolão das marcas "Margarida", "Patente", "M.A.", "Flor do Bosque", "São Joaquim", "Império", "Goyano", "M.O." (francês); brins: "Argola", "Esplêndida", "Castor", "Bahia", "Rio", "Algodão Americano" (importado, talvez), e as cambraias: "Mariposa", "Victória", "F", etc., etc.

O tempo haveria de passar até que, em 1884, pudesse o Ceará chamar a atenção de sua sociedade para avisos como este:

> *"INDÚSTRIA CEARENSE: – Pano de algodão branco superior da Fábrica Cearense. Economia para o povo. Em grosso e a retalho, na "Loja do Povo" e "Libertadora", estabelecimentos de Albano & Irmão." (in jornal "Constituição", 30 de abril de 1884).*

DESCRIÇÃO FÍSICA DOS NEGROS FUJÕES

Escrevi antes, em "Revelações da Condição de Vida dos Cativos do Ceará" (Secretaria de Cultura, IOCE, 2ª edição, 1984), que na coletividade de miseráveis – escravos submetidos a seus senhores no Estado – havia os que carregavam defeitos físicos degenerativos; os de dentes podres, naturalmente cariados; os de olhos vermelhos pela blefarite (sapiranga), sem ao menos os poderem abrir à luz do sol, ou quem, de tanto se expor a serviços permanentemente perigosos, acabava com exibir queimaduras na cabeça, no peito etc., etc.

Mas não houve tempo, então, para destacar a mais vagar os tipos humanos que, de forma repetida, anunciados pelos jornais à época, podiam contribuir para a eleição dos caracteres identificadores, mais comuns, de sua apresentação individualizada.

Será indispensável no entanto ter em mente, nesta análise, alguns fatores determinantes: o estado sanitário, por exemplo, em que vivia o escravo depois de cumprir a experiência de trasladação simplesmente traumática; a quase total ausência de cuidados medicinais, capazes de protegê-lo, assim como a indigente dieta inadequada ao esforço físico que, todos os dias, desde as primeiras horas da manhã, até às 19 horas, era obrigado a exercer. Sob tais circunstâncias, não admira escrevesse a respeito o médico José Rodrigues de Lima Duarte, em tese de doutora-

mento para a Faculdade de Medicina do Rio, em 1849, sublinhando-lhes os maus tratos decorrentes da viagem por mar: "Submetidos pois os escravos, durante todo esse tempo (as travessias duravam de 45 dias a mais), a condições maléficas, seu organismo deteriora-se, e aportam às nossas praias em estado bem deplorável. Não devemos nos admirar de tantas moléstias atacando os recém-chegados, como disenterias, hepatites etc."

E não parava aí. Os organismos jamais se restabeleceriam por completo. Em terra, o tratamento ficava longe de ser ideal para esse tipo de trabalhador. Café com água quente açucarada, e pão, a rotina para almoço e ceia. Ao jantar, dava-se ao cativo "feijão, farinha e um pouco de carne seca."

Desse modo, frugal, bastante frugal, a refeição do escravo, assim servido depois de enfrentar as atividades domésticas em que se empregava – anotaria o dr. Antenor Corrêa de Souza Costa, em 1865, conforme registro de Ruy Coutinho, em seu estudo "Alimentação e Estado Nutricional do Escravo no Brasil", in "Estudos Afro-Brasileiros", I Volume, 1935, páginas 203-205.

Daí, expõe o pesquisador, as xeroftalmias, as hemeralopias, as pernas cambadas, os joelhos inchados, as pernas finas decorrentes de declarado raquitismo.

O sol generoso do Nordeste, que pode por certo atenuar os efeitos da descalcificação, não vencia a pele negra do escravo "dificilmente permeável" aos seus raios. (o.c., p. 211).

No rol das enfermidades a que poucos escapavam, os casos de glaucoma ou *arcus senilis*; de sarna, verminoses, erisipela, tísica, ingurgitamento do fígado etc., etc. E como se nada disso bastasse, a intervenção mal-sã do senhor do escravo, amputando o dedo da mão de suas peças, quebrando-lhes os dentes, retalhando-lhes as faces, lanhan-

do-lhes as pernas, as costas etc., procedimento que, em muitos casos, além de marcar a criatura humana, deformava-a até o fim de seus dias.

E ao término desse processo de desprezo e aviltamento ao escravo, de pouca atenção às suas necessidades de alimentação, e tratamento das mazelas que o acometiam, havia de restar, como se verificou, o tipo de servo mais comum descrito e anunciado pelos jornais da província, quando escapados de seus proprietários. Alguns, como o negro Raimundo, conforme publicação inserida n'"*O Araripe*", em 1858, que, fugindo a seu dono, dez anos atrás, naquele ano era ainda desejado de volta, a toda certeza por ser aprendido, pois sabia ler e escrever...

O escravo tinha pouca estatura. Era de pernas finas, usava barba (de pouco volume ou cerrada), a cabeça plantada sobre o pescoço curto (e geralmente grosso); a cor fula, como se costumava dizer; os dentes comprometidos, boca regular (quase sempre grande); rosto redondo, olhos pretos ou castanhos, nariz raramente afilado (tradicionalmente achatado), testa cantuda e lábios conhecidos, como "beiços grossos", levantados ou simplesmente "beiçudo".

Não raro os escravos (aqui referidos em anúncios através dos jornais então circulando na Província, no século passado) com visível interesse de parte de seus senhores, na melhoria de sua apresentação. Havia até nessa listagem as peças vaidosas qual a negra Luiza, já meio avelhantada mas sem dispensar o uso de "marrafas um tanto crescidas em ambos os lados da testa, e com pentes." ("Correio da Assembléia Provincial do Ceará", 1839). Outros, figuravam nos avisos de negros foragidos, do jornal "Constituição" (1871), explicados como de "boa figura", "palavreador"; a mulata Maria (está na publicação do "Pedro II", em 1867) podia ser vista de "cabelo amarrado e corridilho", a envergar

"vestido de chita de quadros." Severino, outro fugitivo insistentemente procurado, era "mulato claro, alto, seco de corpo, pouca barba, cabelos crescidos e penteados (que detalhe!), de 30 anos de idade, pachola, palavreador..."; e, para complementar, anote o leitor: *apelintrado*. (in "Constituição", 1870).

Mas muito lamentado pelo seu proprietário, quanto requerido de volta e a troco do desembolso de 300$000 réis (uma fortuna para aqueles dias...), a mulata Antônia, de 35 anos (pouco além da idade balzaqueana), "um tanto descorada, rosto redondo, magra, altura regular, cabelos carapinhos" e que costumava – observe-se o inusitado detalhe: "andar com limpeza..." ("Cearense", 1877).

A relação dos extrovertidos, isto é, dos pândegos que, não obstante os sofrimentos enfrentados, gostavam de se divertir, é bastante alentada senão vejamos: Francisco, aos 25 anos, como mencionado no jornal "O Comercial", de Fortaleza, em 1856, "trabalha bem de machado, masca fumo e toca gaita...". No mesmo jornal, esse ano, outro anúncio: a escrava Margarida, procurada durante três anos seguidos: "...pesca e trabalha em roçado, de foice e machado; é **muito cantadeira** (grifamos)...

"Ernesto, procurado pelas páginas do "Araripe", em 1858, não obstante ter "uma mão seca", é "apaixonado por samba." José vê-se nas páginas de outro jornal, "A Constituição", de 1865, – era pedreiro de ofício mas dependente da bebida... e sambava. Antônio, outro fugitivo bem parecido e diligente – como dizia o texto divulgado pelo "Cearense" (1871), tem "cabelos negros e crespos, bons dentes, olhos redondos e vivos, é freqüentador de sambas, bebe aguardente, é prosista e ladino..."

Matinho, também seduzido pelas alegrias da música, é muito comunicativo: ri baixo, "fala grosso estralando na

garganta e um pouco pelos narizes... Escapou a seus donos, conta o "Cearense", em 1878, "conduzindo um realejo e quase nada toca nele": tocava mal viola...

Nem todos naturalmente podem ser incluídos no rol desses divertidos oprimidos. Nesse caso os que se sentem desvigorados, as pernas frágeis ou defeituosas, os pés vulnerados pela falta de asseio e proliferação de bichos – o indesejável sifonáptero (*Tunga penetrans* **L**), que tantos incômodos e estragos físicos causava às extremidades de suas vítimas.

"Para a formação desse quadro, de modo decisivo concorre o deficiente suprimento de fósforo e cálcio. Daí as malformações ósseas encontradas", assevera Gilberto Freyre, citado por Ruy Coutinho (o.c., p. 210): "pernas tortas arqueadas, cambadas, pés apalhetados, certos casos de cabeças deformadas – de cabeças quadradas, puxadas para traz, de testas e cabeças encalombadas – e ainda os peitos estreitos, as doenças devidas à deficiência de alimentação e à falta de sol."

No Ceará, avultavam os escravos de pernas finas. Desse modo, em 1839, Francisco e Paulo, apregoados no "Correio da Assembléia Provincial" "pela sua má conformação física; "pernas compridas e finas". Por igual o cativo Francisco, dito em aviso publicado n"O Comercial", em 1856, ter "pernas finas e alguma coisa arqueada..." O "Cearense" acolhe anúncio de outro fugitivo, em 1877, com este detalhe: o evadido possui "pernas finas; corpo um pouco franzino..."

O mesmo jornal, no ano de 1871, divulga matéria paga alusiva a um negro fujão chamado Antônio, mencionando-lhe a "perna fraca que, quando (anda) tira o pé um pouco fora..." Paulo, anunciado no "Correio da Assembléia Provincial", em 1840, não pisava bem: tinha as "solas dos

pés alguma coisa rachadas...” Mas pior o estado da negra Joaquina, a se tirar pelo aviso publicado no jornal “Cearense”, em 1856: “tem em ambos os pés cravos; para andar bem (direito), anda de chinelos e sem eles pisa sobre os calcanhares.”

José aparece descrito n”’O Araripe”, em 1858, como de pés cambados (ou apapagaiados como vulgarmente dito) com muitas verrugas no pé direito...” Joaquim, anunciado pelo “Cearense”, em 1868, padece com os seus “pés apaetados”... Marcelino, conforme o “Jornal de Fortaleza”, em edição do ano de 1870, não pode disfarçar os pés, “indicando ter tido muito bicho.” (bicho de pé, conforme mencionado antes). E Manoel, pelo “Cearense”, em 1877, é apresentado com os “dedos dos pés e os calcanhares trincados por calor de fígado.”

Não admira seja falhada a dentadura dessas criaturas. Raríssimos os oprimidos como o escravo Gregório, em 1839, procurado pelo “Correio da Assembléia Provincial”: “possuía todos os dentes na frente, cheio de corpo da cintura para cima, **perfeito de pés e mãos...**” (grifamos). Outro, em caso assemelhado, de nome Roberto. De acordo com a “Constituição”, em 1865, era “cachaceiro e não feio”, de “boa figura”, exibindo todos os dentes na frente.” Assim, ainda, Domingos e Manoel, em 1867, anunciados pelo “Pedro II”: o primeiro, com “dentadura perfeita” e o segundo, além de ser “alto (com) corpo regular”, tinha os dentes igualmente saudáveis. Era muito corrido – isto é, – viajado.

Gaspar, em 1839 – descreve-o o “Correio da Assembléia Provincial”, não possui “dentes na frente. “Do mesmo modo o escravo Paulo, também mencionado àqueles dias naquela folha. Pedro, igualmente desprovido dos dentes da frente, está procurado nas páginas do “Araripe”. No entanto, mais infeliz de todos é a macérrima Teresa, cabo-

cla de 40 anos, que carrega na boca quase todos os "dentes podres e quebrados." Di-lo "O Comercial", em 1856.

Ter "dentes limados" ou "abertos", como referidos por esses dias, é prática de cativos vaidosos que, propositadamente os defeituavam, pretendendo efeito puramente visual. Via de regra, dessa feição, contemplados mesmo em dentadura de peças novas, de 20 a 30 anos. Inocêncio, por exemplo, tinha-os limados e bons. É como está no "Cearense" em 1869. E, no ano de 1876, ainda naquele órgão, mencionado o destaque da dentadura de Antônio: apresenta "dentes limados ou abertos e sãos."

Males venéreos, pelo menos entre os escravos do Ceará, não pareciam disseminados. De igual modo a presença da sífilis. A não ser que nos raros casos em que se nomeia a ocorrência de bouba, a enfermidade maldita esteja aí mascarada como produzida simplesmente pelo *Treponema perteneu*, que, conforma o dicionarista Aurélio, "determina alterações semelhantes às da sífilis." Enfermidade naturalmente contagiosa e que de maneira compreensível incluíam-na os diagnósticos praticados nos hospitais de então, como registrou Osvaldo Cabral, no "Livro de Registro de Entrada de Doentes no Hospital", do Desterro, entre 1789 e 1810, citado por Lycurgo Santos Filho ("História da Medicina no Brasil" (II vol., p. 85), confundida com "doença venérea"; "humores de boubas"; (...),"boubas" etc., etc.

Ao longo de pelo menos 500 avisos de negros fujões, lidos aos jornais que circularam no Ceará pelo século passado, observados apenas dois registros de oprimidos molestados pela bouba. O primeiro, referente ao pardo Hilário, de 20 anos, evadido da Santa Casa de Misericórdia, onde se submetia a tratamento, tendo "na virilha uma fístula de um boubão..." O segundo, o negro Raimundo, igualmente

moço, de 27 anos, possuidor de "cravos nos pés, proveniente de boubas." (Respectivamente in "Cearense", de 30 de janeiro de 1876 e 28 de janeiro de 1877).*

No Ceará, diferente do que ocorria no Rio de Janeiro, na década de 1830-39, as doenças venéreas não contribuíam para particularizar os sinais pessoais de escravos fujões.

* A data da publicação dos demais anúncios, mencionados no texto, pode ser identificada, como se segue, de acordo com a ordem das anotações feitas: "Araripe(O)"; 1858, 30.04; 1858, 27.02; 1855, 19.11. "Cearense", 1877, 22.08; 1871, 10.10; 1878,19.05; 1877, 30.08; 1871, 01.09; 1866, 27.06; 1868, 23.05; 1878, 16.12; 1869, 04.12; 1876, 10.09. "Correio da Assembléia Provincial", 1839, 09.02; 1839, 24.04; 1840, 22.12; 1839, 24.04; 1839, 11.05. "Commercial (O)", 1856, 24.06; 1856, 11.09; 1856, 17.04; 1856, 14.02; 1856, 10.01. "Constituiçao (A)", 1867, 07.04; 1870, 02.02; 1865, 29.07; 1865,02.12. "Jornal de Fortaleza", 1870, 09.06. "Pedro II", 1867, 29.09.

ESCRAVAS: A SENSUALIDADE SUBMETIDA

Fora de qualquer dúvida: os escravos, ainda que do sexo feminino, no regime escravagista brasileiro eram bastante exigidos no desempenho de suas tarefas domésticas e de campo. Em rigor, como referiu Gilberto Freyre, constituíam-se no "capital de instalação dos brancos", de que resultaria a escravidão marcadamente "excitante de sensualidade entre portugueses", e, mais "tarde entre os brasileiros." (in "Casa Grande & Senzala", pp. 303, 305).

Mesmo quando os patrões e, não raro, as donas de casa batiam nas negras cativas que possuíam – ocorrência testemunhada por viajantes ilustres –, os últimos nem sempre faziam por simples impulsividade perversa, mas por vingança de delitos amorosos flagrados ou delatados por terceiros.

A sensualidade das mucamas, cozinheiras e amas-de-leite, apropriada impudentemente pelo Senhor, acabava vulnerando o equilíbrio de respeito entre os que mandavam e os que obedeciam, intervindo a esposa ultrajada com a instrumentalização do sentido de vingança em que se misturavam ciúme, revolta e desprezo.

Em verdade, ainda lembrando Gilberto Freyre, tinha curso na sociedade colonial e provincial) o que se pode definir por "prostituição doméstica", toda uma série de manifestações não imunes à lubricidade provocada por molecotas em formação, ou já tornadas mulheres, e que se

moviam em informalidade provocante ao redor das atividades de lar e família.

Se havia os que valorizavam de modo inocente a convivência com os cativos, diferente praticava a maioria. No primeiro caso, citável o senhor Júlio Belo, de Pernambuco, que em seus dias de infância, fazia "cavalhadas de cavalo de pau ou de flecha de cana", a que não faltavam "as damas", mulatinhas e cabrochas, "filhas de escravos, sentadas num palanque improvisado para receber as argolinhas e nos amarrarem nos braços à guisa de fitas de gorgorão." (in "Memórias de um Senhor de Engenho", p. 64).

Os outros, infelizmente, em maior grau iniciavam-se na vida sexual (poderíamos dizer erótica) utilizando-se da disponibilidade feminina escravizada e sujeita, por essa decorrência, a seus caprichos. E a tanto, a disseminarem nessa comunidade as doenças venéreas oriundas de suas depravações noturnas na cidade. A respeito, com bastante propriedade narra o dr. Pereira Neves a meados do século XIX): desgraçadamente alguns fatos me têm feito conhecer que existe no povo o funesto prejuízo de um homem afetado de blenorragia curar-se dela, comunicando-a a uma menina impúbere." (in Gilberto Freyre, o.c., p. 362).

O problema da coabitação ilegítima, praticada sob o mesmo teto em que demoram patrões e cativos, por outros fatos semelhantes conhecidos, não autoriza seu reconhecimento como distorção moral de exclusividade nossa. Em Veneza, vale lembrar, pelos dias de 1287, o delito da sedução era comum, não obstante combatido seriamente pelas autoridades. Assim, "os que entravam em Veneza nas residências dos senhores, para seduzir escravas, servas ou nutrizes, eram passíveis de multa de 50 libras." Em conseqüência não raras as constatações de escravas que

fornicavam na "casa de seus senhores e que, grávidas, já não conservavam o mesmo valor. (Jacques Heers, in "Escravos e Domésticos na Idade Média no Mundo Mediterrâneo", p. 178). Acrescentado aí, a respeito: quando acusadas, as escravas denunciavam "abertamente os seus senhores" que se aproveitavam do óbvios encantos femininos à mão... (idem, p, 179).

A cativa entre nós, passível de interesse concupiscente do seu senhor, acabava em muitos casos provocando fatais desentendimentos a nível do relacionamento dos esposos. A propósito, referi antes: "...fica a impressão de que por esses anos (meados do século passado) iam continuados os desentendimentos conjugais, alguns envolvendo nitidamente a presença sestrosa de escravas no triângulo amoroso.

Na visita ao Ceará, em 1839, o Bispo Diocesano de Pernambuco documentou alguns casos insólitos, qual sucedido com José dos Santos, a quem aquela autoridade religiosa se obrigou a chamar à responsabilidade, exortando-o de modo grave a deixar o "trato ilícito com uma escrava, sendo casado com uma mulher exemplar..." (in "Revelações da Condição de Vida dos Cativos do Ceará", Eduardo Campos, 2ª edição, p. 30).

As escravas de atividades domésticas no Ceará, a nosso ver, não depravavam, depravavam-se, se aceito o sentido de se obrigarem à vontade sensual de seus senhores, como sucedeu com uma escravinha chamada Francisca, de apenas 16 anos, que, a se opor aos caprichos lúbricos de seu proprietário, o cel. Thomaz Antônio Pessoa de Andrade, era por ele selvagemente espancada, fato que, dado a conhecer às autoridades, motivaria a formação de pelo menos dois processos, e autos de corpo delito na vítima.

Tenho sérias dúvidas de que o móvel do assassinato praticado na escrava Henriqueta, sucedido nos arredores de Fortaleza, em 1874 (diligenciado por sua dona, viúva do Ten-cel Ignácio Pinto d'Almeida e Castro, sob circunstâncias realmente brutais), originou-se de delito sexual observado pela criminosa. O exame cadavérico evidenciou ter a vítima morrido em razão de "grande queimadura" (...) "no peito direito, estando esse peito de tal modo inflamado que, tendo sido aberto a ferro, derramava grande quantidade de pus." (idem, p. 49).

Por que haveria de a escrava ser traumatizada com a deformação do busto?

A toda certeza – não custa divagar – por ter os seios vistosos, de chamar a atenção, particularidade que teria atraído a simpatia do patrão em vida, fato de decisivo desagrado da esposa, ciosa de seu posicionamento social.

As proprietárias de escravas viviam com freqüência descontentadas diante dos fatos, e como se repetiam, do procedimento sexual exprobável, de que tomavam conhecimento. Assim pelo jornal "O Araripe" (Crato-CE), no dia 5 de setembro de 1867, Theresa Maria de Jesus vinha de público deplorar que "tendo dado título de liberdade à sua escrava Maria, de idade 28 anos, com a condição de lhe prestar todos os serviços até o fim de sua vida, como es crava que era, a anunciante acha-se na disposição de revogar, pelos meios que as leis permitem, visto ter-se dita escrava constituído-se indigna dessa graça, não só por atos de atrevidas desobediências que diariamente pratica como por ter-se escandalosamente prostituído e viver em público amancebada, chegando seu arrojo a ponto de introduzir dentro da própria casa da anunciante seu Barregã e até profanar o leito daquela a quem essa escrava por muitos respeitos deveria reverenciar! A presente declaração é pro-

testo contra o título de que se acha munida essa escrava, para que em tempo algum não se alegue prescrição em favor desta ingrata doada."

Não se pode aceitar fossem os abusos sexuais praticados, privativos da mulher submetida. Na Visita Pastoral ao Ceará, D. João da Purificação Mar ques Perdigão – mencionado antes – não encontrou apenas esse tipo de problema no seio da comunidade que chegou a conhecer mais de perto, mas no próprio desempenho do Clero, por então marcado pelos sacerdotes fogosos e femeiros.

Frei Jacinto de Santa Anna, vigário interino de Fortaleza, mantinha "concubinato público", do qual houvera um filho; padre José da Costa Barro, também da Capital, morava com sua manteúda e filho; o Vigário de Cascavel "tinha comunicação ilícita e pública com uma senhora; o de Baturité possuía esposa e filhos; o Padre Vicente Ferreira Muniz, de Soure, além de apreciador de bebidas espirituosas, mantinha-se em concubinato; o Vigário colado, de Baturité, praticava "excessos" com uma dama...

Serviu pouco, podemos imaginar, o exagerado e procedente zelo moral do Ouvidor José Mendes Machado, em atuação no Jaguaribe, em 1725, firme em condenar "homens solteiros que coabitavam com mulheres solteiras a pagarem multas de 4$000 cada, e, o pior, os que "pecavam duas vezes" ao duplo dessa penalidade." (Billie Chandlers, in "Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns", p. 37).

Concluindo: em muitas ocasiões, através do regime escravista, a escrava não passava de mero objeto de uso pessoal – e sensual – de seu dono, e por este aproveitado até mesmo em atividade de lenocínio. Dessa forma, fulminante a denuncia que o Conde D. Marcos de Noronha, da Bahia, endereçou a S.M., no dia 10 de agosto de 1756: "Se alguns donos de escravos consentem e dão lugar a que

estes, por torpes e escandalosos vícios, adquiram dinheiro para se remirem da escravidão, pela conveniência de alto e subido preço porque lhe vendem, o remédio he contra eles pelos crimes de lenocínio que, nisso, cometem tanto perante as justiças seculares, como perante as eclesiásticas, onde os impetrantes zelosos, pela honra de Deus, podem ir denunciá-los..." (in "Fatos e da Vida do Brasil", Braz do Amaral, p. 156).

A PARAFERNÁLIA DA MORTE

Os sepultamentos em igrejas, em nossa urbe, não mais se fizeram depois de 1866. João Nogueira ("Fortaleza Velha", Edições UFC, 2ª edição, Fortaleza, 1981, pp. 79 e ss) narra como se efetivavam as inumações na Capital no século passado, convocados os acompanhantes através de cartões especiais (e sobremodo lúgubres), vendidos por livreiro local. A cidade era lembrada da presença da morte pelos "sinos da matriz" (a Sé), com os seus mais diversos modos de repassar notícias tristes – a soar, nesses momentos, de forma certamente insólita e aflitiva. Por afligir demasiado a comunidade, sublinhando o infortúnio, não mais prevaleceram a partir de 1878, conta o cronista.

Os enterros podiam cumprir-se tanto de dia como de noite. E toda uma especiosa parafernália estava à disposição da família, a depender das condições econômicas (e também sociais) do falecido. Decorrente de ambas a qualidade, e quase poderíamos dizer, a ostentação na apresentação da moldura mortuária da hora, a começar do valor comercial do caixão, do número de coroas, se presentes ou não as irmandades religiosas; quantos brandões deveriam estar acesos, e castiçais prateados ou dourados, e velas novas, e panos especiais, e nesse caso se pretos, acrescentada a carruagem de quatro ou duas rodas; mais essas e repiques etc., etc.

Tantos preparativos às vezes irritavam os próprios clérigos qual o desabusado Padre Lopes da Gama, a enfrentar o mesmo problema em Pernambuco: "Para que são essas, que se levantam ao teto da igreja, circuladas de tantas luzes, com tanto sobejinho de galões etc.?

O Estado, através de sua administração, em Fortaleza, disciplinava os procedimentos funerários. E como se vai terminando por obrigatórias as inumaçoes no Cemitério de Croatá, sujeitando a família dos mortos (desobediente) a pagamento de 25$000 de multa.

No art. 5 dessa regulamentação oficial, estipulava-se: "O preço de cada catacumba grande é 20$000; de cada pequena; 10$000; de cada sepultura do quadro nº 1, 600 réis para adultos e 300 réis para os párvulos até a idade de sete anos; quadros números 3 e 4, 2$000 para adultos e 1$000 para os párvulos. As sepulturas do quadro número 2 são reservadas para os pobres desvalidos que absolutamente não tiveram posses para fazer essa despesa.

Adiante, em artigo número 12, instruía-se sobre o óbvio: "Os cadáveres serão conduzidos para os cemitérios a expensas daqueles a quem eles pertencem, que igualmente mandarão cavar as sepulturas, e fechar à sua custa as catacumbas." Previa o estatuto legal os sepultamentos no período de 6 às 23 horas, admitida a exceção se iniciada a putrefação antes de decorrido o prazo de lei (24 horas), providência cabível noutro horário, desde que compatilizados os artigos 4 e 15.

Cal viva, mensurada em uma quarta, previam-na atirada sobre o cadáver, no instante de tomar sepultura, mas obstado na ocasião se lhe chegar vinagre em aspersão, ou outro qualquer líquido que neutralize a ação destruidora "do primeiro produto."

A quarta de cal, antes da época a que se refere essa legislação, valia 9 litros, mas, por então, representava-se por duas latas de querosene, em torno de quarenta litros. Thomas Wewbank, que esteve no país em 1846 narra em seu livro – "Vida no Brasil" – o sepultamento de um corpo. "O caixão foi colocado sobre uma plataforma temporária, perto de um nicho, na fileira do meio, para o interior do qual foi empurrado com as tampas abertas. Um lenço foi estendido sobre o rosto do falecido por um dos amigos. Em seguida os padres e os amigos avançaram sucessivamente, um de cada vez com aspersório de prata seguro pelo sacristão, lançaram uma pequena pá de cal em pó, que um assistente mantinha pronta sobre o caixão. Cerca de quarenta litros de cal foram assim empregados até ter oculto o corpo e ter amontoado sobre o caixão." (pp. 88-89).

Outro artigo de número 31 ordenava, a evitar exageros que começavam a incomodar, quantos deveriam ser os toques de sino em avisos fúnebres: "Por cada homem não se poderá fazer mais de nove sinais; por cada mulher, mais do que seis; por cada menor, mais do que três, guardando-se a esse respeito tudo que se acha legislado no livro 4, título 74, da Constituição do Bispado. Por cada 3 sinais entende-se o toque de sino costumado por espaço de cinco minutos."

Pode-se entender que comedimento não é o forte da sociedade enlutada por esses dias, pois o legislador estabeleceu punição para os excessos, no que ia alcançando o transgressor conforme o disposto no art. 32: "Os sacristãos, que contravierem a este preceito, pagarão dez tostões de multa."

A preocupação de as irmandades participarem do exercício fúnebre é comum ao espirito da época. O compromisso (Lei 1009, de 19 de setembro de 1861) da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, impunha aos seus

associados, via art. 13 § 3. “assistir nos enterros dos irmãos falecidos, com especialidade dos membros administrativos.” Os irmãos pagavam a anualidade de dois mil réis (inexplicavelmente baixa, o correspondente ao que os senhores de escravos estipulavam como diária de trabalho alugado), e desse modo se credenciavam sem mais ônus, ao serviço fúnebre oferecido pela confraria. Acrescente-se: o direito a acompanhamento de sacristão, e esse, com campa (campainha acionada em momentos solenes) nos atos pios e em enterros...

Pelos idos da última década do século passado, a arte de sepultar – se não será exagero afirmar desse modo – não apenas parecia, era, na verdade, um instante de maior e mais esmerado desempenho mortuário, com a Santa Casa de Misericórdia, na Capital, privilegiada com a execução e ganhos desse serviço público, tornando-o atraente e até estimulante pelo leque de opções ofertados à sociedade, que conquanto sensível às lágrimas e atraído pelo ritual fúnebre, bem elaborado, estava consciente de poder dispor para tal mister, desde o aluguel de carruagens luxuosas, guarnecidas com cocheiros enfeitados de galões de ouro, bem suntuosos para o tempo e exibidos sobre quatro rodas e preferidos pelos abonados. Os extintos modestos faziam a última viagem ao campo santo em carruagem de duas rodas, com cocheiro sem atavios, e puxada por solitário cavalo.

O traslado para o cemitério, na categoria de primeira classe, pagava 160$000, observável a presença de alimárias; quatro cavalos tracionando a carruagem, e “devidamente ajaezados e cobertos de mantas pretas orladas de galões de ouro entrefino.”

Se conduzido o cadáver à mão, ritual e valor do pagamento definiam-se de acordo com a situação econômica e

social do falecido. Desse modo o de primeira classe ia carregado por "quatro pajens trajados de jaquetas, calçados de pano fino com listras e divisas de galões de ouro entrefino, chapéu preto de pêlo, com divisa do mesmo galão e talabarte coberto de veludo preto com borlas de ouro entrefino."

O morto, nos enterros de segunda classe, era de igual modo conduzido por quatro pajens, com o mesmo traje, explicitado o uso de "jaqueta e calça de pano grosso." E para o de terceira classe acudia esse número de condutores mas já então vestindo 'jaqueta e calça de metim (cetineta própria para forramento) preto, sem guarnição, nem divisa, boné de pano preto e talabarte." No primeiro exemplo, os custos ficavam em 40$000; no segundo, na metade do primeiro. No último, não passavam dos encargos de 14$000.

Para preparar a casa do falecido, de onde partiria o enterro (providência denominada armação), cabiam, dependendo do ajuste, vários materiais, objetos e tecidos de decorar, desde os panos destinados aos vãos das portas e janelas (nos corredores, com maior ênfase), e mais galões e franjas de ouro entrefino e sanefas de conformidade com os padrões escolhidos, a custo de 8$000 em se tratando de inumação de primeira classe. Os frontais, em sepultamentos de segunda classe eram de velbutina com guarnições (não se dizia enfeites) do mesmo tecido preto e armadas na casa, mas com "galão de palheta", custando cada uma 3$000.

O altar, preparado para o velório de adultos (como tudo até aqui referido), exigia "espaldar de seda preta frontal de veludo guarnecido de galão e franjas entrefinas, e banquetas" com uns tantos acessórios que variavam de acordo com a importância desembolsada; sendo a despesa orçada em quarenta mil réis quando ocorria ser serviço funerário de primeira classe. Nesse caso, viam-se decorando a cena seis castiçais dourados com velas novas, de libra.

O altar para velórios, na categoria logo abaixo da primeira, contava com idêntico número de castiçais (mas de prata, isto é, prateados) e velas de meia libra.

No entanto, terrivelmente desprovido de ostentação o altar de quem se enquadrava na quarta classe: posto de lã, o espaldar, e neste um crucifixo, quatro minguados castiçais de madeira... e velas, mas usadas!

A essa (é hora de explicar: praticável de madeira com decoração conforme o valor do serviço fúnebre contratado), sobre o qual haveria de repousar o caixão, sendo de primeira classe era de "faia dourada e almofada de veludo preto com bordados finos, seis tocheiros dourados", tochas naturalmente novas, a perfazer tudo, em aluguel, 35$000. De segunda classe, prateados os tocheiros, mas novos. Na última classe, a quarta, tocheiros e tochas... usados.

As donzelas e párvulos pagavam, em qualificação assemelhada, iguais encargos, estando o serviço fúnebre diferenciado apenas na eleição da cor utilizada: roxo, para os primeiros; carmesim, para os segundos.

Conforme o pensamento grego, antigo, a alma, a se desprender do corpo, carregava consigo, para sempre, um fantasma a figurar o morto, algo incorpóreo que se ia para os domínios do Hades, e para poder lá penetrar – narra José Huby (in "Christus, Hist. das Religiões", p. 116) –"é de absoluta necessidade que o corpo tenha sido enterrado."

Com o correr dos tempos, os mortos – já então sob a conceituação romana – tornar-se-iam considerados "membros da família", e, a tanto, propiciando o "Ius Manium", ou "Direito dos Defuntos", com leis e rituais que, modificados – e até como prefira o leitor, aperfeiçoados – alcançam os nossos dias.

Acrescenta José Huby que pelos anos 300 a.C. já começam a se formar "as instituições funerárias, cujos membros se asseguram mutuamente um túmulo, ou pelo menos um nicho ou jazigo comum." (o.c., pp. 213, 221.).

No Ceará, particularmente pelo século passado, as confrarias religiosas, de exemplo a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (Icó, Resolução 1369), incluíam capítulo especial cuidando da concorrência de sufrágios. No caso que se menciona (art. 26), determinava: "A cada irmão que falecer, e tiver pago suas contribuições, sendo solteiro se lhe mandará dizer *25* missas, e, sendo casado, somente 13, e as outras 12 serão ditas por alma da mulher, e vice-versa; sendo ambos irmãos terão direito cada um a 25 missas (meia capela)". Estipulava o art. 27, que a irmandade teria de acompanhar até a sepultura todos os irmãos que faleceram e forem sepultados no cemitério da cidade, e, do mesmo modo, ter um caixão ou esquife para a condução do irmão que falece. Essa providência não devia faltar aos extintos. A maioria das confrarias dispunha de um caixão "forrado e coberto de pano preto". Não raro de madeira envernizada, e amarelo, para os serviços funerários dos irmãos.

O art. 28, da confraria de Icó, estipulava mais: para os falecidos, em estado de indigência, assistia com cinco varas de pano – geralmente de bretanha e fita preta, como refere a irmandade de Nossa Senhora das Mercês, de Imperatriz (Itapipoca), para mortalha. O ato de acompanhar o corpo era obrigatório.

No entanto, quem dispunha de recursos à larga, inumava-se com desejável ostentação e, às vezes, consentida alacridade. Delso Renault conta transcorrência à época, na Corte: "Vestidos de anjo, cabelos em cachos, pós prateados cobrindo pescoço e braços, as crianças são

sepultadas em esquifes escarlates." (Em Fortaleza em ocasiões assemelhadas, prevalecia o azul como cor do caixãozinho dos párvulos).

Prosseguindo: quanto mais importante o morto, mais destacada a decoração da moldura fúnebre, que apreciado na Corte por R. Walsh, o irritou profundamente. O viajante assistia as exéquias da Primeira Imperatriz do Brasil, D. Leopoldina: "Mas cercar o corpo da Imperatriz com tantas honrarias; vestir seu cadáver com roupas dispendiosas e enfeitá-lo de forma exagerada apenas para evidenciar seu triste fim, parece, a mim, um escárnio aos mortos e não só a maior insensatez como também a maior fraqueza dos seres vivos." (in "Notícias do Brasil, 1828-1829", p. 118).

E em Fortaleza?

O boticário Ferreira (Antônio Rodrigues Ferreira), que expirou às 21 horas do dia 29 de abril de 1859, pediu em testamento que o vestissem em seu hábito ordinário, i.é., casaca, calça e colete preto, para desse modo ser sepultado no cemitério da capital, no mesmo lugar onde já se encontravam os demais membros de sua família; e que o caixão em que seguisse o seu corpo fosse da maior simplicidade e conduzido, como igualmente acompanhado, por amigos que se prestassem a tanto "independente de convite." (ver "Vida de Antônio Rodrigues Ferreira", Paulino Nogueira, in "Revista do Instituto do Ceará", 1888).

Mas nem tudo se fez nessa hora, como pretendera o falecido. Vereadores da Câmara o carregaram, de início, cedendo em seguida a distinção para "oficiais superiores da Guarda Nacional", até o estacionamento na Matriz (Sé). Dali ao Cemitério de São Casemiro (Croatá), conduziram-no o presidente da Província, o chefe de Polícia e pessoas gradas... (o.c., p. 51).

A morte exigia sem dúvida alguma apropriada *mise-en-scéne*. Não prescindia, a esses tempos, de cenário especial, constituído de utensílios os mais diversos, enfeites, e, enfim, *décor*. Inevitável e até desejável uma apreciável pompa, e certos procedimentos que confluíssem para elevar a cotação do morto na "bolsa" de valores dos que se enterravam merecidamente homenageados.

Nada a estranhar. Esse gosto pelo espetáculo à hora dos passamentos, a pretender defuntos bem acudidos em seu último momento de convivência entre vivos, chegava a se cumprir no século passado como sucedia na França, obedecendo a instruções escritas e editadas no livro *Dés décors fúnebres*, ai prescrito como deveria estar o ambiente e, do mesmo modo o que usar, como indumento, os famíliares e amigos.

O padre Perereca conta como no Brasil, na Corte, os restos mortais de D. Pedro Carlos Bourbon de Bragança foram exibidos; o falecido metia-se em sua farda de almirante-general, arrodeado de tocheiros de prata, estando as paredes do recinto, onde estacionava, "forradas de damasco carmesim, e tudo mais será cor preta e roxa". O coche real, para a condução do corpo, tiravam-no oito cavalos "cobertos com mantas pretas", alimárias e nobres alumiados por dezenas de criados de libre'. (in "Memórias para Servir à História do Reino do Brasil", Vol. 1, pp. 302-303).

Quanto ao caixão mortuário, a etiqueta obedecia a padrões convencionados pela sociedade. Em Fortaleza, convém lembrado, em 1892, o esquife para atender à preferência do público tinha preços com o valor a partir de 20$000 (de oitava classe) e indo até o de primeira classe, estipulado em 250$000. No primeiro caso o caixão era vendido coberto por um paninho, diminutivo sobremodo depreciativo, e ornado de cruz e argolas. No caixão para os

endinheirados havia de revestimento um "pano fino preto, forrado, com cruz de galão branco, um grande pano de veludo preto com borlas de ouro fino nas portas e orlado de galão e franjas do mesmo metal com emblemas mortuários para cobrir o caixão no cemitério."

O caixão de segunda classe protegia-se com um tipo de fazenda chamada "veludinho preto", com forro de "volante branco ou amarelo". O de terceira classe tinha velbutina preta; o de quinta e sexta contentavam-se com ter o metim do mesmo modo preto. O de sétima ganhava o modesto "paninho preto, a diferir do cerradeiro, por exibir um desenho de cruz branca.

O cetim alvo forrava o esquife de primeira classe para os párvulos (menores de catorze anos), acrescido de acessórios de luxo e mais um "travesseiro da cor do caixão" providências que importavam em 160$000. Tecido branco à escolha, tafetá ou cetim) guarnecia os caixões de segunda e quarta classes, prevalecendo o morim da mesma cor mencionada na quinta classe, e de "metim-carmezim" até a oitava, pelo qual o usuário pagava 8$000.

As mortalhas tomavam feição de hábitos religiosos e estavam à disposição da clientela em vários modelos, solicitados de acordo com a manifestação do falecido, a preço de 40$000 nos sepultamentos de primeira, valor que descia em se tratando de enterro de segunda classe, sendo o tecido, nessa circunstância, de "alpaca" inferior. Pior do que essa, a alpaca ordinária e o morim branco para acudir a mortos de terceira e quarta classes...

Os párvulos dispunham de vestuários ricos, conforme estipulava o regulamento de enterros. Trajes ou hábitos de São Miguel, a 100$000; idem, de São João e do Menino Jesus, a 80 e 40$000, para os que se enquadravam na segunda e terceira classes, sob a observação: "Estes

vestuários custarão a metade se forem preferidos de fazenda e ornamentos de qualidade inferior."

A residência do falecido ganhava decoração especial, executada igualmente sob indicativos de valores da tabela de cobrança. Cada "reposteiro de velbutina preta", com galões e emblemas, valia oito mil réis. Utilizavam-se pelo menos quatro em residências mais modestas, mas quando se tratava de casa maior, alpendrada (por exemplo), empregavam-se mais reposteiros, a dez mil réis a peça.

Mais providências adequadas ao velório, como o da colocação de armações nos vãos internos de passagens, altares, púlpitos, tribunas, eram ajustadas previamente. Os brandões, confeccionados com "passador" de veludo, custavam 500 réis a peça. Se simples, valia 300 réis. E caso o enterro saísse de domicilio localizado em rua não calçada, ou fora da cidade, os encargos majoravam-se em mais 5% pela armação da sala mortuária e altar; em 25% sobre a taxa de "essa e tocheiro."

Com a aquiescência das partes (aprazimento, como dito no regulamento) a Misericórdia estava apta a fornecer cartas de convite para o enterro, brandões e cera conveniente para os altares e capela...

A legislação portuguesa, que administrava o interesse dos mortos e ausentes, quando os últimos deviam ser considerados iguais aos primeiros, não foi muito diferente da que, por muito tempo, respondeu aos reclamos da sociedade brasileira. Pelas "Ordenações" exigido cumprir-se que, passados 10 anos e continuando ignorado o paradeiro do ausente (de quem não se conhecia notícia alguma), dava-se-lhe por defunto. Presumia-se falecido aquele de quem, "gravemente ferido em batalha", não corriam informações passado um ano depois de celebrada a paz. Se se

tratava de passageiro de navio naufragado, decorridos três anos, consideravam-no na mesma hipótese.

Como as probabilidades de existência longeva não iam além de 55 anos, quem desaparecesse contando 65 anos, por exemplo, vencido um período de cinco anos sem notícia a respeito, era tido como morto. Essas observações, no que toca ao Brasil – e concernente aos dias do século passado – estão lembradas no "Conselheiro Fiel do Povo", obra de orientação jurídica organizada por José Rodrigues de Oliveira, em 1884.

Mencione-se a tempo que as instruções de lei, a respeito dos deveres da família para com o defunto, e também dos seus direitos, abeberavam-se na codificação de Portugal, seguidora dos princípios vigentes da França e da Prússia, nos quais se inspiravam. Desse modo, "enterro, funeral e luto", assinalados como inerentes à vontade da pessoa, que podia escolher a sepultura ainda que essa fosse estar fora da paróquia, como referido no "Digesto Português", a época.

Na mesma linha de pensamento: "As despesas da mortalha, acompanhamento sem luxo, enterro, e de mais uma missa rezada pela alma do defunto, prefere os credores." E ocorrendo de o morto não ter legado "bens, nem pessoa que queira ser herdeiro, são obrigados à despesa do funeral as pessoas que, segundo a lei, podiam ser compelidas a "prestar-lhe alimentos." (o.c., p. 109).

Faltando alguns daqueles, o defunto pobre deveria ser "enterrado pelo amor de Deus" e os "vizinhos mais próximos" – atente-se bem – a fazê-lo conduzir à sepultura", não havendo Misericórdia ou Irmandade para o "oficio de piedade".

O funeral organizado não podia exceder das providências tradicionais, em caso de não haver testamento. Assim o juiz eclesiástico ou secular obstava a distribuição do valor da herança em "missas ou em outras obras pias."

Os manuais populares de orientação legal, qual o "Conselheiro Fiel do Povo", ensinavam de costume alguns procedimentos formais, inclusive o texto indicado para testamentos, muito assemelhado ao que tinha vigência no Ceará, sensível às demonstrações de humildade cristã: "...logo que eu faleça e tenha de dar-se o meu corpo à sepultura, recomendo que seja envolvido em um hábito da Ordem de..., para ser enterrado no cemitério de..., e que o esquife em que for encerrado seja na maior simplicidade, sem galão algum nem de prata nem de ouro, e, quando muito, de lá preta, forrada, se necessário for, apenas de baeta, sendo conduzido o meu corpo em uma sege fechada, ordinária, sem sinal ou designação alguma aparente, sendo conduzido depois ao último jazigo por quatro pobres, a quem meu herdeiro e testamenteiro dará a esmola que lhe parecer." (p. 596).

O luto, cumpriam-no as pessoas como determinado no ano de 1749: seis meses para pai ou mãe, filho ou filha, avós, sendo três, de forma rigorosa. Sogro, sogra, genro ou nora, irmãos e cunhados, 4. Tios, sobrinhos e primos consangüíneos, 2. Os "parentes mais remotos" ganhavam apenas 15 dias.

Proibido "dar luto a criados, ainda que sejam de escada acima; pintar carruagens de preto ou mandar fazer móveis negros". O nojo, por morte de marido ou esposa, ou de parente de primeiro grau, marcava-se em oito dias, cumprido no interior da casa.

Conta Luís da Câmara Cascudo que pelos sertões do Pais, ao redor de 1920, os "descendentes e colaterais do defunto só se barbeavam depois da missa de sétimo dia", aduzindo: ..."quando o rei Dom Manuel de Portugal faleceu, em 1521, foi proibido qualquer serviço de barbeiro e cabeleireiro em Lisboa." (in "Civilização e Cultura", 1983, pp. 227-228).

Em capítulo reservado às "presunções da morte", muito importante para quem vivia numa época de viagens longas e de poucas informações sobre o paradeiro das pessoas ausentes, gente sujeita a grandes imprevistos do tempo, estava mencionado no "Digesto Português: Se no mesmo perigo (entenda-se desastre) morrem pai, mãe e filhos, e não há evidência de quem sobreviveu, presume-se que o pai e a mãe sobreviveram aos filhos impúberes, e que os filhos impúberes sobreviveram ao pai e à mãe." No mesmo lugar: "Se pessoas, que morreram no mesmo desastre, eram maiores de 60 anos, presume-se que os mais idosos morreram primeiro: se menores de 15 anos, presume-se que os mais velhos sobreviveram aos mais novos." (idem, p. 106).

O ordenamento da caridade pelo próximo, culminado no ato de se lhe dar abrigo derradeiro, justo, se não começou, pelo menos mereceu mais atenção, com a instituição da Misericórdia, em 1595, em Portugal, procedimento alinhado em sete obrigações impostas aos vivos: "dar de comer aos que hão fome"; "remir os cativos" e, a última, a mais significativa para a época: "enterrar os mortos", o que vale dizer, oferecer-lhes sepultamento condigno, ainda que sob prática de compreensível parcimônia.

O CRIME NO COMEÇO DO SÉCULO

"Em sete meses, 203 assassinatos em Fortaleza", assinala Carlos Célio em manchete, de reportagem, a terceira de série para o "Diário do Nordeste" (setembro, 1988), sobre o que se convencionou denominar de "violência urbana". A surpreendente estatística de delitos, para o mesmo espaço de tempo, aponta 674 assaltos, 2.413 furtos e arrombamentos, a apreensão de 482 armas de fogo, assim como de 1.840 armas brancas (facas).

Esse quadro, bastantemente desolador, induz-nos a pensar seriamente que vivemos uma época de extrema violência com o ingrediente de novo delito, o assalto. E podemos dizer, de novas técnicas delituosas. O criminoso ultrapassou os dias de paleotécnica, munindo-se por agora de instrumentos super aperfeiçoados para suas ações criminosas, e já não se anima pela habilidade, mas pela audácia.

São aspectos que devem ser considerados primordialmente ao se tentar analisar o mundo dos marginais no primeiro quartel deste século, quando os infratores atuavam até certo ponto com flagrante ingenuidade, sem o mecanismo de armas modernas e de alto poder de fogo, utilizados na atualidade. No mais, possivelmente tudo assemelhado quanto aos impulsos criminosos, exceto o contexto social mais resguardado, de então, das influência perniciosas que nos chegam agora pelos meios de comuni-

cação, cujos programas e filmes como que praticam o exercício da didática das contravenções penais.

Mas, como era o crime na fase paleotécnica, em Fortaleza? O que se furtava? Quem o fazia? Como a imprensa noticiava esses fatos? Como reagia a autoridade encarregada de conter os excessos? Quantos homicídios cometiam-se por ano?

Em estatística publicada no jornal "Correio do Ceará", de 2 de março de 1912, vê-se que em fevereiro desse ano haviam sido recolhidos ao xadrez 90 indivíduos: 27 por desordem; 33 por embriaguez; 12 por ferimentos leves; 6 por furtos; 1 por ofensa à moral; mais 1 por indigência e 3 por alienação mental. Apenas 1 crime de morte, e este mesmo ocorrido em Acarape, no interior.

O noticiário dos jornais, por nós agora analisados, tende ao cômico muitas vezes. As agressões praticam-se a cacete ou bengala, o que torna pitoresca a narrativa desses feitos. Desordeiros, para meter medo aos que dormiam, "picavam" (a ponta de faca) as portas de possíveis vítimas. E existia terminologia rebuscada, de semântica própria, para o registro das ocorrências. E para as providências requeridas, havia até gesto de delicadeza do policial: "O guarda-civil 24 **convidou** (grifamos) à delegacia de polícia os srs. Idelfonso Monteiro e José Guedes de Carvalho, por andarem pronunciando palavras obscenas pela rua General Sampaio e dirigindo pilhérias de mau gosto às moças, que encontravam debruçadas nas janelas." (Ibidem, 2 de abril de 1912).

E destas, notas assim: "Isabel Mathias Ribeiro, casada religiosamente (veja-se o detalhe respeitoso) com Francisco Raimundo Gonçalves, queixou-se contra a sua vizinha Sebastiana de tal, que procurou tomar-se o marido." (idem, 5.01).

Ainda na edição do dia 5 ("Correio do Ceará"): "Adelino de Castro trouxe ao conhecimento do dr. delegado que, na noite de ontem, provocado no Café Elegante por um indivíduo a quem desconhece, tentou fazer, por essa ocasião, uso de uma bengala que trazia, sendo desarmado por um soldado."

Mais queixas ao delegado, e prisões: de desordeiro por tentativa de ferir a uma mulher; de outro, por atirar de espingarda; um terceiro, detido por embriaguez. Mais freqüente a queixa de esposa espancada pelo marido.

As mulheres dão importante contribuição ao noticiário desses dias, sempre sob indisfarçável ingenuidade. Veja-se, de exemplo, caso sucedido com Romana de Queiroz Lima, (a 22 de fev. de 1912). A mulher oferece queixa contra o sr. Manoel Monte Rocha, a "quem deu dinheiro para comprar uma casa que lhes servisse de abrigo, depois de casados. Disse mais que, levada por promessa de casamento, relacionou-se sexualmente com ele, de quem teve um filho. Acontece, porém, que presentemente ele afirma não querer mais casar-se com a queixosa, nem lhe restituir o dinheiro. Chamado à presença do dr. delegado, o sr. Manoel Monte confessou a dívida e ter bons intuitos de solvê-la, o que fará por meio de prestações. Assim ficou resolvido."

Registrado um fato fora do comum: a existência de uma associação de meninos de 11 a 17 anos, denominada "Mão Negra", que executava, como refere o "Correio do Ceará" (02.03.1912), "programa sinistro do qual pertencia um artigo que lhes permitia vingar-se dos inimigos, sendo que, na ocasião de ser levado a efeito a vingança, tomava no rosto uma máscara encarnada. Começaram a execução do programa pela mercearia do sr. Pedro Alves Nogueira, à Praça de Pelotas, e aí rebolaram uma pedra de calçamento, ocasionando-lhe um prejuízo de dezoito contos de réis.

O proprietário da mercearia levou o fato ao conhecimento do delegado de polícia, a quem deu o nome de dois dos associados. Pelas investigações policiais foi descoberto que eram 17 meninos. Convidados a comparecerem ao gabinete do delegado, aí se comprometeram a indenizar o prejuízo do sr. Alves Nogueira. O dr. delegado (normal esse tratamento reverencioso, grifamos) intimou-os a dissolverem a sociedade malfeitosa sob penas previstas em lei."

Que queria significar "Mão Negra"? Qual a razão de adotarem tal designação os adolescentes de Fortaleza? Fariam inspirados em cenas de peças de teatro? cinema? reportagem lida aos jornais?

A última idéia responde às indagações. Na década em que se insere o ano de 1909, as organizações mafiosas estavam em ação nos Estados Unidos, fato sempre noticiado pelos jornais. Ali um grupo poderoso de marginais, sob a legenda "Mão Negra", também uma entidade fora da lei, integrada por italianos emigrantes, gente audaciosa e ladra (como referida nos jornais), aplicava-se em operar com o objetivo de constranger a população, tal como é mostrado na série de TV, atual, "Os Intocáveis".

A revista "Careta" (nº 79, 09.12.1909), a respeito desse grupo de malfeitores, escreveu: "A "Mão Negra" costuma nos Estados Unidos enviar intimações às suas vítimas que, em geral, submetem-se, pois não há recurso humano que as salve, em caso de insubmissão, visto como a sociedade, de que fazem parte agentes (de polícia) e até juizes, age com rapidez e ferocidade."

Por esses mesmos dias, grupo, criminosamente em São Paulo (dito na publicação), tomaria a feição de sucursal da "Mão Negra" americana, para exigir dos proprietários da "Casa Alemã" (conceituada loja paulista) certa quantia em dinheiro para resguardá-la de possíveis assaltos ou danos

ao patrimônio. Não atendido, o grupo mafioso incendiou a loja, da qual de pé ficaram somente as paredes...

Fatos dessa natureza, àquele tempo, com bastante freqüência iam às páginas dos jornais e revistas, acabando por influenciar os jovens de Fortaleza, pode-se perceber, na organização de grupo igualmente disposto a ações criminosas...

Em 1923, conquanto os negócios de policia estivessem sob a atuação enérgica do delegado Adaucto de Alencar Fernandes (in Relatório, de sua autoria, Tip. Gadelha, Fortaleza, 1923) os acontecimentos não estavam muito mudados quanto ao ritmo de sua incidência nos registros policiais. Matava-se pouco (quatro pessoas apenas no decorrer de um ano), mas a delegacia (a única em funcionamento) efetuava 280 prisões por uso de armas proibidas; igual número por desrespeito à autoridade. Em seqüência davam-se 550 prisões por desordens; 500 por embriaguez; 150 por crime de roubo; 280 por crime de furto; 115 por esperteza (conto do vigário) e estelionato; 408 prisões por vagabundagem; 183 por ofensa à moral; 38 por crime de defloramento; duas detenções por crime de estupro; 4 por lenocínio; 5 por adultério; 180 por ferimentos leves, além de outras punições por conta de delitos menores. Apreendidas 410 armas diversas. E, pela primeira vez, a delegacia de Fortaleza deportou ladrões (42) para outros Estados...

Já abundavam os toxicômanos. No tocante, escrevia o delegado: “trabalhamos titanicamente na questão da localização das meretrizes, conseguindo fazer sair do centro das principais ruas habitadas por famílias, 28 dessas desventuradas criaturas. Mas não ficou somente nisso a ação da polícia: o grande consumo de **ether** (grifamos), agentes criminosos de gozos espasmódicos e nervosos delirantes, usados abusivamente pelas lindas raparigas e amantes

dominados, teve de ser proibido, sendo severamente punidos todos que se dessem ao uso de tais medicamentos, sem a competente prescrição médica."

As mulheres atribuía (por causa dos costumes dissolutos) a origem do crime sexual. "No Ceará, o estímulo sexual para os crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e ultraje ao pudor público, em todas as suas modalidades, tem uma gênese bastante importante, sendo a sua principal causa, a tendência orgânica da mulher, desde a puberdade, desertada em nosso meio pela influência cósmica, combinada com a alimentação, e, sobretudo, pela facilidade como vive solta pelas ruas, num crescendo assustador de roupas curtas à cata dos namoros."

Adaucto Fernandes (genitor do poeta Yaco Fernandes) marcou sua atenção firme contra o jogo, inclusive o praticado nos salões sociais, dando-o por responsável pelo índice de criminalidade então em curso. "Entre esses (jogadores), que o amor do jogo produz, a imensa classe dos gatunos que, diante do dinheiro perdido, se forma espontaneamente, sob a perniciosa influência da debilidade moral combinada com a preguiça."

No mesmo lugar, ajuntou: ...e ainda nos clubes elegantes (à época City Clube, Clube Internacional, Caboré, Polytheama e Radiante Clube), de jogo e perdição, que se vão recrutar as amantes impiedosamente formosas, dissipadoras, galantes, caprichosas e viciadas pela cocaína e pelo éter."

Não será ocioso registrar que os clubes, onde transcorria o jogo em sociedade, foram fechados em função de suas medidas moralizadoras. Adaucto Fernandes pode ter algumas de suas reflexões discutíveis (como a que dispõe sobre o posicionamento feminino) mas no todo demonstra obstinada determinação para coibir os abusos flagrados

tanto no submundo da capital, àqueles dias, como na própria sociedade dos clubes.

O problema da polícia, para proteger a sociedade, carente de meios hábeis de defesa, parece vir de muito antes dos nossos dias. Em 1923, esse operoso delegado de polícia mencionava: “Para melhor garantia da ordem pública, necessitamos um efetivo de 300 homens, não como os que possui o Estado, presentemente, porém, armados a cassetete e revólver, com um esquadrão de cavalaria...”

O "HABEAS CORPUS" DAS BANHISTAS

Transcorria o mês de julho de 1925 em Fortaleza. Não assinalava, como atualmente, as férias escolares, então gozadas com mais propriedade pelos dias consagrados aos santos juninos (Santo Antônio, São João e São Pedro). Mas já prevalecia o clima de lazer. Passada a estação das águas – o chamado inverno, no Ceará – havia um sol generoso, e os banhos de mar começavam a se tornar mais a gosto do povo e debaixo de caráter de maior vivência social.

Até aí tudo normal, conforme poderia relatar algum cronista da época: ou, presumível, decorresse a animação praiana com normalidade, se não estivesse a cidade, por se maturar, ainda cercada de preconceitos provincianos. Intransigência destes estabelecia na urbe dois mundos distintos: o "famíliar", melhor dito, "da família", aceitável como padrão de bem comportado desfrute em sociedade; – e o de quantos, marginalizados pela penúria, pela inferioridade da situação econômica, estavam longe de merecer o respeito, o acatamento, a aceitação dos primeiros.

Pois bem, o grupo famíliar não podia permitir que, lado a lado, na freqüentada Praia do Peixe – na moda para os banhos de mar por aqueles dias – desfilassem pessoas de bom procedimento, da classe dominante ou superior, e aqueles sob visível suspeita de se entregarem aos prazeres irreverentes da vida... fácil.

Pois bem, à conta dessa situação (o incidente ocorreria no mês de julho de 1925) vir a Inspetoria da Policia Marítima, responsável pela jurisdição das praias, tornar público este inesperado edital:

"De ordem do Exmo. Sr. Chefe de Polícia e de acordo com os artigos 2 e 5, § 1 do Regulamento da Inspetoria da Polícia Marítima, que baixou com o Decreto n^{0}- 819-A, de 20 de dezembro de 1924, e tendo em consideração as reiteradas reclamações recebidas de diversas famílias, torno público que ficou determinado a zona compreendida entre a ponte do marégrafo e a ponte de o quebra-**mar para o banho das mulheres de vida alegre** (grifamos) no porto desta capital, sem exibir o decoro com que se devam portar, restando a zona oposta, da ponte metálica em direção ao Mucuripe, para as famílias.

"A partir desta data, a polícia exercerá rigorosa vigilância, em bem da ordem e moralidade pública, punindo severamente qualquer que transgrida as disposições do presente edital. Inspetoria da Polícia Marítima no Estado do Ceará, em Fortaleza, 4 de julho de 1925. Assinado: Mecenas de Alencar."

Três vivazes criaturinhas da vida alegre não gostaram daquela abusiva discriminação imposta pela autoridade: Rosita de Albuquerque, Maria Pires Brandão e Raimunda Gonçalves da Silva. Primeiro, porque entendiam não competir à Polícia Marítima aquele tipo de repressão. Segundo, "mulheres de vida alegre" não era designativo de molde a encontrar respaldo para nomear pessoas que, por dinheiro, se entregavam à prostituição.

Mas o dr. Mecenas Alencar não firmou o documento só por exibicionismo ou deleite pessoal. Sendo desautorizado, mandou meter no xadrez as jovens Alba e Catharina Rodrigues, apanhadas em delito, isto é, flagradas

em bem desfrutado banho na Praia do Peixe, fato as encher de revolta, a ponto de juntamente com Rosita, Maria e Raimunda, mencionadas antes, se decidirem a ingressar na Justiça com pedido de "habeas corpus".

Pois bem, tão inusitado episódio acabará por produzir três peças públicas, jurídicas, de irrepreensíveis oportunidades, e todas servidas da chama que resguarda os que são injustamente coagidos em sociedade por decisões de autoridades arbitrárias.

Envolvem-se, ou participam da questão, o inspetor marítimo, o advogado Virgílio Augusto Moraes, filho, e o dr. juiz de Direito da 3ª Vara Criminal, Carlos Livino de Carvalho, cuja sentença, brilhante, é do dia 17 de agosto daquele ano.

A argumentação da Polícia, ou mais precisamente, de seu dirigente maior, é de que sua ação respaldava-se em "faculdade nunca contestada, como se verifica em toda parte, em virtude de reiteradas reclamações de famílias residentes na praia, e, atendendo a que" era de seu dever "velar pela ordem e moralidade pública."

O neologismo "mulheres de vida alegre", empregado pelo inspetor marítimo em seu desastroso edital, sob a análise do advogado foi infeliz. "Devia – refere – "ao menos ter empregado o vocábulo 'mosca ,como fez o afamado clássico padre Manoel Bernardes, na "Nova Floresta".

E prossegue: "Em Portugal, além dos nomes conhecidos entre nós, existem ainda: "mulher tolerada", "zorra", "bacante", "borboleta", "moça da vida", "mundana", "pinóia", "pega", "croia", "pecadora", "galdeira", "pecora", "galdrana", "magana", "culatrona", "patrajona", "marca", "mulher de mármore", "boneja", "polha" e "cantoneira".

"Em petição ao juiz, as três mulheres prejudicadas em sua liberdade de desfrutar as delicias do banho de mar,

na Praia do Peixe, afirmam: "Em face deste Edital (já transcrito) as Suplicantes suspenderam os banhos de mar com grande sacrifício de sua saúde, recorrendo então ao Poder Judiciário para fazer valer os seus legítimos direitos. Tem a Polícia competência para, como medida geral, determinar, fixar e dividir a praia, o porto de Fortaleza, em duas zonas distintas e inconfundíveis para os banhos de mar, reservando uma para famílias e outra para as "mulheres de vida alegre?"

"Certamente, não. Demonstraremos à sociedade que a Polícia, assim fazendo, agiu fora do círculo de suas atribuições, violou a Constituição Federal, bem como outras leis e praticou, em suma, um ato fundamental nulo em direito. Preliminarmente cumpre salientar que o mencionado Edital usou até expressões impróprias, expressões desusadas e enigmáticas em linguagem léxica jurídica. Queremos nos referir a "mulheres de vida alegre". Ela não tem significação precisa que lhe quis emprestar o inspetor de Polícia Marítima, e jamais alguém a empregou na acepção de "mulher pública".

"O grande Ruy Barbosa, que, além de profundo filólogo era consumado jurisconsulto, designou, conforme atesta João Leda, as pobres Manons que o remoinho do vício apanhou nas suas aspirais: zabaneira, rascos, traviata, marafona, michela, hetaira, pecadora, perdida, meretriz, horizontal, barregã, prostituta, odalisca, rameira, messalina e cortesã."

Contestaram as vítimas o abuso do inspetor, e de ter a Polícia Marítima qualquer direito de "exercer rigorosa vigilância nos portos, cais, praias, docas e ancoradouros do Estado, deliberando na forma das leis sobre tudo quanto disser respeito à prevenção de delitos e à manutenção da ordem, segurança e tranqüilidade pública."

Ao se banhar em lugar público, é verdade, ninguém infringe nenhum dispositivo legal, a não ser que o faça de modo indevido, a atentar contra a moral.

Da pena do dr. Virgílio Augusto de Moraes, filho, é a curiosa plaqueta publicada em 1925: "O "habeas-corpus" das banhistas: a prostituta estudada à luz do Direito." (Tip. Minerva de Assis Bezerra), trabalho que enfeixa também a sentença do dr. Carlos Livino de Carvalho, objetiva e clara, e que esplende neste final:

"Considerando ser líquido, certo e incontestável o direito que as pacientes pretendem exercer, e para cujo exercício lhes é essencial à sua plena liberdade de locomoção; Considerando que a Polícia, com o edital de fls. 8 lhes tolhe direito e as impede de irem banhar-se livremente no mar;

– Defiro o pedido de fls. 2 e seguintes para conceder como concedo, o habeas-corpus impetrado, a fim de poderem as requerentes banhar-se livremente em qualquer ponto do mar para tal fim acessível ao público, ressalvando à polícia os seus direitos de vigilância e correções legais."

No meio provinciano a petição inicial do advogado Virgílio Augusto de Moraes, filho, foi alvo das mais severas criticas da sociedade, circunstância reconhecida pelo causídico quando escreve: "A minha petição de habeas-corpus incorreu em anátema, sob o irrisório pretexto de que era escandalosa, imoral, pelo fato de haver, no exercício do mandato, ocupado da prostituição, assunto reputado altamente escabroso por certa gente de nosso meio social.

"Mas, a grita infrene carece de fundamento, como mostrarei, por parte, ao leitor intencionado.

"Dita petição, apesar de longa, pode ser lida pela mais ingênua donzela, pois nela se não deparam expressões chocantes, desabusadas, adjetivações contundentes, de que possa corar mesmo uma tímida colegial. Inda que hou-

vesse algum termo ou frase que, de leve, ferisse a inquebrantável castidade de qualquer puritano, então seria o caso de realmente o pensamento de São Paulo, o Apóstolo dos Gentios: "Para os corações verdadeiramente puros, nada é impuro."

Omnia Pura Paris. (o.c., . Xix)

Fica assim esta lição, se possível mencionar desse modo, de direito social. E tem curso, desde então no Ceará, como tudo nos leva a crer, a denominação de "mulher da vida alegre" para identificar a prostituta.

INOVAÇÕES URBANÍSTICAS PROVINCIAIS

Numa obra de muita preocupação pela habitação – "Oh de casa!" –, Gilberto Freyre (p. 140) faz lembrados os diversos tipos de "sobrados, casas-grandes urbanos" do país, aí mencionados os de Recife por "magros"; os de Salvador, por "gordos". E entre os últimos o opulento modelo de casa, dentre muitos que existem numerosos pelo Rio de Janeiro, São Luís, Belém etc., etc., menos em Fortaleza, ou no Ceará, que, por extensão territorial sabido é, não se gerou tanta abastança e afidalgamentos para tais edificações prosperarem atraindo atenções.

Naquele livro mencionado, referida ainda a legislação camarária das primeiras décadas do século passado, oportunidade que torna acesa no autor a exaltação bairrística, animando-nos a entender que ainda, por esses dias, já se impunha "zelosa" de suas "virtudes de cidade progressista", e, de igual modo, a eleger por obrigação administrativa o cordeamento inicial do terreno utilizado, e obediência às regras de construções, e a tanto prescrevendo-as desde o dimensionamento da altura de paredes, até a conceituação métrica de ombreiras, soalhados, portas, janelas etc., etc. (o.c., p. 98).

Em outro estudo de maior profundidade ("Um Engenheiro Francês no Brasil", p. 96) o autor de "Casa Grande & Senzala" passa a alinhar o que define por "leis quase tirânicas", orientadoras à época dos aforamentos e

edificações no Recife, transcrevendo o livro da Câmara (manuscritos do biênio 1839-1840) a informação de ser exigido às ruas por se abrirem, pelo menos sessenta pés de largura, e às travessas, no mesmo caso, quarenta. Todas as ruas divididas em quarteirões, com as indicações da profundidade dos alicerces, e não permitidas as paredes de frente com menos de 21 palmos, a contar "do cordão até o frechal", e somente admitidas as de "doze e meio palmos vivos de altura à ombreira, e seis de lume na largura", estipulado o "nivelamento", a cordeação, a não alocação de bicas "na parte superior da cornija" etc.

O passeio, nas ruas, devia apresentar-se com "dez palmos de largura", construído com lajes.

Gilberto Freyre, pouco atento às origens e generalizada influência das posturas municipais, influenciadas por decisões conceituadas antes nos manuais de leis de Portugal e do país, entende as orientações que passam a vigorar pelo tempo, e decorrem a partir de 1830, como "puro império da uniformidade, da simetria, da regularidade", que, sob os objetivos da organização local, colabora para fazer (no exemplo de seu interesse) o Recife uma "cidade neo-européia e, quanto possível lógica, geométrica medida", cuidado que atribui a camaristas e a "burgueses ilustres" de fidalguia disfarçadas como Rego Barros, a ocupar a presidência da Província." (o.c., p. 97).

Descartada a mais leve idéia de menosprezo a influência dos franceses (à frente destes o engenheiro Louis Léger Vauthier), que se elege ali também como fato gerador das transformações urbanísticas da cidade, impõe-se averiguar que, na realidade, embutida na proposta de alargamento de ruas sob melhor conceituação e aproveitamento de espaços, está preferencialmente (como supomos) o espírito orientador e de disciplinamento inspirado

diretamente na lei do dia 12 de outubro de 1828, promulgada por D. Pedro 1. Mencionado estatuto, no interesse das "posturas municipais" (art. 10, parágrafo inicial e seguintes), preconiza exigindo "alinhamento, limpeza, iluminação e desempachamento das ruas, cais e praças, conservação e reparo de muralhas feitas pela segurança dos edifícios e prisões públicas, calçadas, fontes etc., etc.

As normas de urbanismo, vigorantes com mais freqüência a meados do século passado, na verdade não decorrem com exclusividade, presumo, da orientação de pessoas viajadas ou de técnicos ilustres que vieram prestar seus serviços especializados no país.

Se para o Recife – pela idéia de pretendida influência francesa, trazida ou absorvida ou quem dali viajara pela Europa –, tem-se inovações urbanas despertando a atenção dos estudiosos, que se dizer das propostas, sob o mesmo espírito, verificadas, no caso, numa simples cidadezinha sertaneja do interior, Icó, em 1850, a ordenar tivessem suas vias públicas pelo menos oitenta palmos de largura; as travessas, sessenta, e becos não menos de 40?

Ruas de 60 a 80 palmos de largura (algo em torno de 13,20m a 17,60m) como admitidas para Icó (CE), e em Recife ou Olinda, pelos século passado, já eram sobremodo amplas, arejadas, pelos parâmetros mais avançados do tempo, que a tradição prevalecente, por exemplo, em Paris e Londres, a meados do século XVIII, desfrutava as ruas com a largura, em média, de 3,50m.

A necessidade de criar vias mais amplas para favorecer o movimento de pedestres e carruagens, antevéspera de inovação urbanística que, para Le Corbusier (citado por Marshall Berman), deveria estar equipada como uma fábrica", acenderia em George Eugéne Haussmann (edil parisiense, por volta de 1850) o entusiasmo para estabelecer,

em favor dos seus contemporâneos, “bulevares de trinta a cem metros de largura” (ver Berman, in “Tudo que é sólido desmancha no ar”, p. 153).

Mas antes dos franceses, ao tempo de Napoleão já se podia contemplar o traçado de uma rua monumental (projeto Nevski, para Petersburgo), destacada como a “mais longa, mais larga, mais bem iluminada” da época, a se estender por um percurso de Z800 metros. (o.c., p. 186).

A necessidade de disciplinar o espaço público, em favor da sociedade, é decorrência do século XVIII. Londres e Paris prosperam na meia centúria desse período, mas desde anos anteriores, na Europa, já prevaleciam posturas com a intenção de ordenar melhor o uso urbano. Em 1431, em Northampton, por determinação da autoridade municipal, “nenhum proprietário estava obrigado a estender o calçamento (entenda-se: piso do passeio) até a rua, para mais de 30 pés, de sorte que passava a ser dever da municipalidade pavimentar o mercado **e lugares amplos** (grifamos) semelhantes”. (ver Lewis Munford, “A Cultura das Cidades”, p. 67).

Em face dessa mensuração, pode-se imaginar que as ruas já por aí devessem ter, em alguns lugares, em torno de 20 metros de largura.

A ordenação urbanística ofertada, por exemplo, à vila de Icó, através da lei nº 537 *(18.12.1850)*, promulgada pelo então presidente provincial Ignácio Francisco Silveira Mota, estabelecia no art. 8: “Todas as ruas serão divididas por travessas ou becos, em quarteirões, cada um dos quais não constará menos de vinte casas, com 600 palmos de frente (132m), nem mais de 700 (154m), com 400 ao menos de frente inclusive quintal de 500 (110m)”.

No décimo terceiro artigo, prescrito: “Todas as casas arruadas terão calçadas de oito palmos (1 ,76m) de largu-

ra, e os fundos de casas e portões, que deitarem para as ruas, sendo os proprietários obrigados a concertá-los logo estejam arruinados."

Em Fortaleza, em 1857, obrigavam-se os munícipes através da lei 828, de 16 de setembro, a proceder o calçamento diante das testadas residenciais "ainda mesmo com tijolos", devendo ficar o passeio com 9 palmos (l,98m).

Também na capital, em 1861, podiam-se ver planejadas e construídas duas avenidas de 100 palmos (22m), dimensão que não fica muito inferiorizada face à largura mínima dos bulevares de Hausman (30m), em Paris, na década esplendorosa de modificações urbanísticas, na década de 1850-59.

Ruas com 60 e 80 palmos (portanto, de 13.20 e 17.60m como anunciadas na proposta dos camaristas de Icó, no Ceará, Recife e Olinda (Pernambuco), pelo século passado, já eram sobremodo largas em face das que se podiam encontrar em Paris e Londres, a meados do século XVIII, nessa época, de 3 a 3,50m).

Os que nos acompanham nesta despretensiosa exposição (um tema desenvolvido por curiosidade) podem perceber o que Fortaleza (ou o próprio Ceará) sem dispor de engenheiros estrangeiros, como sucedeu em Recife, desenvolveu padrões e algumas práticas urbanísticos sobremodo significativos para o tempo.

O código de posturas, local, de 1865 – de que nos ocupamos com mais largueza (ver, de nossa autoria, "A Fortaleza Provincial: Rural e Urbana"), arrola normas de indiscutível sentido urbanístico e arquitetônico em propostas compatíveis com o progresso, na espécie, só admitindo a exemplo a descida de águas pluviáteis exercidas através de "canos embutidos na parede" e cujo terminal fosse dar "nas coxias do calçamento" – atente o leitor –,

“passando por baixo dos passeios ou calçadas das casas...” (art. 2, § 4).

A amplitude da calçada já se fixava, por então, em 2 metros. A altura, elevada na marca de 22 centímetros. A frente do edifício, no que se pode entender por pé direito, em 4,84m de altura, a contar da “soleira até a base da cornija”.

Tudo orientado, a esses dias, com a participação do arquiteto da própria Câmara. Pode-se depreender então que data da década de 1860-69, o interesse e a compreensão, no Ceará, pelos problemas urbanos em seu sentido mais disciplinador e estrutural. Já não prevaleciam, com ênfase especial, as medidas de polícia camarista dispondo sobre as interferências, perfeitamente admissíveis, no passado, da presença do rural na área urbana.

Tema apaixonante mas excessivo para o desempenho de um simples curioso de estudos urbanos.

A CHAMADA GUERRA AOS CAVALOS

Está por escrever-se o que foi a passagem dos revoltosos da Coluna Prestes no Ceará, em 1926, episódio jocoso e denominado pelos ibiapabanos de "guerra aos cavalos". Repassamos, hoje, ao leitor, que emoções, temores e pânico acudiram os habitantes da Ibiapaba, e como os fatos foram registrados em notas e reportagens pela "Gazeta da Serra", de Ubajara.

A 27 de dezembro de 1925 o editorialista daquele jornal serrano advertia: "Tudo nos leva a crer que a Ibiapaba irá ser teatro de grandes acontecimentos, pois consta estar o Governo da União mobilizando forças que virão ocupar estas fronteiras."

A 3 de janeiro de 1926, para o jornalista da "Gazeta", o momento era angustioso, e então comentado que do Piauí já havia chegado ali, e em vários lugares da Ibiapaba, "famílias inteiras em busca de abrigo onde se acoitem." A população advertia-se, por estas e outras notícias, de que estariam em Viçosa, São Benedito, Sobral etc., alguns "contingentes do Exército" para acudir, guarnecendo as fronteiras.

O mesmo semanário acolhia (tanto através de despachos telegráficos como via correspondentes) a informação da prisão de Juarez Távora, efetivada nas proximidades de Teresina, enquanto, no Maranhão – admitia aquela folha – a fase prenunciava-se de arrocho: "Um vaso de nossa Marinha de Guerra" – era contado – "ronda fantasticamente a

baía de São Marcos, aguardando ordem para um bombardeio próximo."

Pela edição do dia 17 de janeiro de 1926 (e se dizer já terem ocorrido os fatos anunciados, com atraso, pelo jornal), tem-se como intróito das notícias os principais destaques da matéria jornalística: "A notícia da aproximação dos revoltosos, estabelece-se o pânico nesta Vila; é o êxodo. – O Prefeito retira-se. – Encarregado do posto telefônico foge, desarmando antes o aparelho. – O comércio fecha as. portas. – Famílias inteiras descem as ladeiras a pé e em pranto. – Os lares ficam desertos. – Muitos, sem abrigo, acoitam-se nas matas. – Outros informes."

O 13 de janeiro prossegue terrível para os habitantes de Viçosa, então vila, a população desorientada, aflita, em face dos boatos. A hipótese é de que os sediciosos realmente se aproximam da povoação, pois na distância de 12 léguas, em Gameleira, teriam sido interceptadas as comunicações.

Na edição do jornal, no dia 17, pode-se ler: "Em todos os rostos pintava-se nítida a angústia, o assombro, o receio de tremendas catástrofes, de iminentes perigos."

Eis o quadro narrado: "Mulheres desgrenhadas, despertas naquele instante, mal tinham tempo de fazer a trouxa de roupa e lá iam-se com os maridos atrás, carregando os filhos nos braços, palmilhando o caminho do exílio, sem destino, presas dos mais negros pressentimentos. Era como se se avizinhassem os vândalos da morte, da destruição e incêndio."

"Casas houve cujos donos nem as portas fecharam, tanto foi a pressa com que as desprezaram; outras, ficaram a ferver as panelas nos fogos à espera de quem viesse se banquetear e houve até quem as conduzisse inescentes assim, na cabeça."

Evidente a balbúrdia, a confusão, o pânico.

Mulheres recém-paridas – vai sendo contado pelo jornal – saíam de casa, debandavam. Algumas deixavam suas casas, iam carregando os filhos como podiam, alguns envolvidos em panos, em lençóis.

Poucos exibiram coragem ou calma, para ficar – entende-se. Dentre os raros que resolveram permanecer, o diretor da "Gazeta", Manoel Miranda. Sem aparelho transmissor disponível (o que havia, o único, fora retirado da estação ferroviária), tornaram-se difíceis as comunicações, possíveis apenas as efetivadas por estafetas, chamados caminheiros pelo jornalista, indivíduos que iam ora a Ibiapina, ora a São Benedito, "colher informes com os respectivos vigários.

Afirma-se por então que os sediciosos "tinham ocupado Ipu e Pires Ferreira, na Estrada de Ferro de Sobral, não tendo havido, no entanto, depredações."

Mencionado na mesma publicação:

"Adiantavam as notícias que o contingente, que ora estava a operar naqueles pontos, vinha sendo comandado pelo cel. João Gualberto (Sic), um militar correto, que não consentia, absolutamente, perpetrassem saques e desonras as tropas sob as suas ordens, e que, com toda certeza, dali se dirigiria a Ibiapaba, percorrendo-a até Viçosa por estes poucos dias."

Todas essas informações (como explicadas pelo redator da "Gazeta da Serra") já estavam escritas para ser impressas, quando de São Benedito chegaram exatas notícias sobre os acontecimentos. A coluna revolucionária – que havia ocupado Ipu – era composta apenas de 103 homens, sob o comando do cel. Alberto de Barros, irmão de conhecido personagem, o saudoso dr. Napoleão de Barros, cujo túmulo "aquele oficial visitou, chorando, e sobre o mesmo depositando flores."

No tocante, os fatos não ficaram bem esclarecidos.

Teria mesmo o comandante da tropa derramado lágrimas? Era homem enternecido pelo passado de sua família?

Não se poderá responder afirmativamente. Nem de outro modo. Mas se afirmará, lendo o registro desses feitos bélicos, que o bravo (ou cavalheiresco) militar comportou-se com dignidade. Não permitiu a prática de excessos ali. No entanto, quem era dono de cavalo bom de marcha (o automóvel da época), de uma hora para outra viu-se despojado de seu valioso bucéfalo.

Assim, em 1925, Ubajara viveu momentos de incrível nervosismo e pânico à notícia da aproximação – episódio que em rigor não chegou a acontecer – do contingente de revoltosos. Inseriam-se na moldura dos acontecimentos as mais desencontradas e inesperadas informações. Para Sobral – registrou a "Gazeta da Serra" à época – 600 soldados teriam viajado ao encontro dos sediciosos, havendo fugido dali a maior parte das famílias. Em São Benedito passara um aeroplano, como se dizia então, demandando a Teresina, e outra coluna de rebeldes, vinda de Parnaiba, aproximava-se de Viçosa.

Na edição do dia 24 de janeiro, do ano da chamada "guerra aos cavalos", passado o momento mais agudo dos acontecimentos, a intuitos de tranqüilizar a população, escrevia o editorialista do jornal que "numerosa força policial" havia "galhardamente" feito frente aos "invasores, em Crateús."

"Para onde irão?" – indaga o articulista "Que desejam, que sonham esses homens nessa aventura perigosa pelos sertões brasílicos?" Adiante, insiste: "Onde estarão Prestes, Siqueira Campos e os remanescentes da grande revolta? Mistério."

Mas em número da "Gazeta", de 31 de janeiro, é que se pode deparar o histórico dos principais sucessos, graças ao correspondente de Santa Cruz (hoje, Reriutaba). Contado aí, terem dessa vila, como sucedera em Ubajara, debandando do mesmo modo quase todos os seus moradores. "Só quem viu, pode imaginar o que é uma localidade – abandonada, de portas fechadas, à semelhança de um vasto cemitério" – afirma o jornalista.

Sobre os acontecimentos verificados em Ipu, mencionada na notícia a "arrecadação (um eufemismo!) que o "bando fez na cidade", totalizando "sessenta contos de réis em dinheiro e animais (naturalmente cavalos), pois só no Banco do Brasil, ali, o agente lhe entregou (e não lh'os desse!) a bagatela de dezoito contos de réis, que foi legalmente recebida pelo chefe..."

Em Ipu os "sediciosos cortaram a linha (do trem), arrancaram os trilhos; fizeram tudo para impedir lhes surpreendessem as forças legais, e assim ali passaram um dia e uma noite, durante a qual a cidade foi policiada por eles..."

Ipu igualmente despovoou-se. "Dizem que o êxodo da população ipuense foi também inaudito." Os corajosos, nessas horas, desapareceram mesmo." "Quem não correu, teve vontade". ironiza o correspondente do jornal, e, em outro despacho (publicado na edição do dia 21 de fevereiro), vai deplorado: "Quando os nossos descendentes, de futuro, manusearem o registro destes acontecimentos, taxar-nos-ão, a nós, de hoje, de gente mole, para não dizer cobarde..."

Seis dias após os episódios ora narrados, ainda havia pessoas ausentes da sede da vila, escondidos em suas propriedades agrícolas.

E pelo dia 16 de janeiro, quando então os sediciosos demoravam na região, chegaram uns tantos soldados ao local do conflito: O Sargento Aguiar comandou sete praças

até Santa Cruz, onde permaneceram sem poder cumprir – informa o jornal – as ordens superiores de se irem juntar à companhia em Crateús. De Tianguá, Ubajara e Ibiapina, vieram outros. Como não existia comunicação telegráfica, e em verdade nada havia o que fazer – pelos menos aparentemente – "arrumaram as trouxas e imitaram os habitantes, linha à fora, rumo à Sobral."

Legalistas e sediciosos praticavam de igual modo. Não tinham considerações nem escrúpulos para requisitar (*manu militari*) os melhores cavalos pertencentes aos habitantes da Ibiapaba. O correspondente da "Gazeta", em Crateús, escreve "Crateús ficou arrasada, principalmente no seu "stock" cavalar. **Quase que a guerra ali foi exclusivamente aos cavalos** (grifamos). Os revoltosos não os poupam, assim o fizeram em Ipu, e por onde quer que passassem, e os legalistas, que nunca alcançam os inimigos, vão também, por sua vez, carregando quantos bucéfalos caem-lhe sob as vistas."

Mas pelo dia 19 de janeiro, o prefeito de Santa Cruz recebe importante mensagem-circular do Presidente do Estado, congratulando-se com a derrota dos rebeldes em Crateús, momento em que "os heróis começam a aparecer."

O anedótico da debandada dos habitantes da região afinal acaba envolvendo quase toda gente. E na lembrança de muitos, por anos à frente, tem vigência a perda de suas alimárias de estimação.

Decididamente, como de modo irreverente se repetia por aqueles dias, se guerra houve... foi "guerra" aos cavalos".

Infelizes bucéfalos!

DOENÇAS VENÉREAS, PRESERVATIVOS E ESCRAVOS

Não estranhável fossem bastante disseminadas, no Brasil, pelo século passado, as chamadas doenças venéreas. Essa situação podia decorrer – e bem provável sucedesse como nos permitimos imaginar – à conta da contaminação fácil, promovida pelos europeus desde que chegaram ao país, através de soldados e marinheiros, principalmente dos últimos, que vinham ter ao nosso território atingidos pelo "mal de gálico".

A respeito anotou Lycurgo Santos Filho: "As mulatas libertas ou escravas, que de par com as negras substituíram a mulher indígena na satisfação sexual do macho colonial, tornaram-se, do segundo século em diante, os maiores veiculadores e entretenedores da sífilis e outros males venéreos." (in "História da Medicina no Brasil", vol. II, p. 14).

Em livros de patologia, ainda do século passado, aprende-se que, além dos "excessos venéreos", a blenorragia podia decorrer do "temperamento linfático" da pessoa..., ou decorrente do uso imoderado (incrível) de cerveja. (idem, p. 86).

O manual de medicina mais popularizado pelo século passado, o divulgadíssimo "Formulário" de Chernoviz – que pelos sertões vem ter vigência ainda por estes dias –, prescreve um rol de cuidados para o tratamento da gonorréia, esquentamento ou purgação, como era identificada a enfermidade a esse tempo. Dessa forma, o coito

devia ser suspenso; desaconselhada a ingestão e vinhos e licores etc.

Estabelecida a cronicidade da doença, o paciente haveria de passar a usar medicamentação mais severa, nem sempre ao alcance dos mais pobres – como escravos –, pois a estes era mandado aplicar "injeções com dissolução de azotato de prata, injeção com tanino e adstringentes", além de banhos de mar e cauterizações da uretra com nitrato de prata, o que se efetivava via sonda... (o.c., Paris, 1888, 13 edição, p. 886).

Grei nem sempre bem assistida, a dos escravos, como chegou a pretender o religioso Benci. No tocante à vida sexual, não usufruíam do mais elementar resguardo patrocinado pelos seus donos. Destes, ou de seus filhos, tornavam-se vítimas contumazes, pois a se enfermarem os seus donos do mal de gálico, tendiam a se livrar da enfermidade, repassando-a em intercurso sexual com mulher impúbere – como consignou o dr. João Alvares de Azevedo Macedo Júnior, em 1869 (ver "Casa grande & Senzala", Gilberto Freyre, 1983, p. 361), idéia perversa que chegou igualmente até os nossos dias, quando o segmento marginal da sociedade entende poder descontaminar-se de esquentamento, copulando com parceiro de boa saúde.

Mas a despeito da atenção médica os casos de gonorréia sucediam com inusitada freqüência, tornando-se um desafio à saúde pública e à competência médica da época, quando os enfermos prosseguiam tratados com ungüentos, banhos de assento e práticas supersticiosas. O problema parecia interessar a classe médica, pois não raros os estudos e teses a respeito, valeendo mencionar: o médico cearense, deputado à Assembléia Provincial do Ceará, em meados do século passado, dr. Francisco Ribei-

ro Delfino Montenegro, escreveu trabalho denominado "Blenorragia".

Normal o aproveitamento de remédios tidos e havidos por milagrosos, assim como as prescrições mais variadas, inclusive aqueles, como já referimos, baseados em superstições, e, por emulação, aparelhos e preservativos, uns e outros divulgados pelos jornais que, a seu turno, acolhiam matéria publicitária paga, revelando – a interesse de venda dos produtos anunciados – as conseqüências inevitáveis da doença na população escravizada.

Pelo que ocorria socialmente, pode-se ter uma idéia aproximada dos vexames afligidos à população negra submetida em cidades de maior índice populacional, qual o Rio de Janeiro, no tocante ao exercício do desfrute sexual, assunto não tratado adequadamente e em profundidade pelos estudiosos. Sob pouca atenção, entende-se, transcorria a atividade sexual com os seus problemas não de raro mencionados pela imprensa.

Desse modo o "Jornal do Comércio" (Rio de Janeiro) em edição do dia 4 de abril de 1832, acolhe anúncio sobre "escravo fugido", aludindo ao que se menciona: "50$000 réis de gratificação dá-se a pessoa que apanhar dois escravos ladinos por nome Fortunato e Joaquim, ambos de nação Inhambane, que fugiram no dia seis do corrente da casa n^{0}- 42, da rua São Pedro com sinais da sua nação no nariz e frente, pouco distinguíveis, ambos são moços, sem barba e bem formados, o nomeado Joaquim tem o dedo polegar da mão direita com resto da unha dividida e muito defeituosa, **ele é demais mutilado por causa de antiga moléstia venérea..."** (grifamos).

Em outra edição desse mesmo jornal, na primeira quinzena de novembro de 1834, inserido novo aviso de escravo evadido em quem eram percebíveis os incômodos

oriundos de doenças venéreas: “Fugiu no dia primeiro do corrente um preto de nome Manoel, nação Angola, idade 25 anos, olha (vê) pouca coisa, é vesgo, tem uma cicatriz na face esquerda e um **escroto inchado**”... (grifamos).

A esses dias, vigorava o temor a “contágio venéreo”, gerando um clima psicológico, exacerbado pelo anedotário que corria a respeito. E a tanto, acudiam os meizinheiros, os fabricantes de garrafadas, os conselheiros da medicina popular influenciados também pela inventiva que aconselhava o aproveitamento inclusive de matérias escatológicas. A sífilis, parecendo acomodar-se à vivência até pela sugestão ao uso de preservativos, algo assemelhado – podemos imaginar – à camisinha de Vênus, atualmente de uso popularizado no pais, com o advento da MDS.

De exemplo a publicidade veiculada pelo “**Jornal do Comércio**” à época: “Tendo sido anunciado pelo **Jornal do Comércio** e **Despertador** a descoberta do – preservativo infalível do contágio venéreo – anunciando-se à venda na cidade do Porto, largo de São Domingos, nº 33, pelo presente se faz público que o dito preservativo foi remetido para esta cidade (Rio de Janeiro) pelo inventor, e se acha à venda na rua da Ajuda, nº 153. Igualmente se participa ao respeitável público, que tendo querido algumas pessoas daquela cidade desacreditar este infalível preservativo, dizendo que não se tiravam com ele as vantagens desejadas, o inventor, em conseqüência disto, pela certeza que tem, por experiências feitas de que não pode falhar, fez aviso no “Periódico dos Pobres do Porto”, nº 44, anunciando pagar 1000$000 réis a quem, usando-o não sair bem sucedido.”

CENTRO ESTUDANTAL CEARENSE: DESEMPENHO E TALENTO

O Centro Estudantal Cearense é de 11 de janeiro de 1931. A "Folha Estudantal", sua bem apresentada revista (às vezes circulava com 96 páginas, quando da inclusão da "Folha das Normalistas", separata da primeira), em 1932, sob a direção de Colombo Souza e Aurélio Mota, anunciava uma edição de 50 páginas para comemorar a inauguração do ideal centrista em seu primeiro aniversário.

Reunia a revista apreciável elenco de jovens que praticavam política e literatura, principalmente a última, a desempenho sobremodo conveniente para aqueles dias, quando a cidade provinciana de Fortaleza estava longe de atingir 150 mil habitantes, marca alcançada pelos anos quarenta, mas, no entanto, a experimentar a efervescência social e política da época, e, nessa decorrência, a segunda greve dos empregados da Ceará Light, movimento reivindicatório que, já no ano seguinte, seria imitado pelos padeiros. Homens e mulheres, e em particular estudantes e crianças, acudiam a ver o Circo Stevanovich, armado na antiga Praça de Pelotas. No Excelsior Hotel, com frios à francesa, era degustado almoço completo por apenas 8$000; o Cine Majestic lançava a concorrida Sessão Passatempo, ao meio-dia e dez, dedicada aos comerciários, que já se não chamavam mais caixeiros. Flagelados da seca não podiam esmolar pelas ruas, pois determinação gover-

namental proibia praticar desse modo. E a cidade cultural, entusiasmada com o êxito de Rachel de Queiroz e Jáder de Carvalho, sentia-se igualmente engrandecida ao saber que Gustavo Barroso ingressara na Academia Brasileira de Letras.

Plínio Salgado arrebata a mocidade. Viria a Fortaleza em 1932, para pronunciar conferência no Teatro José de Alencar. O integralismo era tema de palestra do prof. Josafá Linhares. E não tardaria o próprio Gustavo Barroso, como autêntico herói, já imortal, pisar o solo cearense, recebido na Capital por aproximadamente seiscentos "camisas verdes", nomeados assim os integralistas, entusiasmados com a visita do grande líder. Fernando Benevides põe-se à frente de mais um núcleo de simpatizantes da ideologia do sigma. E o Pe. Hélder Câmara, dentre outros, é o orador fulgurante da recepção 'a caravana de seus companheiros comandados pelo imortal Gustavo Barroso.

Tem-se na Praça do Ferreira, no dia 24 de dezembro de 1932, a entrega oficial da Coluna da Hora ao público.

Yaco Fernandes, por esses mesmos dias, escreve artigo sobre o livro que Martins d'Alvarez acabara de publicar: "Vitral". E começam a atuar, impondo suas idéias, expressivos talentos dessa geração: Lauro Maciel comenta a "Nova Itália", de Mussolini, enquanto Nilo Peixoto vai postar-se, frontal, ao pensamento do seu colega de redação da "Folha Estudantal", prevenindo ser o "fascismo uma fonte política transitória, de dominação burguesa, característica da atual etapa imperialista."

Destacam-se à época quantos integram o Centro Estudantal Cearense (notadamente a "Folha"): Colombo Souza, Felinto Nunes, Francisco Bandeira, Murilo Mota, Juarez Aires de Alencar, Aurélio Mota, Carlos Pompeu, Flávio Portela Marcílio, Américo Barreira, Manoel Albano,

Germano Holanda, Francisco Vasconcelos de Arruda, Fran Martins, Lauro Rodrigues Lima, Wálter de Sá Cavalcante, Waldemar Alves, Cândido Couto, Nilo Peixoto, Mardônio Botelho, Plácido Fernandes, Lourival Correia Pinho, Antônio Girão Barroso, Murilo Mota, Mileno Silva Thé, Nodgi Machado Holanda, Manoel Lima, Marcos Botelho, Abelmar Ribeiro da Cunha, Lireda Facó, Paulo Botelho, José Alaor Albuquerque, Stéllio Lopes de Mendonça, Guaraci Cabral de Lavor e tantos outros.

Os trabalhos em prosa, em maior número, vão acolhidos pela "Folha Estudantal", assim como a ficção tem seu lugar garantido, destacando-se o conto, gênero que desperta o talento de Fran Martins, Yaco Fernandes, Antônio Girão Barroso etc. De história curta, no número dez, destaca-se o texto de Flávio Portela Marcílio: "Ilusão Desfeita" (p. 11). A narrativa nutre-se de tenebroso romantismo, e tem início com a descrição de uma mulher tomada de "convulsões histéricas" num clube social da cidade, enquanto ali decorrem peças musicais. Trata-se de Hemengarda que, vencendo a crise experimentada, confidencia a sua desdita a um jovem de 18 anos. Ambos se sentam num banco no jardim de "suntuoso palacete", onde "agradável brisa" bafeja cariciosamente as vestes da desolada dama, que confessa ao companheiro: "Fui bela, nas reuniões elegantes não me faltavam admiradores, e, como tal, não demorou muito o baque do meu brilhante engaste – a honra." Por diante segue o autor expondo que, em belo dia de maio, em noite "esplendorosa, quando a lua refletia languidamente os seus prateados raios e 12 horas eram soadas, nascia o fruto do amor libertino..."

A essa altura, o leitor percebe: aquele moço, a quem a dama no clube conta as suas mágoas, é o próprio "brilhante engaste", a honra perdida pelas artes do Amor. Tudo culmi-

na com epilogo inusitado: “Hemengarda, numa comoção extraordinária, aliada à sua crise anterior, pende o corpo e baqueia... Estava morta. As lágrimas” – prossegue o contista – “e talvez as primeiras de Olavo, caem sobre o cadáver da mãe, única culpada de todo o seu pesar. O dia começa despontar. Os primeiros alvores da manhã, de uma maneira deslumbrante, banham o corpo inerte de Hemengarda.”

Truncamentos e infelicidade de aventuras amorosas estão presentes quase sempre na inspiração dos ficcionistas do Centro Estudantal Cearense. Desse modo Manoel Albano Amora (nº XIV, p. 18, 1933) assina “conto cearense” denominado “O Indiferente São Francisco”, em que descreve o episódio de um “caboclo forte e destemeroso, acostumado a domar touros selvagens e a lutar contra as águas do Pacoti.” O personagem chamado Alfredo – “faminto de amor” – vê se lhe escapar a adorada criatura de seus amores, para um paroara rico... No auge do desespero, como narra, e em estado de frustração, dirige o “olhar abatido para o céu, como a pedir piedade.” A tomar conhecimento de novos milagres do “bondoso São Francisco de Canindé”, parte de sua terra, de coração mais alentado. Qual! o glorioso santo é-lhe indiferente... E eis que voz estranha, em sonho, acode para dizer que não existe remédio para o “mal do verdadeiro amor.

Como todo personagem romântico, seu herói tende a desaparecer... e também de modo deplorável. Assim, na Praça do Ferreira, certo dia, os passantes acabam por deparar um vulto “prostrado no solo, gélido e sem vida”. E o amante infeliz, sucumbido pelo coração...

Da conspiração do infortúnio não escapam por igual os personagens de Fran Martins, que ainda não chegara às livrarias com o livro “Manipueira”. Em pequena história triste – “O Menino que queria ser Palhaço” – acaba inserin-

do no texto a presença da morte. O menino-personagem, na narração, abandona o circo onde se divertia, e volta para casa...

E o que ali vai encontrar?

Surpresa para ele e o leitor. "Nem se lembrou que D. Cesária dormia. Atravessou a sala correndo, soluçando alto, e abraçou-se à velha mãe, sem murmurar palavra. Mas Dona Cesária continuou na mesma posição, fria e pálida, porque naquela hora já mão pertencia ao número dos vivos: estava bem longe, muito distante, pertinho, pertinho do céu..."

A poesia é, na revista, motivo para uma expressiva cópia de confissões de sentimentos dessa juventude que serve aos quadros da "Escola Moça de Cultura", também do Centro Estudantal Cearense, espécie de grêmio que congrega a quantos por então se entusiasmam pelas letras e conseqüente aperfeiçoamento do espírito.

Para Wálter de Sá Cavalcante, em discurso proferido por ocasião de homenagem a Ernesto Santos, em 1934 (ano III, nº XXII, p. 19), aquela instituição era, "sem ferir a modéstia dos que a constituem, o cômputo, a súmula, por assim dizer, das inteligências vibrantes e produtoras dos moços da terra, em que é abundante a luz e escassa a água."

Essa inteligência, arregimentada pelas musas, ora está nas páginas da "Folha Estudantal" em versos livres, ora em sonetos, como o de José Maria Campos – "Eterno Sonho" – (nº XXVIII), publicado em 1935, e que começa com um quarteto tangido pelos arroubos da paixão:

"Sonhei um dia que, entre riso e flores,
Cheia de graça e cheia de doçura,
Tu me chegavas, divinal criatura!
Para a festa sublime dos amores."

Por esses anos escreve José Pires, também poeta (mais tarde José Pires Sabóia, jornalista e advogado). Dele o soneto "Arrependida", de apreciável fatura poética:

"Oh! velhas que chorais arrependidas
Nessas noites tristíssimas e frias,
Algum mal que causastes a outras vidas,
Males de amor em datas fugidias...
Todas cansadas e desiludidas
Chegastes da velhice aos negros dias,
Cheias de mágoa e das cruéis feridas
Que deixam nalma as mortas fantasias.

Não vale a vossa mágoa a dor de quem,
Por vossa causa, só por vosso gosto,
Foi infeliz tal como vós também!

Oh! velhas que chorais no abandono,
Bem poderíeis ter menos desgosto
E um pouco mais de sol no vosso outono!"

Sucedem-se versos de José Fernandes, José Antônio Gama, Murilo Mota etc., etc., ao lado de convocação nacionalista dos poemas de Juarez Aires Alencar, qual o "Escuta, Brasil!", em que se evidencia o questionamento dos problemas ideológicos daqueles dias:

... ..."O amanhã brilhará
ao sol do teu poder, no hemisfério do sul,
longe da Rússia, da Itália e da Alemanha racista.
Para isto, é preciso que bebas a água
pura do teu passado,
ao som da tua música selvagem,

para que não te envenenes
com o líquido letal dos laboratórios europeus,
ao som da marcha fúnebre da Internacional,
à luz dos círios piscantes do fácil,
conduzidos, estentoriamente,
pelos nazis de Hitler."

Na "Folha", nº XXXVIII, "O Batuque Sinfônico das Poesias Ímpares", como "um desses livros que (se) não consagram o autor, revelam no entanto a existência do poeta cuja sensibilidade se educa a si mesmo, buscando uma qualquer coisa de método na interpretação das coisas e fatos que o contraste da vida apresenta."

Na "Folha" nº XXIX está o poema "Canção do meu amanhecer", do jovem poeta:

"Eu não tinha alma
mas as luzes de minha alma se acenderam
quando o sol vermelho de meu pensamento
raiou para compreender.
Eu não tinha corpo

mas as formas de meu corpo transpareceram
quando o sol vermelho do meu pensamento
ralou para as estrelas.
Eu não tinha sexo mas meu sexo se definiu
quando o sol vermelho de meu pensamento
ralou para crescer"... (etc., etc.).

Em número de 1936 (XXXII), vê-se inserido o poema "Paciência", de Antônio Girão Barroso. Jocoso, descontraído, e logo transformado em peça de orfeão, graças ao prof. Silva Nobre, e cantado gostosamente pelos colegiais. Principiava desse modo:

"Bem vizinho lá de casa
Tinha um menino danado
Tão danado ele era
Que eu um dia despeitado
Sem que nem mais dei-lhe um murro
Bem na barriga, coitado.
Minha vizinha, mãe dele,
Mandou-me um bruto recado:
Que eu devia dar na mãe..."

O poema "Farol do Mucuripe", de Francisco Alves de Andrade, assim como o de Yaco Fernandes – "Alegria de Fortaleza" -' são dessa quadra. Ainda no mesmo período os "Estação de Ferro" e "Viagem", de Antônio Girão Barroso, enfeixados depois no livro que publicou: "Alguns Poemas."

A revista, enquanto circulou (tivemos acesso aos números editados de 1932 a 1936) sempre se interessou pelos problemas culturais e políticos. O incentivo à produção literária está ali representado não apenas por comentários, mas pelo registro e estímulo à criatividade, como ocorre na promoção de concurso de contos, em 1934, engenhosa competição, pois o prêmio era constituído de trinta por cento do total da importância arrecadada de cada participante (2$000 réis) e paga por antecipação.

O grupo talentoso da redação, integrante dos quadros do Centro Estudantal Cearense, não significou apenas uma geração promissora Com raríssimas exceções, seus membros alcançaram posições de desta que, contribuindo para a valorização da comunidade. Assim se destaca riam: Flávio Portela Marcílio, Wilson Gonçalves, Francisco Vasconcelos de Arruda (políticos), Fran Martins, Antônio Girão Barroso, Francisco Alves de Andrade, Yaco Fernandes, Manoel Albano Amora (escritores); Murilo Mota,

Orlando Mota (jornalistas); Colombo de Souza, Roberto Queiroz, Osmundo Pontes (magistrados); José Júlio Cavalcante (radialista); Dano Soares, Mardônio Botelho, Francisco Ferreira de Assis (professores, advogados) e tanta gente mais. Lembre-se ainda, quer como magistrados, quer como políticos, professores universitários ou cartorários, os nomes de Abelmar Ribeiro da Cunha, Sinobilino Pinheiro (morto de forma trágica em desastre automobilístico), Marcos Botelho, Germano Holanda, Elizeu Barros, Manoel Bessa, Tancredo Halley de Alcântara, Valmir Magalhães, Ésio Pinheiro, Adahil Barreto, Ailton Gondim Lóssio, José Cardoso de Alencar etc., etc.

O movimento cultural do Centro Estudantal Cearense, daqueles dias, está a merecer estudo mais demorado. Agencioso e expressivo, merece lembrado por todos nós, e com bastante respeito.

II

O fascismo, entronando-se na Itália, após o assassinato do socialista Metteotti, sensibilizaria a juventude de Portugal, Japão, Polônia, Hungria etc., para nova proposta de reação a liberais e democratas. Em alguns países, como no Brasil, a contaminação ideológica vai atingir igualmente os mais moços, que se valem do Integralismo, agremiação liderada por Plínio Salgado, e a pretender a valorização exacerbada do nacionalismo, em guarda contra o crescimento de idéias marxistas à época.

Analisar o desempenho do Centro pela atividade da "Folha Estudantal" e da organização de sua Polícia Estudantal, não se pode deixar de considerar a influência fascista, ideologia ali intransigentemente defendida por

destacados “centristas”, conquanto em maior número houvesse também os que se exercitavam no pensamento esquerdista.

Damos por importante esse enfoque, pois a tanto valeu de certo o espírito de arregimentação que impulsionaria, pelo menos nos primeiros anos, a ação da instituição que, em agosto de 1981, poderia ter festejado com muita glória os seus cinqüenta anos, não fosse o acidente de percurso – a II Grande Guerra, sufocando, ao terminar, aquelas idéias contrárias ao pensamento democrático, e, por essa forma, alterando de modo substancial a emulação de seus parciais na década 1950-59.

Não pretendemos desenvolver o presente registro das alterações políticas que, de uma forma ou de outra, a nosso ver, sobrevindo após a II Grande Guerra, acabariam por instrumentalizar novo comportamento do ideário estudantil. Mas seja dito ainda que à pressa não tardaria o chamado idealismo centrista ser substituído pelo despertar do ânimo contestador estimulado e oriundo do clima mais politizado de novas entidades em termos nacionais, como a União Democrática de Estudantes, movimento que sufocaria as entidades de formação nitidamente regionais, qual o Centro Estudantal Cearense, e, por extensão, a existência das agremiações literárias de colégios e faculdades.

Porém mencione-se a tempo que nada disso diminui o valor, o trabalho, o idealismo, inspiradores do Centro Estudantal Cearense, entidade que na década 1930-39, a partir de 1931, viveu todo um trajeto de significativas realizações aplaudidas e reconhecidas inclusive pelo poder público.

O sentido de interesse pelos destinos políticos, do Brasil, não se. desvincula do Centro, nem daqueles como os ginasianos de Crato, que, pelo seu líder Felinto Nunes, aco-

dem a externar o entusiasmo ao programa da juventude estudiosa de Fortaleza, em face, como refere, dos "graves acontecimentos desencadeados no seio da Pátria, forçando-a a percorrer agora o mais ínvio caminho, em cujo percurso se lhe antepõem difíceis e desnorteantes obstáculos..."

"Cabe agora aos moços tentar unificar o Pensamento nacional, orientá-lo numa grande cruzada de Fé nacionalista, entre erros e fetichismo liberal burguês, e erros do comunismo; indicar os rumos que deverão construir o Brasil integralista."

Mas paralelamente a essa efervescência política, o Centro Estudantal Cearense cumpre por então elogiável programa de ação. Logo anuncia a formação de sua biblioteca, contemplada com livros inicialmente ofertados por Ernesto Santos e Lauro Maciel. Não demora a coleção de obras enriquecer-se com volumes doados pelo Arcebispo D. Manoel da Silva Gomes: "A Igreja e o Pensamento Contemporâneo", de autoria de D. Manoel G. Cerejeira; "Problemas da Burguesia", assinado por Tristão de Ataíde, etc., etc.

A "Folha" organiza-se. Publica regulamento mencionando "proibida a entrada de pessoas estranhas ao corpo redatorial da revista, nas oficinas da mesma, seja para corrigir provas, o que compete à redação, ou outro qualquer fim."

Não vai tardar o melhor programa do Centro, a fundação da Escola 11 de Agosto. O aluno Aureliano Ramalho, no encerramento das aulas do primeiro ano letivo, agradece de público: "Tirando-me do número de analfabetos, deram-me partículas do seu saber, partículas estas que me servirão de passaporte por onde eu queira passar em busca de outras mais vigorosas, para amanhã imitá-los, distribuindo também conhecimentos."

Confere-se o prêmio "Honra ao Mérito" a alunos que mais se destacaram no primeiro, segundo e terceiro anos:

neste caso a José Gomes Sobrinho, Aírton Marques de Oliveira e José Euclides Alverne Coelho.

E não tarda outra escola, a "Primeiro de Março", inaugurar os trabalhos naquela data, em 1933. Inicialmente funcionará em prédio na Travessa São Paulo, nº 120, esquina da rua Senador Pompeu, à altura do número 129.

A Casa do Estudante recebia hóspedes que se obrigavam a cumprir "fielmente" o regulamento do estabelecimento: "pagar mensalidade de oitenta mil réis efetuada de duas vezes; "fazer um depósito de cincoenta por cento, como garantia, ou apresentar ao diretor efetivo um documento firmado pelo punho de seu legítimo correspondente, em que este assuma responsabilidade pela falta de algum pagamento daquele, ou indenização por algum dano porventura causado. O depósito será devolvido logo que finde o ano letivo e que o hóspede abandone a Casa" etc., etc.

Em casos especiais, dizia o art. 3 do regulamento, "conforme decisão da Diretoria do Centro, a Casa poderá fornecer só mesada ou só dormida por 70$000 ou 10$000, respectivamente."

No primeiro ano de funcionamento da Casa, albergaram-se ali: Wilson Gonçalves, Adahil Barreto Cavalcante, Cândido Couto, Ailton Gondim Lóssio, Valdemar Barros Leal, José Cardoso de Alencar, Lourival Correia Lima, Francisco Ferreira de Assis e tantos outros.

Américo Barreira – para recorrer a um nome dos mais conhecidos – esteve como hóspede a partir de 1934, assim como Ésio Pinheiro, Abelardo Fernando Montenegro, Otacílio Dantas Cartaxo, Dano Soares, Mardônio Botelho, Moacir Diógenes, Valmir Magalhães, Fernando Porto, Abelmar Ribeiro da Cunha, José Júlio Cavalcante etc., etc.

A professora Henriqueta Galeno, da Academia Cearense de Letras do Ceará, no número XIV, de 1933, com-

parece às páginas da "Folha" em apelo ao cap. Carneiro de Mendonça, postulando em favor do trabalho do Centro:

"Naquela Casa, exce. snr. cap. Carneiro de Mendonça. estão abrigados cerca de 40 moços, os quais podem assim continuar os seus estudos, sem interrupções forçadas pela carência de meios. Os estudantes pobres, porém, lutam ainda com dificuldade na aquisição de livros didáticos, custosos para sua bolsa vazia. Os centristas não podem fornecer-lhes o material didático indispensável, por lhes ser absolutamente impossível dentro da receita atual.

"O cap. Carneiro de Mendonça, que tem se imposto ao Ceará como um exemplo de Justiça, de Honestidade e de Trabalho, bem poderá acrescentar mais uma conquista à sua honesta e fecunda administração, cedendo um prédio para nele funcionar a Casa do Estudante Pobre do Ceará."

A 2 de dezembro de 1934, Carneiro de Mendonça é homenageado pelo Centro, por ter destinado a verba de quinze contos de réis para os trabalhos da instituição. Reinaldo Carleial incumbiu-se de transmitir àquele homem público a palavra de agradecimento dos estudantes, tendo-se ouvido na ocasião o "futuroso intelectual José Maria Campos" recitar para o povo um soneto de sua lavra, como se dizia por aqueles dias, seguindo-se o programa com a exibição do Orfeão Francisco Manoel, da Escola 11 de Agosto. Na mesma época, "além da solenidade acima descrita, o Centro igualmente prestou mais uma homenagem a Carneiro de Mendonça, inaugurando dez dias depois a "fotografia de seu grande amigo e dedicado servidor", falando na ocasião o estudante Marcos Botelho. Aos presentes – conta a revista – foi servido "profuso copo de cerveja."

A revista "A Economista", de Recife, conforma matéria transcrita, em 1935, reportando de modo especial, mostrava o progresso do Centro Estudantal, por esse tem-

po possuindo um quadro social de dois mil discentes, dentre os quais estudantes da Faculdade de Direito, Escola de Agronomia, Faculdade de Odontologia etc., etc.

A empenhos do Centro, até aquele ano estavam criados núcleos com os mesmos propósitos no Piauí, Parnaíba, Natal, Mossoró; no Maranhão e Espírito Santo, além de outros anunciados para o Amazonas, Pará etc., etc.

A Casa do Estudante, conquanto funcionasse provisoriamente, já havia adquirido por trinta contos de réis um terreno de 44 por 40 metros, onde em breve ergueria edifício-sede.

Sócios do Centro lecionavam nas duas escolas: "11 de Agosto" e "1º de Março". Além da revista – a que temos referido – havia o Jazz Estudantal, cujo departamento era dirigido por Roberto Queiroz, substituído depois por Lauro Maia.

Funcionava ainda por esses dias o Teatro Centrista, proporcionando "apresentações de peças dramáticas", das quais participavam os estudantes. Operava por igual um Foro Estudantal, visando à realização de júris simulados com todas as formalidades processualísticas", e mais – quantas realizações formidáveis! – e mais o "Orfeon Centrista", constituído de trinta cantores que se exibiam "em diferentes sons, destinados ao cultivo da música vocal."

Não paravam ai as atividades, pois existia também a Polícia Estudantal (depois denominada oficialmente "Comissão de Fiscalização"), cujos atos eram reconhecidos pela própria Polícia do Estado; e mais um setor de Assistência Social, a atender a classe: um museu, a biblioteca, o Departamento de Estatística, outro, de publicidade, e animado programa de lazer, quando se promoviam os torneios Inter-Colegiais de Cultura, e se organizavam "sessões literárias" com concursos de oratória.

Impossível pretender... e fazer mais!

Em 1936, tem grande desempenho o Departamento de Educação Física, sob o ideário do prof. Guaraci Cabral Lavor, a proclamar: "Sob a legenda – PELO BRASIL DE CALÇÃO E CAMISA – vimos há muito transportando a nossa pequena contribuição, uma pedra diminuta, para o alevantamento desta obra fundamental – a fortaleza da mocidade, da qual o Brasil já começa a se orgulhar."

O movimento financeiro daquele ano, pelo balancete do tesoureiro geral, Wálter de Sá Cavalcante, foi altamente compensador. O saldo, para o mês de fevereiro, da ordem de 564$600, e o movimento da receita totalizou 2:399$800. E no número (XXX), que assinala esse esplêndido resultado, Américo Barreira cria problema com irreverente artigo – "Bolindo em Cadáveres" -' a fustigar o poeta Sobreira Filho, e – se imagine a quem! – a própria Henriqueta, indiscutível uma grande amiga dos dirigentes centristas.

Depois de dizer que o Salão de Juvenal Galeno, "segundo um boato antigo" (...)é "lídimo representante da cultura cearense", acrescenta: o Salão, "pelo nome universalmente famoso da jovem (grifamos) Dra. Henriqueta Galeno, consagrou o único homem que, depois da Light, deu "luzes" à cidade." (alusão ao livro do poeta, "Luzes da Cidade").

Não poupado o autor e suas "essências finíssimas da inspiração e do talento":

"Por ele fiquei de tanga
No bonde de Jacarecanga."

O Centro ver-se-ia na obrigação de no número XXXII, de agosto (p. 83), inserir a seguinte nota de esclarecimento: "No número XX, deste ano, de "Folha Estudantal", à

página 21, foi publicado artigo intitulado “Bolindo em Cadáveres”, da autoria do sr. Américo Barreira. Depois de cerca da metade do referido artigo encontram-se algumas sentenças relativas ao Salão Juvenal Galeno e à dra. Henriqueta Galeno. Nestas condições, as referências feitas àquele centro de cultura não são absolutamente endossadas, em caráter oficial, pelo Centro Estudantal Cearense.”

Nessa edição da “Folha Estudantal” há matéria bem detalhada informando quais as finalidades da “Polícia Estudantal, nascida de acordo com o CEC e a Polícia do Estado”, para “evitar ao estudante o dissabor de uma punição menos digna à sua condição”. (pp. 10 e 11).

Comandava-a, desde 1935 (setembro), o centrista Dano Soares, sendo o subdiretor Raimundo Rocha Moreira. Dentre outros eram policiais: Raimundo Pinto, Rui Terceiro, Olavo Rangel, Huilo Araripe, Paulo Sales, Fernando Tamburini, Milton Gaspar, Agamenon Frota (Leitão?) etc., etc.

A 13 de maio de 1936, sob a direção de Sinobilino Pinheiro, o Departamento de Torneios Intercolegiais de Cultura, encerra mais um movimentado certame, denominado “Quem teve maior influência na nossa formação: o negro ou o índio?”

Sai vencedor dos concursos para escolha da Rainha dos Estudantes. Em 1933, Elnir Brígido e Silva, representante do Liceu do Ceará, elegesse com 4.300 votos. A rainha de 1934 tem sua eleição promovida pelo jornal “Gazeta de Notícias”, desincumbindo-se aquele órgão com a colaboração direta do Centro. Nessa oportunidade a srta. Maria Altina Albuquerque conquista o título acompanhada de suas princesas, as jovens Izamar Proença e Aldenora Mota de Araújo. A rainha sagrou-se com 12.603 votos.

No ano seguinte torna-se rainha a srta. Suzana Dias, aluna da Escola Normal Pedro II, obtendo 64.831 escrutínios, e eleitas princesas as srtas. Zilma de Castro, aluna do Colégio da Imaculada Conceição, e Alltair Sampaio, estudante do Instituto da Dorotéa.

Transcorrente um período de muita importância para o Centro Estudantal Cearense. De 9 de agosto o expressivo decreto do então interventor Francisco de Menezes Pimentel, em ato referendado por José Martins Rodrigues, secretário de governo:

"Art. 12 – Fica instituído feriado em todo o território do Estado, além dos fixados pelos decretos ns. 719, de 13 de agosto de 1932, e 742, de 12 de setembro do mesmo ano, o dia 11 de agosto – data da fundação do Centro Estudantal Cearense e dos cursos jurídicos no Brasil – como homenagem à classe estudantal.

Art. 22 – Revogam-se as disposições contrárias ao presente decreto, que entrará em vigor na data de sua publicação."

Em 1936 (número XXX da "Folha"), o Centro burocratiza as decisões administrativas. Conta com o seu Poder Executivo, e os atos expedidos são publicados regularmente na própria revista. A exemplo:

"EXONERAÇÕES

A Diretoria do Centro Estudantal Cearense resolve exonerar, a pedido, o centrista Abelmar Ribeiro da Cunha, do cargo de Bibliotecário, interino, desta sociedade.

Secretaria do Centro Estudantal Cearense, em 20 de novembro de 1935.

(a) Ernesto Pedro dos Santos – presidente.

(b) Fran Martins – Secretário Geral".

Outro ato: "A Diretoria do Centro Estudantal Cearense, usando das atribuições que lhe são conferidas

pelos Estatutos em vigor, resolve nomear o centrista Antônio Girão Barroso para exercer, em comissão, o cargo de primeiro secretário desta Sociedade, enquanto perdurar o impedimento do secretário eleito, sem, contudo, abandonar as funções do cargo efetivo que ocupa no Centro. Fortaleza, em 11 de dezembro de 1935. Ernesto Pedro dos Santos, Presidente; Fran Martins, Secretário Geral."

O Centro, conforme relatamos noutra oportunidade, mantinha um grêmio cultural, a Escola Moça de Cultura. Integravam-na dezoito centristas, os que mais se destacavam nas letras, como Yaco Fernandes, Antônio Girão Barroso, Fran Martins, Ernesto Pedro dos Santos, Sinobilino Pinheiro, Walter de Sá Cavalcante, J. Rocha Moreira, Manoel Albano Amora, Ari de Sá Cavalcante e tantos outros.

Salvo erro ou omissão de nossa parte, de 31 a 36, dirigiram o Centro Estudantal Cearense: José Colombo de Sousa, Francisco Vasconcelos de Arruda e Ernesto Pedro dos Santos.

Foram os seus anos de maior projeção, quando, inclusive, o Centro promoveu dois congressos da classe para debater problemas conjunturais.

É uma trajetória cheia de realizações e efetivo trabalho desenvolvido com muita dignidade em favor da educação e da cultura do Estado. Da geração, que desabrochou para o desempenho em sociedade – anos adiante –, e que por aqueles dias liderou as atividades centristas, há nomes – e não são poucos – que honraram e continuam honrando o Ceará.

A AUTENTICIDADE DO ROMANCE "A FOME"

Quem se debruçar sobre a obra de ficção de Rodolfo Teófilo – particularmente A FOME (Rio, Livraria José Olympio Editora, 1979) – pressentirá a preocupação do autor, quer pelas descrições de sabor científico, quer por aquelas que ilustram o comportamento das pessoas emolduradas em seu clima ecológico, em se manter tanto quanto possível próximo da realidade não só dele percebida, mas de seus concidadãos, como se a tanto não se desejasse acusado de ser pouco conhecedor da geografia humana (social) do Ceará.

Deu-se a coincidência, para nós salutar, de ao mesmo tempo em que relíamos A Fome estar pesquisando na hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, a folhear jornais que, de modo significativo, devem ter sido lidos por Rodolfo Teófilo a seu tempo, tais e quais os fatos neles mencionados e igualmente apropriados no desenrolar da obra referida, considerada adequadamente por Otacílio Colares – que lhe achegou oportunas informações de pé de página – "um dos romances (...) em que o escritor está mais facilmente revelado como tal, valendo mais uma vez o alto grau de sinceridade do seu manejo vocabular e a extraordinária arte da construção da frase, o que nos leva, mesmo quando a trama do romance, propriamente dita, faz concessão ao documental, a viver como 5e tudo fora de pura criação."

Necessária a encompridada citação, mas, no entanto, importante e sem dúvida alguma valiosa para o nosso objetivo, principalmente pela referencia propositada ao documental, não cingida naturalmente à nomeação segura da geobotânica na qual se insere o drama pungente, ou de procedimento aproveitador – e real – de compradores de escravos sertanejos (aqueles chamados italianos, por então), além do zelo estatístico e definido de quantos éramos à época da ação do romance – um milhão de habitantes e trinta mil almas escravas.

Na proximidade dessa última alusão, vale dizer que encontramos no romance de que nos ocupamos a informação bastantemente aproximada da realidade de como se processava o comércio escravocrata, nele evidenciado que se havia escravos aviltados em seu preço de comercialização – orçado pelos 150$000, quantia irrisória -' não raros os negociados por 800$000, chegando o comendador Prisco Trindade (personagem do romance) a jactar-se de ter conseguido vender algumas peças negras por dois contos e trezentos mil réis! (o.c., p. 62).

A Fome e, relato romanceado dos sofridos tempos da cruel e demorada estiagem que principiou em 1877 e, ainda em 1878, se mostrava exasperante em seu cortejo de misérias e vicissitudes. E não se diga ter pretendido fazer de modo diferente o autor. Quer-nos parecer até que a intenção de Rodolfo Teófilo é bastante clara na iniciativa de colocar os seus personagens, e o próprio mundo em que viveu, conforme o conhecimento revelado aos jornais desses dias, atentos ao registro de perdas de vidas humanas pela ingestão das chamadas "comidas brabas" (a mucunã, a exemplo) e o comprometimento de parcela da comunidade através de atos que revoltam pelo inusitado ou pela falha de razões morais, caritati-

vas, que deveriam prevalecer ante a miséria dos menos afortunados.

Assim, sugerido, alinhemos os fatos.

À página 55 o autor encerra capitulo, de número XII, colocando Freitas, personagem sofrido, no interior de uma taverna; e nesta, apanhado de pasmo, a ouvir o comentário do "assassinato de um retirante, que, entrando em uma roça, furtou um **pau de macaxeira** (grifo do romancista) e foi preso pelo lavrador, amarrado e surrado até morrer, e o cadáver enterrado no canavial."

Esclarecido mais nessa ocasião uma segunda versão: "O corpo do morto foi sepultado na casa do engenho, o que foi visto pela Quitéria do Sacristão, no responso que fez a Santo Antônio."

O mencionado dessa forma não é simples episódio criado pelo romancista. Ao contrário, calca-se em ocorrência das mais discutidas pelos jornais da cidade de Fortaleza, e melhor explorada pelo Cearense, de 23 de setembro de 1877:

"INDIFERENÇA CRIMINOSA: Antes de hontem assoalhou-se nesta cidade que n'um sítio em Mondubim se dera um assassinato bárbaro.

"Um homem do povo, retirante, segundo nos consta, foi amarrado, sofreu muitos açoutes vindo depois a morrer.

"São decorridas quarenta e oito horas, e a polícia averigou o facto, cuja gravidade tem muito inquietado o espírito público e exige que se chegue ao conhecimento pleno da verdade.

"A pessoa a quem atribue o atentado merece alguma consideração e é necessário que se deslinde o mistério, affim de salvar uma reputação ou punir um rande delicto.

"E injustificável o procedimento do sr. chefe de polícia que não deu um passo ainda, limitando-se a confiar as

importantes diligências ao delegado, moço inexperiente e portanto incapaz de obter resultado algum.

"Esperamos providências e fazemos votos para que não passe de calumnia semelhante boato..."

Era acusado de ter praticado o condenável homicídio o major Antônio Francisco Carneiro Monteiro Pirão, que teve a defendê-lo, com dados irrefutáveis, o advogado e jornalista João Brígido. As razões do causídico inocentando o réu estão publicadas na Constituição, edição de 13 de janeiro de 1878, e valem reproduzidas em parte pelos subsídios que presta sobre o suposto crime, pinçado por Rodolfo Teófilo, a interesse de documentar sua obra:

"A PEDIDO: Defesa do major Antônio Francisco Carneiro Monteiro, na formação da culpa pelo suposto homicídio de Mondubim.

Advogado – J. Brígido.

"O processo que se conclui tornou-se o mais célebre dos que se têm constituído, nos últimos tempos, no foro criminal da capital, não pela natureza do facto que lhe deu origem, mas pelo exagero de um abusoque há tempos se commette n'esta terra, victima já de tantos erros, desvios e excessos de uma parte da população.

"Nunca teem os tribunais de cumprir o seu dever tristissimo de punir os crimes, que primeiro não haja a imprensa e os ociosos de proferir o seu veredicto, indo adiante de todas as diligências da justiça, criando a confusão, procurando aterrar os timidos, e iludir os incautos.

"Em meados do mez passado o sub-delegado de Arronches, Solon da Costa Albano, desafecto do Réu, incumbiu-se de divulgar nesta cidade, que este havia morto com bárbaras sevícias a um retirante, que tinha sido apanhado no sítio Mondubim, a furtar algumas macaxeiras, para saciar a fome; e d'este momento o espírito de novida-

de, tão perigoso em gentes ociosas e ignaras, deo a este aleive divulgação espantosa, revistindo-o de circunstâncias assombrosas e pretendendo avocar para as calçadas a investigação delle, e o seu julgamento."

Depois de narrar sua versão do fato, assim o advogado encerra o longo arrazoado: "Expostas acima, como preliminares, as ocorrências que derão o vulto ao presente processo, procuraremos demonstrar que este procedimento não tem lugar, por isto que a queixa da promotoria excede à faculdade que lhe confere o artigo 73 do código de processo."

Outro episódio explorado pelos jornais, que circularam naquela terrível quadra de angústias e muita fome, foi o sucedido com o navio "Pernambuco". As cenas de embarque de retirantes e a separação de famílias que se verificaram a determinado instante, por imprudência e maldade do comandante do barco, fazendo levantar ferros sem considerar a circunstância de deixar, por embarcar, centenas de parentes dos que faria seguir constrangidos, revoltaram a todos.

Narra o romancista de A Fome a certa altura: "A confusão foi horrível. Um só grito de desespero, um eco longo de um só pranto partiu das lanchas e da proa do Pernambuco. Assistia àquela angustiosa cena com uma impassibilidade de bruto o comandante do vapor, fumando cachimbo no convés. O imediato, não menos cru, de pé, junto ao homem do leme, parecia não ouvir o pranto que a dor, a mais intensa, arrancava da alma daqueles desgraçados.

"Quanto mais se afastava o navio, mais aumentava o alarido.

– Meu pai que vai! Minha mãe que ficou! Meu marido! Meu irmão!

"Quase todos exclamavam, quase todos lastimavam uma afeição que ficava, um amor que seguia." (o.c., p. 128).

Veja-se a seguir como noticiou o Cearense esse acontecimento, na edição do dia 11 de setembro de 1877:

"FALTA DE HUMANIDADE: – Não tem justificação possível o procedimento do Sr. capitão tenente Pedro Hypólito, comandante do vapor "Pernambuco", para com os infelizes cearenses que deviam neste vapor seguir para o norte.

"Quando os pobres emigrantes, em número de 260 começavam a embarcar, o Sr. comandante mandou levantar âncora, e partiu aceleradamente, sem atenção alguma aos desventurados que ficavam.

"Muitos dos que foram, deixaram aqui esposo, pais, filhos e sua bagagem na praia.

"Ao passo que um brazileiro assim procede, é doloroso dizê-lo, os comandantes dos paquetes ingleses desvelam-se em cercar os infelizes de todas as attenções que inspira o seu infortúnio. E com maior pesar que consignamos factos desta ordem."

Em outra passagem do romance (o.c., p. 208) mais uma vez o autor remete o leitor a uma tragédia do mar, referindo-se, conquanto à pressa, ao naufrágio ocorrido no mês de abril de 1878, registrado apenas um detalhe:

"Os jornais da Fortaleza, dias depois da saída do navio, noticiaram que havia naufragado, morrendo passageiros e tripulação."

O Cearense, do dia 12 de maio daquele ano, acolheu a informação desse insucesso, dando aos seus leitores notícia transcrita d'O Paiz, jornal editado no Maranhão.

"A barca portuguesa "Laura", em viagem do Ceará para o Pará, naufragou na madrugada de 27 de abril na altura do pharol de Salinas, pouco abaixo, por encalhação. Trazia de lastro cachaça, e conduzia 300 emigrantes cearenses.

"Faleceram cerca de 170! desses infelizes... Salvou-se o capitão da barca, piloto e tripulantes. Dos náufragos,

amanheceram hoje no porto desta cidade 59 em uma canoa que os veio trazer.

"Com elles vieram o piloto e dois homens da tripulação da barca.

"Os outros náufragos vêm em outra canoa que chegou, onde também vem o capitão da barca. Na viagem essa canoa arribou, e presume-se que chegará hoje.

"Estas notícias são-me dadas pelo dono da canoa que chegou, e acha-se fundeada defronte de minha casa. E verídica.

"Como não possa ser levada ahi pelos jornais d'aqui, e nem mesmo, talvez, em cartas particulares, lembrei-me de transmiti-la à redacção do "Paiz", na convicção de prestar-lhe um serviço.

"A barca é do Porto, de propriedade de Francisco José Soares. Neste momento acabo de falar com o piloto."

Outros episódios do livro de Rodolfo Teófilo – a cena do comendador Prisco Taveira, dando festa e libertando escrava, assim como a narração do esbulho sofrido pelos retirantes na distribuição de víveres pelo Gabinete Cearense de Leitura – estão igualmente, às vezes com menor ênfase, registrados no informativo dos jornais da época.

Nossa intenção, percebível, foi tão-só evidenciar a fidelidade do vigoroso autor de A Fome às ocorrências mais destacadas que, no Ceará, no sofrido Ceará de 1877 a 1879, sensibilizando a opinião pública, estiveram em destaque nas páginas de seus principais órgãos de imprensa.

Circunstâncias ora referidas – e comprovadas – pela primeira vez.

FITOFISIONOMIA E TELURISMO NA FICÇÃO DE DOMINGOS OLÍMPIO E CORDEIRO DE ANDRADE

O Ceará, principalmente pelos seus sertões e comunidades interioranas, quando eleito por cenário de ficção, nem sempre esplende a fito-geografia, nem exprime a mais das vezes a autenticidade de sua vivência popular, tradicional, rica de provérbios, de desembaraçadas e graciosas maneiras de dizer.

Ocupando-nos desse vezo, anteriormente (veja-se o capítulo "Criatividade literária de nossa fitofisionomia", in "Complexo de Anteu", UFC, 1977), escrevemos: "O sentimento telúrico é mais subjetivo do que objetivo: algo que se imagina existir, porém rigorosamente desponta mais nas atitudes afetivas, humanas, dos personagens criados em função do meio ambiente – o sertão –, do que propriamente em razão da autenticidade da fitofisionomia desfrutável."

Tão parcimoniosa vinha sendo representada a nossa moldura ecológica há anos, que não tardaria aparecer Antônio Bezerra, pelos idos de 1884, para corrigir os muitos equívocos perpetrados e nos suprir com conhecimentos adequados ao nosso todo geobotânico, identificando com carinho e atenção a nossa cobertura vegetal, o que na realidade cumpriu com irrepreensível propriedade e lucidez em seu livro "Notas de Viagem", escrito à feição de relato de viajante estrangeiro, como alguns dos mais ilustres que nos visitaram. Dessa iniciativa resulta-

ria um trabalho que nos permitiu conhecer principalmente a Zona Norte, até então superficialmente estudado, já que os peregrinos, cientistas ou curiosos, que nos vieram ver, demandaram região diferente da que, por agora, elegemos por fulcro deste ensaio.

De verdade não tivemos ainda o nosso Euclides da Cunha. A não ser Gustavo Barroso, que cometeu o primeiro estudo valorizante e sério, e ameno, de nossas condições sociológicas, no que esta última classificação tenha de mais expressivo como documentário de manifestações folclóricas, ninguém, por esses tempos, foi mais abrangente em análise que determinasse melhor o meio ambiente que nos cerca, com todo o poder de inspiração e influência facilmente detectáveis.

No tocante à fitogeografia impõe-se-nos a franqueza: – somos surpreendentemente superficiais. A exceção de estudiosos especializados na área de prospecção botânica, como Renato Braga e Pimentel Gomes – para lembrar apenas dois ilustres mortos –, ficamos de certo modo, a mais freqüência, distanciados da tradução correta de nossa paisagem representada a mais das vezes em proposta vocabular deficiente, que acaba resumindo-a sob a ação paradoxal de dias áridos, às secas e invernos. O ficcionista, possivelmente pelo desgaste das descrições das paisagens ora adustas, ora seivosas, omite-se ou se esquiva do tema. Não narra a realidade ecológica da cercadura em que se insere. Poderíamos afirmar: em que se esconde nela.

Por vezes, natural, a ocorrência de surpresas bastante agradáveis; dar-se o inusitado, a transcrição bem vocacionada, aproximada da realidade por quem, em exercício mais lúcido, não se imaginava poder fazêlo. Será o caso, por exemplo, do professor Eduardo Girão, fazendo a descrição do rio Banabuiú.

"Banabuiú de alvas areias, aqui e ali entrecortadas de searas fecundas, abundantes de frutas e sementes, regado de homens e pássaros;

"Banabuiú: velho deus pagão, alongado entre alas sacerdotais de jaramataias e ingazeiras, de oiticicas e umarizeiras, a receber o turíbulo dos ramos, o perfume das flores e o incenso das resinas.

De modo igual não podemos referir os belos e inspirados versos do jornalista e poeta Demócrito Rocha – "O Rio Jaguaribe é uma artéria aberta...", no qual a fitofisionomia ambiente vai resumir-se a minguados e pouco expressivos "capulhos de algodão"..., e o verde é o da "cromatina dos roçados no sertão."

Página esta inegavelmente superior a do cronista Eduardo Girão não apenas pelo forte apelo, mensagem ao poder público em favor da gleba esquecida, como pelos vocábulos urdidos e bem encadeados, confluentes do posicionamento dramático do poema.

No tocante a romancistas – e deles já nos ocupamos naquele estudo antes mencionado ("Complexo de Anteu") –, a nomeação correta por zoneamento do povoamento de indivíduos vegetais não há sido de molde a levar o leitor a um entendimento adequado da geobotânica regional. Nessa ocasião, e.é., a escrevermos algumas considerações atinentes ao tema que nos preocupa, rendíamos homenagem ao romancista Cordeiro de Andrade – mais à frente analisado a vagar –, dando-o por conhecedor bastante capacitado da ecologia sobralense; familiarizado com canafistulas, mata-pasto, juazeiros, oiticica, mucunã, mandacaru, xiquexique, umarizeira, mofumbo, sabiá, pau-branco, trapiá, jurema, angico, carnaubeira, tingui, gameleira, jatobá etc.

De desconhecimento involuntário, ou desapreço às gentes e paisagens, não pode ser acusado também Do-

mingos Olímpio que, ao lado de Cordeiro de Andrade, com justeza integra a melhor proposta de fidelidade à valorização ambiental da Zona Norte. Cada um dos dois autores, assim, vive na realidade a verdadeira paisagem das várzeas e da caatinga afornalhada de Sobral, alinhando descrições e emoções, estas principalmente de comunidade que cultiva todos os bons sentimentos tradicionalistas, e os revela nos momentos de confronto com as reações da própria natureza rebelde, indomável.

Impõe-se-nos recuar no tempo para compreender o fascínio que o verde exerce sobre nós, não simplesmente pelo seu significado cromático mas pela força carreadora de nosso condicionamento telúrico. Admiramos o verde em todas as suas manifestações; o verdor, o verde-gaião, o verdete, o verdume, o verde-lustroso, o verdum, o verderol, a verdidão, o lustri-verde, o auriglauco –, tomados a Martins Fontes nessa encompridada relação de tantos sinônimos do que se faz verde, verde é, ou reverdeja.

Temos a apreensão do verde em todos os seus caprichosos matizes em nossas emoções imediatas, exatamente em razão e em face das descontinuidades das estações, ora a de curto e às vezes brevíssimo período de pluviosidade, a contrastar com dezoito ou mais meses de incendiadas estiagens.

O homem que povoou o espaço sertanejo como o de Sobral, principalmente suas caatingas (aí apresentadas em maior porção), viveu e morreu em função de inesperadas alterações climáticas. Sentindo o peso da vastidão cerúlea, acometido de raciocínios supersticiosos e receando o imponderável, haveria de tornar-se postulante, a benefício do seu próprio apaziguamento, de venturosos dias de muita messe em seu esperado paraíso ou reino encanta-

do, como o das estórias de fada, perdurável somente na transcorrência de dias chuvosos e chãos arrelvados.

Réplica canhestra, admita-se, e pouco ambiciosa do "paraíso terreal", como lembra a perspectiva ingênua dos antigos, qual a relatada em livro do "século XIV ou início do XV", em comentário do ensaista Sérgio Buarque de Holanda: "...o orto deleitoso, em que há todas maneyras de auroras fremosas que dam fructu. E em elle estar o lenho da uida, e em elle nó ha frio nem quentura, mais ha hy sempre temperança de aar, e eñã metade delle estaa hua fonte que rega todo pomar, e esta fonte se parte em quatro partes de que faz quatro ryos."

Felizmente o homem simples e humilde, que acabaria povoando o Ceará, notadamente a Zona Norte, não entende a terra sob a caracterização fria, insolidária, do cientista. Vê, sente e vive outra realidade, ainda que subjetiva, e não aquela que pesquisa, estuda, a posteriori, identifica-a de modo solene, didático.

Para esse visionário, eterno pretendente ao paraíso terreal, e por isso mesmo de olhos remetidos ao futuro, o chão se define de duas maneiras: molhado ou ressequido. Molhado, e até encharcado, com a perenidade madurando desejáveis verdes prenunciando abastança, mulheres e bichos engravidando, que as noites enfriadas, agradáveis, são propiciadoras de confissões e amores: e certeza de que o feijão enflorou, podendo ser comido e guardado para os fins d'água.

Ressequida, sob o diagnóstico fatal de perecimento, ainda assim é promessa, vislumbre de salvadora mudança.

Rigorosamente se o homem, antes de repetir os seus sonhos, de anotar as próprias angústias, aprendesse aos geógrafos o que de fato representa a terra em seus significados de produção agrícola em perspectiva, não cultiva-

ria melhor a sensibilidade amorosa pela natureza. Acabaria insolidário, e, a tanto, desejoso de partir para nunca mais voltar, pois que não se regressa para o que é mau, para o lugar onde não há lugar para contentar e aconchegar o coração.

Nas proximidades de Sobral correm terras de aluvião, pelo nascente, por onde caminha o Acaraú. Mas praticamente a cidade assenta-se em solo pré-cambriano onde sucedem intrusões graníticas, principalmente para o Norte e ao Poente. Resumindo, conforme a geógrafa Amália Alba N. Moreira – de quem tomamos esses ensinamentos – os alinhamentos estruturais, que expressam a tectônica regional, apresentam linhas de falhas que no Estado – partindo de Quixeramobim – alcançam Sobral, fazendo sobressair o conjunto de Acaraú, a oeste.

Tudo real, científico, mas nada inspirador.

Sobre este chão, pelo século XVIII, é que o homem se converte em habitante de solidões, de ermos, morando tão distante um dos outros, que tal procedimento causa espécie a João Lopes Cardoso Machado, fazendo-o escrever a Luiz da Mota Féo e Torres, quando na terra do Acaraú, para cima, chegando a Sobral, as sezões já não eram as do final do inverno, e sim violentíssimas enfermidades a zombar da medicina caseira, de cáusticos e epipásticos. Os pobres – conta o historiador – levantam suas choupanas "tão separadas húas das outras, que não se acham duas famílias contíguas e tem distâncias de legoa, duas legoas meia e quarta de legoa. E se segue desta dezordem não ter cada hum quem lhe acuda na sua enfermidade, pelo que morrem muitos por falta de tratamento e ao desamparo..."

Mas é assim que o homem se sente em seu elemento. Não se da de arriscar a não compreender a natureza em sua volta. E com ela que ele se entende em coloquial con-

vivência de dias encompridados, cheios de sol pelo verão, e a ensombrados amolentados d'água em dias e horas de invernos abundantes, raros.

Há aqui um consciente individualismo, com peculiaridades especiais. Certo de que se trata do *homeo colonialis*, amante da solidão e do deserto rústico e anti-urbano, fragueiro e dendrófilo, que evita a cidade e tem o gosto do campo e da floresta", na conceituação acertada de Oliveira Viana (in "Instituições Políticas Brasileiras", 12 vol.)

Mas, além disso, e até de sua figura torneada pelo "complexo sertanejo , e criatura carente de afetos, a meia distância do misticismo, capaz de entender-se (i.é., falar, de conversar, de se sentir compreendido) com os anjos que povoam a grandeza abissal dos ermos onde vive, e de aguardar, apesar de tudo – do sangue, suor e lágrimas que perde –, que um dia será recompensado.

Esta figura de deciframento cordial elege-se como marca não apenas sobralense, mas de todos os cearenses sensibilizados pela magia de conversar com as coisas que nos circundam, conquanto nem sempre o verbo seja apenas forma espiritual de entendimento, ou expressão poética, como no caso inspirado José Alcides Pinto, cantando o rio Acaraú:

"Conversando é que se entende
e eu me entendo com este rio,
sentando em seu leito frio
começo o meu desafio,
sem viola, e sem luar
que duro mesmo é falar
da vida no preamar
sem forças pra navegar.

E é com os olhos, com toda a capacidade de olhar e ver, que o sertanejo **conversa** e se **entende** com a paisagem na qual circunscreveu sua vida, desde quando os descerrou ao mundo, e, até possivelmente antes, a ser concebido sob a auspiciosa influência da chuva chegando para estabelecer a longamente esperada estação das águas.

Escreve Gustavo Barroso em "Terra de Sol": "O seu olhar escuro poisa no chão, erra pelo céu buscando sinais de chuva, ou fito, imóvel, vago, distraído da vida, alheado das coisas, perde-se pelo espaço. Nessas ocasiões, andam-lhe na água esperanças sem forma, vontades sem nome, anseios sem fim: um vago, inexplicável desejo de ver novas terras, prados verdes alongando-se ao sol, altas montanhas fechando os horizontes, grandes rios rolando suas águas, onde a alma não cuida com faminta sofreguidão no dia de amanhã, onde a natureza jamais negue os seus dons. É a estranha vontade de emigrar que fermenta na alma de todo sertanejo e que, à brusca determinante de uma calamidade ou de um desgosto, o impele a deixar a terra do berço."

A Luzia, de Domingos Olímpio, ao acordar, tomando aos ouvidos "clangores vibrantes do toque da alvorada", **vai entender-se** também com o seu mundo, ver como transcorre a vida – vida que é de humanas criaturas e de sensíveis vegetais em sofrimento, em fase de esmorecimento:

"Nos arrabaldes, até onde o olhar podia chegar, fendendo a vaporosa neblina da madrugada, surgiam massas pardacentas de moitas desgrenhadas em gravetos ressequidos, espectros e árvores, a terra poeirenta e as casas ainda fechadas, donde partia o surdo rumor de choro de crianças, ranger de chaves nas fechaduras perras, prolongados bocejos, resmungando frases de vago, quase imperceptível queixume." Sempre os mesmos olhos que, mesmo ao tentar descobrir o ente amado, o quer contemplar nas

"moitas mortas de mofumbos e juremas", ainda que estejam "hirtos" e "contorcidos

Domingos Olímpio, em "Luzia-Homem", ao fazer com que sua extraordinária heroína olhe e veja a ambiência ecológica que a cerca, desnutrida, falha, distanciada de novo reviçamento, não se exime de fazê-la procurar (e talvez seja ele, isto é, o próprio autor) o **paraíso terreal**, consubstanciado – nas palavras do narrador – na "campina verdejante umedecida de orvalho congregado no côncavo das folhas em gotas trêmulas", onde cantam os cabeça-vermelhos nos altos dos ramos dos juazeiros frondosos", e há "caraúnas airosas papeando em volatas vibrantes nos leques das carnaúbas esguias; rolas arrepiadas e friorentas aguardando, aos casais quietos, bem juntinhas, os primeiros raios do sol, sob o cheiro do pasto florido, dos aguapés flutuantes na lagoa azulada", onde se avista "nenúfares de papoulas entreabertas"!

Em rigor, é o encontro do escritor com a paisagem ideal – o *locus amenus* –, visualização pretendida não obstante os caprichos da adversidade.

Igualmente, Domingos Olímpio **conversa** e se **entende** com a natureza pressentida, filhenta de verdes, capaz de compreender os "paturis e jaçanãs medrosos, os graves socós pousados sobre uma perna e os bandos de alvas garças elegantes."

Confunde-se com a sua desditosa Luzia-Homem por esses momentos de reintegração ao mundo ideal de convivência fraterna com árvores e bichos, mesmo quando a asperidade se circunscreve em suas emoções, como nesta passagem flagrando "cômoros calvos e vales cortados pelos sulcos dos regatos extintos", à visão da montanha onde estão "cada vez mais nítidos o arvoredo, as manchas peladas dos roçados estéreis, as cintas de granito, os talhados a

pique, em precipícios medonhos, e grotões sombrios, destacados, num esmalte bronzeado de neblina vaporosa."

Mas a paisagem ideal está sempre voltando ao leitor na inspiração do escritor, assim como inesperado oásis de repente encontrado.

Está aí, no romance simples que nos arrebata a atenção, aquela preocupação épica, filosófica, vigente no esmorecer do século XIV e tão bem rememorada por Ernst Robert Curtius em exuberante e erudita obra: "Literatura Européia e Idade Média Latina". É quando Alano de Lille propõe a Natureza encarapitada num "alto castelo, rodeado de um bosque", espécie de *locus ille locorum*, a maravilha aguardada por todos os sonhadores, pelos que imaginam como que esse "lugar dos lugares" seja a *planities patulum lunatur in orbem*, ou, largando o latim, e saindo dessa idéia de **planície circular**, um canto de delícias com bálsamos, mel, vinho, cedro, abelhas. E isso é o que os mais exaltados entendem por "bosque de recreio ,a rosa do mundo". (cf. ob. cit., p. 205).

Raulino Uchoa, o contador de histórias para os flagelados das desventuras de Luzia-Homem, contenta os seus audientes "emaciados de privações, minados pelos tóxicos das raízes de mucunã, de pau-mocó esboroadas de farinha", com a rememoração dos dias de despóticas chuvas e rios cheios. E como fora um novo Tiberiano, poeta latino dos tempos antigos, a nos contar as emoções das "viagens extraordinárias, aventurosas, pelo sertão inundado, da intrepidez com que afrontava o ímpeto dos rios transbordantes, nadando em cavaletes de mulungu no tempo – até parece sonho – em que Deus ainda se lembrava piedoso do Ceará, para ofertar-lhe chuvas copiosas e fertilizadoras dos campos; trombas d'água devastadoras, rotas nas cumeadas das serras, descendo em catadupas

raivosas, invencíveis, pelos talhados, encostas verdejantes, arrastando rochedos, árvores, plantações, até se espraiarem na planície, à maneira de um mar, arrombando açudes, soterrando bebedouros, cavados durante a seca. Descrevia com linguagem fantasiosa, ardente, de vigoroso colorido, com as imagens vivas, sugestivas do rude sertanejo, o fragor das correntes raivosas, de concerto com o ribombo ininterrupto da trovoada, a relampear das nuvens negras e maciças, os ziguezagues fulvos a riscarem o céu, com letras características, ameaçadoras, traçadas pela ira de Deus: o estrondo horrível dos coriscos, o pavor do gado, haurindo, a largos sorvos, o ar saturado de ozona, reunidos, em magotes, nos cômoros da planície encharcada."

Vale referir para chamar a atenção: em Domingos Olímpio a descrição da paisagem desolada é incaracterística, sem a precisão de informação ajustadas à realidade, que se conhece, de terra arrebatada pelo descompasso climático. Fala em arvoredo, como vimos anteriormente, em manchas peladas dos roçados estéreis... Mas que arvoredo? De que feitas essas manchas peladas? O que existiu antes ali no solo? Que arbustos, que árvores esmorecidas pelo tempo?

No entanto, o verde, quando principia a ser contado, se impõe com todo o viço: é algo que de repente toma as nossas emoções, como se poderá ver neste trecho quase no final do romance:

"Mais longe, uma descida íngreme, sobre estratificações de piçarra cortante, os levou (os retirantes) ao sopé da montanha, onde começava a ladeira, e apareciam as primeiras árvores, os oitizeiros frondosos, cedros, paus-d'arco e angicos em floração estiolada, contornando o riacho da Mata-Fresca, do qual restava intermitente fio d'água a deslizar sobre lajes, e gotejando de pedra em pedra, como vagarosa lágrima."

Essa preocupação de **ver verde**, de **entender** o paraíso terreal, está mesmo no limiar do romance de tão amativo e solidário admirador da paisagem sobralense, ao debuxar o local do curral do Açougue, um morro "escorchado, indigente de arvoredo", a entrever por cima do "cabeço saturado de sangue, nu e árido, o "perfil verde-escuro da Serra da Meruoca."

Não falta a otimização em favor do "bosque do recreio", mesmo nos instantes de maior angústia dos personagens de *Luzia-Homem*, quando a terra ressequida, de águas evaporadas, recebe a pungente grei de desnutridos, gente a um passo da morte. Pois bem, ainda aí, o bando de repudiados pelo tempo padrasto – "crianças nuas, de hedionda magreza de esqueleto, de grandes ventres, obesos e lustrosos como grandes cabaças" – concentra os seus terríveis olhares de avidez "sobre pilhas de rapaduras, grandes medidas de quarta, desbordantes de farinha e feijão, pencas de banana, rumas de beijus, alvíssimas tapiocas, montes de laranjas pequeninas e vermelhas, colhida na véspera, nos pomares da Meruoca."

Mas para esse drama o autor não esquece de bosquejar o cenário ideal, o do próprio paraíso que se perde. Pois tudo isso (culinária e fome, gulodices e nocividade de ervas más) não está presente debaixo de árvores consumidas pela fornalha da quadra adusta, mas de "tamarineiros, trapiás frondosos..."

Dão de ser frondosas essas árvores que ensombram e acolhem os retirantes; e dão de ser das que também, como os tamarineiros, aguçam a gula, salivam a boca faminta...

Em "Cassacos", romance de outro sobralense ilustre, Cordeiro de Andrade, as vertentes desse estado de espírito angustiado mas otimista, entre ressecados e encharcados tem a mesma inspiração. O cenário e idêntico. Os famin-

tos de Cordeiro de Andrade são comprovincianos de *Luzia-Homem*. Sofrem no mesmo lugar, alimentam-se das mesmas superstições.

Ali a seca se avizinha, marcha com o seu cortejo de vicissitudes; vem a vagar, mas vem; e sua presença de megera indesejável anuncia-se por áugures e presságios, de que não se aparta o povo. A coroa do Menino Deus, cai. Urubus cantam, assim como o tinga na fronde das cajazeiras.

O elemento vegetal – pronunciamento irrefreável da visão em perspectiva do paraíso terreal – está em tudo: nas folhas secas de oiticica, pisadas por mãe Rosa; nas meizinhas de salvação; no cozimento de angico e sabugueiro; em banhos de fedegoso; e até quando, a risco de morte. "pirão de farinha de mucuná, ou de pau mocó, e até maniçoba" são alimentos.

Há carnaúbas esguias, no dizer do romancista, cantando tristemente, assim como as ramas abençoadas das "canafístulas da baixa" são abatidas, para acudir a fome das criações.

E a esse esvaimento da natureza outrora verdosa, sem travos, ainda persistem "mata-pastos" vingados por milagre à beira do rio, nas imediação da rua do feijão"; assim como nascem pés de manjerioba, e, conquanto mirradinhos, surgem também os de melancia da praia. Os mussambês definham, mas ainda vivem.

Assiste-se ao perecimento do que poderia ter sido, por mais tempo, o paraíso terreal. Vegetam as touceiras de maracujás, "uns frutos de mata-fome, grãos-de-bode ou outra coisa qualquer. O sertão inteiro, reduzido às condições de queimadas. Somente um ou outro pingo verde surdia na desolação de terra calcinada. Eram os juazeiros miúdos e as oiticicas ciclópicas eternamente verdes."

Mas mesmo diante desse quadro de miséria, de economia perturbadora de verdes, de paisagem, o homem aguarda. Ele sabe mais do que ninguém, que o Ceará é assim. O homem não perde por esperar.

De repente, vai suceder como ocorreu com os versos de Ariosto – em citação tomada a Ernst Robert Curtius –, quando Angélica foge da floresta selvagem, agressiva e perigosa:

Uugge tra selva spaventose e scure
Per lochi inabitatti, ermi e selvaggi.

E depara, "Ó maravilha! no meio dessa inóspita floresta" **...**"un boschetto adorno" (1, 35), tocado de suave aragem, dois límpidos regatos, selvas, sombras..."

O otimismo, a esperança, estão na confiança de D. Biluca, ao rebater o que lhe diz a filha:

"– Não blasfeme, minha filha, olhe o castigo do céu. Deus tarda mas não falta. Tenho muita fé de comer, pro ano, a minha cambica de jerimum com leite, e cuscuz de milho novo, cuscuz de pilão como eu gosto... Os sinais do céu tão prometendo inverno muito cedo..."

Sim, o homem não se abate, nem a mulher, mais altiva e mais confiante do que ele. E quem arrebanha a todos para a procissão. Ela sabe mais do que Outros, que dispõe de amparo, tem alguém que, a mais poder, vai transformar a floresta inóspita em **novo bosque de recreio... e rosas**.

E parte a procissão, assim descrita por Cordeiro de Andrade, com sua linguagem sincopada, direta, objetiva.

"O sujeito tinha vontade de ser humilde, e acompanhar a onda; rezando muito, pedindo a Deus saúde, fortuna e felicidade, e que "os livrasse da peste, da fome e da seca." Cheirava á incenso. Cheirava a religião. Um forte sabor de crença carregando o ambiente. Cantava-se pelas

ruas, como no tempo das santas missões, em que os homens faziam penitência, entoando hinos a Deus, a implorar perdão para os seus atos, com cadeiras ‘a cabeça humildemente.

“Perdoai, Senhor, por piedade
Perdoai a minha maldade, Senhor!
Antes morrer! Antes morrer
do que vos ofender!”

“O cortejo ia indo, mulheres com grandes pedras à cabeça, debulhavam enormes rosários pretos, de sabonete, ou acompanhavam o coro. Doze igrejas saudando o Menino Jesus, com repiques. Foguetes. Muita esperança. Esperança, sim, porque a coroa não tinha escapado do Menino Jesus. E o tempo começava a tomar ares de homem zangado, carrancudo, na conspiração dos seus elementos todos. Um trovão rolou, querendo quebrar o telhado do céu. A procissão parou. “E por diante, acontece: reboa outro trovão. O céu tem cor de betume – prossegue Cordeiro de Andrade -’ e a turba delira. “E chove, que a chuva vai cantar o “mais lindo poema do sertão.”

O milagre não demora. Vão deixar todos *a fugge tra selve spaventose e scure*. E o céu não tem betume? Dão-se quatro dias de chuva. E novamente estão verdes os mofumbos, assim como os sabiás enfloram, e revivem o pau branco, o trapiá, a jurema...

E agora é o próprio Cordeiro de Andrade, arauto dos dias de bonança para os seus sofridos personagens, que toma a voz de rapsodo e de profeta, para dizer:

“A ressurreição da terra.

O açude tinha tomado água. Paturis aparecidos como por encanto, de mergulho em mergulho, pareciam brincar

de galinha gorda. Maçaricos ensaiavam quadrilhas à beira dágua. Bois guenzos chocalhando, o corpo flagelado pelas unhas-de-gato, os beiços em carne viva de tosarem a erva miúda...”

Não demora tornar-se outra vez belo o seu *locus amenus*.

“O milharal na primeira limpa, entrempando, coberto de papa-arroz, de coleira vermelha, ondeado pelo vento, era uma promessa verde de fartura. Maria – judias, desconsoladas na ponta das estacas, cantando sem voz. Sagüis no olho dos angicos, gritando, colados na resina. E as carnaubeiras melancólicas, arremedando, lá em cima, o barulho cadenciado das águas dos riachos.”

E estes correm, e estes descem. São o Jaibara e o Acaraú, e mais outros, muitos outros, anônimos, que, a um repente, parecem nascer de fontes abençoadas por Deus.

O vocal dispara pelas ruas de chãos molhados:

– “Tão dizendo que o Acaraú vem na Tubiba, com a água da nuvem que se rasgou nos pés de pau da Serra Grande. Desde antonte que chove nas cabeceiras.

No dia seguinte:

– O rio tá nas vagens. Botou na feira, e, entra, não entra na Igreja das Dores. Já tá lambendo a calçada. E um tal de passar pilão, baú, Ave-Maria! Cada pé de oiticica e cajazeira... Até um oitão de casa es-conjurado trouxe, com um louro em riba, pedindo socorro...”

“Conversando é que se entende”.

E eu me entendo com este rio – canta o poeta José Alcides Pinto. E aquela massa dágua se, transforma em parte principal do *topos* do *locus amenus* sobralense. E semelhante ao Peneu, rio venturoso que corria em “célebre sítio da Hélade”, o vale de Tempe. Lá como aqui, na paisagem das ribeiras, com o mesmo *tonus* de vida, de poesia, que lhe emprestou o poeta em versos que hão de ficar:

"Conversando é que se entende
E eu me entendo com este rio,
como o balão com o vento
e o estômago com o suplemento;
como o peixe com o mar
e eu com o rio a conversar
sobre a fome, amor e o lar
desse povo popular."

Desse grande povo sobralense – acrescente-se – que teve a honra de' ver a sua paisagem, o seu meio ambiente, descrito com rara fidelidade por dois de seus mais ilustres homens de letras, Domingos Olímpio e Cordeiro de Andrade.